

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Débora Thayane de Oliveira Lapa Gadret

**OS ENQUADRAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL NACIONAL:
Suspeição, Humanização e Competência**

Porto Alegre

2011

Débora Thayane de Oliveira Lapa Gadret

**OS ENQUADRAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL NACIONAL:
Suspeição, Humanização e Competência**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Informação.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Antonio Camargo Porcello

Porto Alegre

2011

CIP - Catalogação na Publicação

Gadret, Débora Thayane de Oliveira Lapa
Os enquadramentos de Dilma Rousseff no Jornal
Nacional: Suspeição, Humanização e Competência /
Débora Thayane de Oliveira Lapa Gadret. -- 2011.
157 f.

Orientador: Flávio Antonio Camargo Porcello.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Política. 4.
Enquadramento. I. Porcello, Flávio Antonio Camargo,
orient. II. Título.

Débora Thayane de Oliveira Lapa Gadret

OS ENQUADRAMENTOS DE DILMA ROUSSEFF NO JORNAL NACIONAL:

Suspeição, Humanização e Competência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Comunicação e Informação.

Aprovado em 29 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio Antonio Camargo Porcello (orientador) – PPGCOM/UFRGS

Prof. Dr. Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior – PPGCOM/UFPE

Prof^a. Dr^a. Marcia Benetti Machado – PPGCOM/UFRGS

Prof^a. Dr^a. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca – PPGCOM/UFRGS

Para Jane, minha mãe e primeira mestre, pelos ensinamentos sobre cidadania, por sua constante dedicação à minha formação e pelo incentivo incansável que me motiva a enfrentar novos desafios e perseguir sonhos.

Para Marcelo, meu amor, pela paciência, compreensão e segurança nos momentos de dúvida, pelos questionamentos nos momentos de certeza e pelos debates estimulantes sobre jornalismo e política.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo investimento em minha formação, com o desejo de que esta dissertação colabore para a construção do conhecimento na área da comunicação e informação no país. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me oportunizou, da graduação ao mestrado, o privilegiado acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Mais do que isso, possibilitou o encontro com excelentes mestres e colegas inquietos, que me motivaram em todas as etapas a pensar criticamente a atividade jornalística. Em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, seus professores, funcionários e alunos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Flávio Antonio Camargo Porcello, que me acompanha desde a conquista do título de Bacharel em Jornalismo. Pelos ensinamentos sobre telejornalismo, pela curiosidade e olhar crítico sobre a produção de notícias para a televisão, pela acolhida na vida acadêmica e pelas oportunidades proporcionadas durante a graduação e o mestrado. À Prof^a. Dr^a. Marcia Benetti Machado, professora apaixonada e pesquisadora diligente, pelos caminhos apontados, as observações na disciplina de metodologia, a apresentação de instigantes leituras nas aulas de teorias do jornalismo e o olhar apurado no exame de qualificação. Agradeço ainda a Prof^a. Dr^a. Maria Helena Weber pela contribuição na qualificação. À Prof^a. Dr^a. Virginia Fonseca, pelos ensinamentos sobre comunicação e jornalismo. Ao Prof. Dr. Alfredo Vizeu, pelas leituras e conversas sobre telejornalismo.

A todos da turma de 2010 do PPGCOM, cuja amizade ajudou a dar leveza ao desafiante processo de construir e escrever a dissertação. Aos amigos Ana Laura Colombo, Basilio Sartor, Ivan Bomfim, Karine Moura Vieira, Laura Storch, Sabrina Franzoni, Silvia Lisboa e Thaís Furtado. À Márcia Veiga e Angelo Adami, amigos jornalistas que fazem parte da minha história na UFRGS, pelos conselhos, leituras e conversas, pela ajuda e o incentivo desde o processo de seleção para o mestrado até o depósito da dissertação.

Agradeço ao Marcelo Allgayer, jornalista perspicaz que me desafia a pensar o mundo em minha volta, companheiro que me dá o carinho e o incentivo necessários para atingir meus objetivos. À Jane, minha mãe, por todos os dias e noites de trabalho para que eu pudesse ter a melhor educação possível, por me ensinar o valor e o respeito devidos aos nossos professores. Ao Paulinho, meu segundo pai, artista sensível que tomou para si a tarefa de cuidar de mim mesmo depois de grande. Ao meu pai Mima, meu anjo da guarda.

A todos os professores que me fazem uma apaixonada pela construção conhecimento e pela docência.

“Cada um de nós é uma sociedade inteira.”
(Bernardo Soares, Livro do Desassossego)

RESUMO

Esta pesquisa está inserida em uma linha de estudos que se preocupa com a construção de significados nas notícias sobre os participantes do campo político. Acredita-se que é através do conteúdo produzido pelos jornalistas, percebidos como uma comunidade interpretativa que partilha saberes específicos e mapas culturais, que se dá a construção da realidade social. O objetivo é compreender os enquadramentos construídos sobre Dilma Rousseff nas notícias do Jornal Nacional em seu último ano como ministra da Casa Civil. Foram analisadas 47 matérias do telejornal, exibidas entre abril de 2009 e março de 2010. O referencial teórico está baseado nos estudos sobre visibilidade dos atores políticos, nas noções sobre enquadramento e nas teorias construcionistas da notícia. Como método de investigação, utilizou-se a análise de conteúdo de cunho qualitativo de forma a completar os três objetivos específicos propostos: mapear as temáticas e os acontecimentos em que Dilma Rousseff aparece como figura central das notícias; identificar os quadros de significado e interpretação construídos sobre a ministra e relacionar a formação dos enquadramentos jornalísticos às funções do campo e ao saberes específicos de seus profissionais. Concluiu-se que três ideias organizadoras centrais são construídas sobre esta figura política nos notícias do Jornal Nacional: a suspeição, a humanização e a competência.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo. Política. Enquadramento. Jornal Nacional. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This research is located in a line of studies which is concerned with the construction of meanings in news related to participants of the political field. We perceive that it is through the content written by journalists, seen as an interpretative community that shares specific knowledge as well as cultural maps, that construction of social reality takes place. The objective is to comprehend frames constructed about Dilma Rousseff in the news of Jornal Nacional during her last year as Brazil's Chief of Staff. We analyzed 47 news pieces produced by the TV news program, aired between April 2009 and March 2010. We present as theoretical reference studies on the visibility of political actors, notions about framework and the constructivism theories of news. As research method, a qualitative content analysis was conducted in order to attain the specific objectives outlined: to map the themes and events in which Dilma Rousseff is presented as central character, to identify in the news meanings and interpretations about the chief of staff and to relate the arrangement of journalistic frames to the field's social functions and to the specific knowledge of those professionals. We concluded that three central organizing ideas are constructed about this political actor in the news of Jornal Nacional: suspicion, humanization and competence.

Keywords: Communication. Journalism. Politics. Frame analysis. Jornal Nacional. Dilma Rousseff.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Cid Moreira e Hilton Gomes na primeira transmissão do Jornal Nacional.....	49
FIGURA 2 – Edição do debate de 1989 transmitida pelo Jornal Nacional.....	53
FIGURA 3 – Dilma (em pé) entre o irmão Igor e Zana, e os pais Dilma Jane e Pedro.....	56
FIGURA 4 – Foto de identificação feita pelo Dops.....	58
FIGURA 5 – Dilma quando tomou posse da Casa Civil, no lugar de José Dirceu.....	60
FIGURA 6 – Lina Vieira afirma ao JN que houve o encontro.....	85
FIGURA 7 – Dilma Rousseff nega o encontro em coletiva de imprensa.....	85
FIGURA 8 – Lula “desafia” Lina a provar o encontro com Dilma.....	94
FIGURA 9 – Dilma Rousseff assiste a defesa do presidente.....	94
FIGURA 10 – JN solicita prova auxiliares ao GSI.....	96
FIGURA 11 – JN obtém contrato de compra de equipamentos.....	96
FIGURA 12 – Texto escrito sugere vitimização de Lina Vieira.....	99
FIGURA 13 – Dilma dá declaração autorizada em programada da EBC.....	103
FIGURA 14 – Dilma explica o que quis dizer anteriormente.....	103
FIGURA 15 – Dilma na divulgação das obras de transposição do rio São Francisco.....	104
FIGURA 16 – Dilma mostra a localização do linfoma.....	114
FIGURA 17 – Dilma mantém os compromissos.....	114
FIGURA 18 – Dilma fala sobre a peruca.....	116
FIGURA 19 – Boletim médico indica normalidade do estado de saúde de Dilma.....	116
FIGURA 20 – Dilma Rousseff está recuperada do câncer.....	118
FIGURA 21 – Função Pedagógica (1).....	122
FIGURA 22 – Função Pedagógica (2).....	122
FIGURA 23 – Dilma é voz autorizada para dar declarações sobre o PAC.....	127
FIGURA 24 – Carlos Minc e Dilma Rousseff em coletiva de imprensa em Copenhague...	131
FIGURA 25 – Dilma é identificada como pré-candidata à presidência.....	133

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Exemplo de Transcrição do Material.....	69
TABELA 2 – Temas e Acontecimentos.....	72
TABELA 3 – Frequência Inconfiabilidade sobre Dilma e o Governo (Denúncia Lina).....	84
TABELA 4 – Frequência das sonoras (Denúncia Lina).....	87
TABELA 5 – Frequência Inconfiabilidade sobre Lina e a oposição (Denúncia Lina).....	89
TABELA 6 – Frequência nomeação (Denúncia Lina).....	91
TABELA 7 – Frequência da Fiabilidade sobre Dilma e o Governo (Denúncia Lina).....	91
TABELA 8 – Frequência da Fiabilidade sobre Lina e a Oposição (Denúncia Lina).....	92
TABELA 9 – Significados Denúncia Lina (Escalada, Chamada e Cabeça).....	97
TABELA 10 – Significados Denúncia Lina (Off, Passagem).....	98
TABELA 11 – Significados Denúncia Lina (Sonoras Favoráveis).....	100
TABELA 12 – Significados Denúncia Lina (Sonoras em Oposição).....	100
TABELA 13 – Frequência do quadro de significados Força.....	111
TABELA 14 – Frequência do quadro de significados Fragilidade.....	113
TABELA 15 – Frequência do quadro de significados Franqueza.....	113
TABELA 16 – Frequência das sonoras (Linfoma).....	119
TABELA 17 – Frequência nomeação (Linfoma).....	119
TABELA 18 – Significados do Linfoma (Escalada, Chamada e Cabeça).....	121
TABELA 19 – Significados do Linfoma (Passagem, Off)	121
TABELA 20 – Significados do Linfoma (Sonoras).....	121

LISTA DE SIGLAS

Abin – Agência Brasileira de Inteligência
AC – Análise de Conteúdo
BH – Belo Horizonte
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
Colina – Comando de Libertação Nacional
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM – Democratas
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Dops – Departamento de Ordem e Política Social
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JN – Jornal Nacional
Oban – Operação Bandeirantes
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PF – Polícia Federal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Polop – Política Democrática
PPS – Partido Popular Socialista
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PDS – Partido Democrático Social
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
STF – Superior Tribunal Federal
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
Var-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
1.1 A televisão e a visibilidade política.....	20
1.2 Enquadramento e jornalismo.....	25
1.3 Os jornalistas e suas rotinas sociais e profissionais.....	33
2 O JORNAL NACIONAL E DILMA ROUSSEFF.....	46
2.1 Jornal Nacional: política e história.....	47
2.2 Dilma Rousseff: de Minas Gerais ao Palácio do Planalto.....	56
3 METODOLOGIA.....	63
3.1 Análise de Conteúdo.....	63
3.2 A consolidação e a descrição do corpus.....	66
3.3 A exploração do material.....	73
4 SUSPEIÇÃO, O ENQUADRAMENTO PREDOMINANTE.....	82
4.1 Denúncia Lina.....	83
4.2 Apagão e Campanha Antecipada.....	102
5 HUMANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA, DOIS FRAMES RELEVANTES.....	109
5.1 Humanização.....	109
5.2 Competência.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE.....	149
APÊNDICE I – Tabela descritiva do corpus consolidado.....	150
APÊNDICE II – Ficha de Classificação: Questões Pessoais.....	151
APÊNDICE III – Ficha de Classificação: Questões de Governo e Eleitorais.....	153
ANEXO – DVD: Matérias do corpus consolidado	

INTRODUÇÃO

No dia 31 de outubro de 2010, os cidadãos brasileiros foram às urnas e elegeram, em segundo turno, a petista Dilma Rousseff à presidência da República. A ex-ministra da Casa Civil recebeu 56,05% dos votos válidos, contra 43,95% do tucano José Serra. Os números podem não parecer muito expressivos quando se calcula a diferença de votos recebidos por cada candidato. Porém, essa foi uma eleição significativa, marcada pelo ineditismo. Dilma tomou posse no dia 1º de janeiro de 2011 como a primeira mulher presidente do Brasil.

Quando se considera outra percentagem, essa eleição parece ainda mais importante, principalmente no que diz respeito à mídia e aos meios de comunicação. Em março de 2009, Dilma Rousseff era desconhecida por 47% da população, segundo pesquisa Datafolha (20 mar. 2009). Apenas 53% dos entrevistados afirmavam saber quem ela era. Um ano depois, em março de 2010, a mesma pesquisa informou que 87% dos entrevistados conheciam Dilma Rousseff (29 mar. 2010b). É neste período, entre o desconhecimento e a apresentação da ministra da Casa Civil à população, que se concentra esta pesquisa.

Defende-se que sem a mídia esse rápido conhecimento de Dilma por grande parte da sociedade brasileira seria improvável. Nas sociedades democráticas de massa, é através dos meios de comunicação que os representantes políticos são apresentados aos cidadãos. O contato face a face com possíveis eleitores, apesar de prática rotineira no campo político, localiza a comunicação no espaço e no tempo, tornando o acesso aos atores restrito a um pequeno grupo de pessoas. É preciso que essas ações sejam promovidas ao contexto não localizado da comunicação de massa para que eles se dêem a conhecer por um grande número de cidadãos (THOMPSON, 2009). É a forma em que se dá esta visibilidade proporcionada pela mídia que interessa a esta pesquisa.

No entanto, os termos mídia e comunicação de massa são imprecisos para o que pretende este estudo, pois abrangem mensagens das mais variadas disciplinas e estão atrelados a diversos suportes. O foco está na visibilidade proporcionada pelos conteúdos produzidos pelo jornalismo, pois é neste âmbito do processo de comunicação que os atores do campo político perdem o controle das ações que serão reportadas ao público, bem como dos significados construídos sobre estas através do texto noticioso (WEBER, 2009).

Isso porque é tarefa do campo jornalístico “fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho das suas responsabilidades cívicas”, além de “vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes” (TRAQUINA, 2002, p.

35). Essas funções, construídas ao longo da formação e consolidação das sociedades democráticas, tornam a atividade de administração das imagens públicas dos atores políticos tarefa complexa. Mas também dão legitimidade ao campo e credibilidade aos conteúdos produzidos por ele.

Com o intuito de tentar administrar sua própria visibilidade dentro desses espaços que gozam de credibilidade junto aos cidadãos, os atores políticos visam permanentemente às notícias produzidas pelo jornalismo. É preciso controlar e tentar impor às notícias significados favoráveis à formação de suas imagens públicas, através de estratégias que permitam programar e suscitar eventos que provoquem interesse dos jornalistas. No Brasil, há um espaço dentro do jornalismo que é especialmente disputado pelos representantes políticos por seu alcance social: a televisão.

A tevê, além de ser capaz de atingir uma audiência expressiva, conquistou uma posição hegemônica que só agora começa a ser desafiada pela internet, mas que ainda está longe de ser suplantada. Em uma sociedade na qual há mais televisões do que geladeiras¹, é natural que este seja o veículo de comunicação ao qual a maior parte da população tem acesso e ao qual as pessoas se voltam para obter informações sobre os acontecimentos políticos.

De acordo com pesquisa encomendada pelo Tribunal Superior Eleitoral (SENSUS, 2010), 81% dos indivíduos declararam que a televisão é um meio de comunicação ao qual sempre têm acesso, seguido em um distante segundo lugar pelo rádio (57,7%). Além disso, a tevê é o meio mais utilizado para se informar sobre política e eleições para 56,6% dos entrevistados. Depois, em segundo e terceiro lugares, estão a conversa com amigos e parentes (18,4%) e a internet (9,9%).

Neste contexto de centralidade social da televisão, a Rede Globo lidera os índices de audiência, apesar do crescimento da concorrência nos últimos anos. É apresentada como emissora preferida de 69,8% dos entrevistados da pesquisa sobre hábitos de informação e formação de opinião encomendada pelo Governo Federal (META, 2010). O mesmo estudo aponta que o Jornal Nacional (JN) é o telejornal mais assistido no Brasil (56,4%) e o seu casal de apresentadores são indicados como os jornalistas mais confiáveis do país. William Bonner ficou em primeiro lugar (33,7%) e Fátima Bernardes em segundo (18,1%)².

¹ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE (2009), 95,1% das residências possuem aparelho de televisão, enquanto 92,1% possuem geladeira. Esse número fica atrás apenas da iluminação elétrica (98,6%) e do fogão (98,2%).

² Sobre a fidelização do telespectador ao Jornal Nacional, a tese de Sean Hagen (2009) aponta como estratégia do telejornal a criação de um laço emocional entre a imagem mítica da perfeição do casal de apresentadores e a audiência.

É reconhecido que o JN não desfruta nas últimas décadas dos 70% de audiência que costumava alcançar até os anos 1980. Com o advento da televisão a cabo e da internet e o crescimento das emissoras concorrentes em canais abertos, atingiu em 2009, ano de seu quadragésimo aniversário, o pior índice da sua história: sua média anual ficou em 31 pontos, quase 20% a menos do que o telejornal registrava em 2000³. Porém, apesar da constante queda de audiência, não perdeu a liderança no seu segmento. Nenhum outro telejornal consegue sequer a metade de sua pontuação no Ibope (FELTRIN, 2009).

Portanto, é pelo alcance expressivo da televisão no Brasil atrelado ao papel de legitimidade do jornalismo em contextos democráticos que se optou por estudar a forma que o telejornalismo confere visibilidade aos atores políticos através das notícias, neste caso à Dilma Rousseff. No jornalismo produzido para a tevê, os conteúdos noticiosos do Jornal Nacional foram escolhidos pela sua importância na sociedade brasileira ao longo de mais de quarenta anos de história.

É preciso nesta introdução elaborar de forma mais clara a maneira que se compreende o jornalismo e as notícias produzidas pelos profissionais deste campo. Esta pesquisa filia-se às teorias construcionistas, que apreendem a notícia como uma construção da realidade social por uma comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000) que possui saberes especializados (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1987). Os jornalistas são, sob este paradigma, participantes ativos desta construção. Isso porque se entende que a linguagem não é transmissora direta de significados inerentes aos acontecimentos (TRAQUINA, 2005). As notícias estruturam uma representação destes acontecimentos – e também dos atores políticos envolvidos neles – através de processos de seleção e saliência de significados sobre eles (ENTMAN, 1993).

Mas essa perspectiva vai além. Percebe também que, ao mesmo tempo em as notícias constroem a realidade social, são também construídas por essa. Ou seja, valores e normas supostamente consensuais de uma cultura são reproduzidos e reforçados no texto jornalístico. Estes conhecimentos compartilhados por uma sociedade Hall et al. (1993) chamam de mapas culturais. Acredita-se que são nesses mapas que se fundam os enquadramentos jornalísticos, entendidos aqui como a ideia organizadora central que permeia as notícias. Composta pela imbricação de quadros de significados e interpretação sobre os acontecimentos reportados e os atores envolvidos neles, o enquadramento jornalístico reconstrói e reafirma esses mapas culturais.

³ Parte dessa queda também se deve à mudança de metodologia na medição de audiência do Ibope. Antes de 2005, cada ponto de audiência equivalia a aproximadamente 50.000 residências na Grande São Paulo (BARTOLOMEI, abr. 2005). Em 2010, cada ponto já equivalia a cerca de 60.000 residências (MATTOS, jun. 2010).

Tendo em vista que a visibilidade dos atores políticos e que a formação de suas imagens públicas estão atreladas aos enquadramentos jornalísticos presentes sobre eles nas notícias, particularmente na televisão, este estudo apresenta o seguinte problema de pesquisa: de que forma são construídos os enquadramentos sobre Dilma Rousseff nas notícias do Jornal Nacional em seu último ano como ministra da Casa Civil? Para responder essa pergunta, propõem-se os objetivos abaixo:

- **OBJETIVO GERAL:** Compreender os enquadramentos construídos sobre Dilma Rousseff nas notícias do Jornal Nacional em seu último ano como ministra da Casa Civil.

- **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**
 - a) Mapear as temáticas e os acontecimentos em que Dilma Rousseff aparece como figura central das notícias;
 - b) Estabelecer quais são os enquadramentos jornalísticos construídos sobre a ministra através da definição da situação no texto noticioso e da seleção e saliência dos quadros de significado presentes sobre ela;
 - c) Relacionar a formação dos enquadramentos jornalísticos às funções do jornalismo e aos saberes dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa.

Para entender a localização deste estudo, será apresentado um breve panorama da análise de enquadramento no Brasil, no que tange as investigações em nível de mestrado e doutorado. Esta revisão é resultado de pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes. O primeiro passo foi localizar as pesquisas sobre enquadramento e comunicação. O sistema de busca dessas duas palavras resultou em 208 trabalhos, muitos relacionados a conteúdos de entretenimento e publicidade ou a temas que fugiam do foco dessa dissertação, como economia, meio ambiente, infância, formação do *self*, entre outros.

Quando se inseriu a palavra “política” junto aos termos “comunicação” e “enquadramento”, 55 teses e dissertações foram localizadas. Em geral, estes trabalhos costumam referir-se ao estudo da mídia, mesmo quando os conteúdos pesquisados são estritamente jornalísticos. Percebeu-se, desta forma, que grande parte ignora as especificidades das teorias das notícias e foca-se na área da comunicação, em especial da comunicação política. Os estudos veem o enquadramento apenas como um suporte para a

condução de pesquisas de agendamento, principalmente sobre as relações entre agenda política e agenda midiática.

A tese de Paulo Fernando Liedtke (2006), desenvolvida no Programa de Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina, é uma exceção, pois apresenta um referencial teórico extenso sobre as teorias construcionistas do jornalismo. Porém, o interesse principal é a análise a influência do Estado na mídia e a ação da própria mídia na constituição da agenda política brasileira. Esse e outros estudos similares, apesar de servirem como premissa para este trabalho, não dialogam diretamente com os objetivos apresentados aqui.

Outras pesquisas se focam em acontecimentos que se tornaram escândalos políticos, vendo na visibilidade proporcionada pela mídia um espaço de disputa por construção de imagens de eventos políticos. É o caso da dissertação de Fábio Souza Vasconcellos (2007), realizada no Programa de Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Apesar de compartilhar um referencial teórico similar, baseado no enquadramento e na visibilidade, o foco daquela pesquisa é na maneira em que as notícias construíram o escândalo político, enquanto o objetivo desta está relacionado à forma como as notícias construíram significados sobre determinado ator político.

Estes dois trabalhos, bem como os próximos que serão apresentados aqui, foram escolhidos como exemplo, pois têm como objeto de estudo as notícias do Jornal Nacional. Outros tantos foram omitidos de nomeação por não dialogarem diretamente com o suporte e telejornal de nosso interesse, ao focarem-se nos estudos de enquadramento sobre conteúdos da mídia impressa ou do rádio. Há ainda aqueles que fogem totalmente dos objetivos dessa pesquisa ao centrarem-se em estudos de recepção, que buscam entender como os indivíduos resignificam os conteúdos produzidos pelo jornalismo. Apesar de considerar esta perspectiva extremamente relevante para o entendimento do processo de formação da opinião pública a partir das notícias, o objetivo aqui se relaciona à compreensão da construção do enquadramento pelos jornalistas no texto noticioso.

As dissertações de Vitor Fraga (2005), do Programa de Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense, e de Karenine Rocha da Cunha (2005), desenvolvida no programa de Comunicação da Universidade Estadual Paulista, dialogam em certa medida com esta pesquisa ao focarem-se nos enquadramentos presentes nas notícias do Jornal Nacional sobre o governo de Lula. Ambos chegam a conclusões similares a deste estudo no que se refere a uma parte das notícias analisadas. Porém, partem de um conceito de enquadramento bastante diverso (e talvez conflitante) daquele desenvolvido aqui. O primeiro está baseado na hegemonia gramsciana e o segundo trabalha com noções de parcialidade.

Esta revisão das teses e dissertações sobre o tema do enquadramento das notícias sobre política chega às mesmas conclusões de Mauro Porto (2004), em um artigo que busca fazer um estado da arte das pesquisas em enquadramento sobre mídia e política no Brasil e no exterior. O enquadramento sofre de um forte “indeterminismo conceitual” e muitas pesquisas utilizam a palavra sem especificar o nível de análise com o qual estão trabalhando. Algumas veem o enquadramento como um referencial teórico, outros como um método de pesquisa. Há aquelas que trabalham com enquadramentos positivos/negativos, outras relacionam a noção de frame a ideologias partidárias, outras ainda buscam um enquadramento cognitivo (e é talvez a essa visão que esta pesquisa aproxime-se mais).

É natural na atividade acadêmica que uma mesma palavra seja utilizada para designar diversos conceitos. A revisão de Scheufele (1999) sobre os estudos de enquadramento produzidos em língua inglesa também revela essa multiplicidade. Robert Entman (1993) chama o enquadramento de paradigma fraturado. O essencial, que se busca fazer no primeiro capítulo desta dissertação, é especificar a forma com que o termo “enquadramento” está sendo utilizado.

Dado esse breve panorama sobre a análise de enquadramento e delineados o problema e os objetivos da pesquisa, parte-se para a apresentação da estrutura da dissertação. No primeiro capítulo, será desenvolvido o referencial teórico deste estudo, que se desdobra em três eixos. Inicialmente, trata-se das alterações da visibilidade política com o advento dos meios de comunicação de massa e, em especial, da televisão. Articula-se às características dessa visibilidade a formação das imagens públicas dos atores políticos, principalmente no que tange a construção da reputação dos representantes associada a um regime de confiança estabelecido através da mídia, mais especificamente do jornalismo. Esta seção, além de apresentar as premissas com que a pesquisa trabalha será fundamental para formar as categorias de análise.

Na segunda parte do referencial teórico, será trabalhado o conceito do enquadramento a partir de seu surgimento dentro das teorias construcionistas e da hipótese do agendamento. Será retomado o conceito inaugural de frame desenvolvido por Erving Goffman (1986) para então associá-lo às contribuições feitas pelos pesquisadores em jornalismo, como Todd Gitlin (1980), Gaye Tuchman (1983), Hall et al. (1993), Robert Entman (1993) e Dietram Scheufele (1999). Na terceira e última parte, serão associados os preceitos do enquadramento aos saberes articulados pelos jornalistas na produção das notícias (ERICSON; BARANEK; CHAN, 1987) enquanto comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000).

O segundo capítulo trata do objeto de pesquisa e divide-se em duas seções. Na primeira, o foco é a apresentação de um breve histórico do Jornal Nacional, o modelo de telejornalismo desenvolvido por ele e as mudanças na cobertura política realizada pelo programa. Servem de base pesquisas anteriores que tiveram a Rede Globo, o JN e a política como tema (BORELLI; PRIOLLI, 2000; BUCCI, 2004; NEVES, 2008; HERZ, 2009; PORTO, 2010). Na segunda seção, debruça-se sobre uma breve biografia de Dilma Rousseff, desde sua infância em Minas Gerais, passando por sua participação em movimentos de resistência à Ditadura e pelo estabelecimento de sua carreira política no Rio Grande do Sul, até o período em que exerceu os cargos de ministra de Minas e Energia e ministra-chefe da Casa Civil no primeiro e segundo mandatos de Lula, respectivamente.

O terceiro capítulo concentra-se na metodologia utilizada para conduzir este estudo. Apresenta-se a Análise de Conteúdo (AC) como método de investigação que possibilita atingir os objetivos delineados nesta introdução. Elucida-se de que forma foi definido o corpus da pesquisa, como se deu o processo de recolha e seleção das notícias e apresenta-se uma descrição geral do material estudado, resultado das primeiras explorações das unidades de análise. Por último, explica-se como foi aplicada a análise categorial através de fichas de classificação que permitissem a observação do material não apenas de um ponto de vista quantitativo, mas principalmente de forma qualitativa.

Os capítulos quatro e cinco apresentam o tratamento dos resultados e a inferência controlada que levaram à identificação da formação de três enquadramentos jornalísticos sobre Dilma Rousseff: a suspeição, a humanização e a competência. Definem-se cada um dos enquadramentos, apresentam-se as situações e quadros de significado que resultaram nestes enquadramentos através de exemplos que se manifestam no texto, discute-se de que forma esses enquadramentos fundam-se em mapas culturais supostamente consensuais e quais são as funções e os saberes dos jornalistas que podem ter auxiliado na seleção e na saliência desses significados.

Por último, apresentam-se as considerações finais do trabalho articulando os três enquadramentos resultantes da análise e trazendo avaliações da cobertura jornalística sobre Dilma Rousseff no Jornal Nacional, bem como inferências sobre as estratégias narrativas acionadas pelos jornalistas na construção dessas notícias.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de atingir o objetivo de pesquisa proposto na introdução, procura-se, neste capítulo, apresentar um rápido panorama da visibilidade proporcionada pela televisão e, em especial, pelo telejornalismo aos atores políticos e o papel dessa visibilidade para a construção de suas imagens públicas e suas reputações. A partir disso, busca-se relacionar o paradigma do enquadramento aos aspectos de construção da notícia através de trabalhos de sociólogos e pesquisadores da comunicação e do jornalismo que entendem a realidade como uma construção social e o jornalismo como atividade que, ao mesmo tempo em que produz esquemas que orientam a compreensão do mundo através de seus textos, também constrói notícias com base neste mundo dado *a priori*.

Na primeira parte, serão destacados aspectos relevantes acerca da transformação da visibilidade dos atores políticos com o advento da mídia de massa, em especial da televisão e de seus conteúdos jornalísticos. O aporte teórico encontra-se fundamentalmente em Thompson (2002, 2009) e em suas considerações acerca dos regimes de visibilidade política na contemporaneidade. A forma como estes atores se comunicam com os cidadãos através da televisão e do jornalismo será relacionada à formação de imagem pública desses representantes políticos (GOMES, 2004; WEBER, 2006, 2009), incluindo situações em que os conteúdos noticiosos podem ser prejudiciais para suas reputações.

Na segunda parte, será apresentado o enquadramento enquanto perspectiva teórica inserida dentro dos estudos relacionados ao jornalismo – a saber, ao *agenda-setting* e às teorias construcionistas. Uma revisão teórica acerca da origem deste conceito (GOFFMAN, 1986) relacionada ao seu desenvolvimento dentro das pesquisas em jornalismo (TUCHMAN, 1983; HALL et al., 1993; GITLIN, 1980; GAMSON et al., 1992; ENTMAN, 1993; SCHEUFELE, 1999; PORTO, 2004) será elaborada para, ao final, apresentar a definição de enquadramento jornalístico a ser operada neste estudo – conectada muito mais a esquemas de significado e interpretação fundados em mapas culturais do que a orientações políticas presentes no texto.

Por último, defende-se que a formação de frames está relacionada à visão dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa (ZELIZER, 2000) que compartilha padrões de avaliação sobre acontecimentos relevantes, e que os processos de seleção e saliência (ENTMAN, 1993) que originam os enquadramentos jornalísticos estão ligados, essencialmente, a dois saberes acionados na atividade de produzir a notícia: o saber de

procedimento e o saber de narração (ERICSON, BARANEK, CHAN, 1987). Buscar-se-á explicitar algumas das operações realizadas de forma consciente ou inconsciente pelos jornalistas nesse processo de construção da notícia tendo como referência autores como Galtung e Ruge (1965), Molotch e Lester (1974), Gaye Tuchman (1993), entre outros que revisaram e atualizaram seus conceitos.

1.1 A televisão e a visibilidade política

Para entender a visibilidade dos atores políticos na atualidade, é preciso partir da transformação da natureza do que se pode chamar de publicidade, ligada às “maneiras como as pessoas e acontecimentos são tornados visíveis a outros” (THOMPSON, 2002). A distinção entre público e privado tem origens na Grécia Clássica e no início do desenvolvimento do direito romano, porém o importante é entender como essa dicotomia assumiu novos contornos na sociedade ocidental contemporânea.

O que é público, no sentido tomado aqui, é o que é visível ou observável, o que é desempenhado diante de espectadores, o que é aberto para que todos, ou muitos, possam ver, ouvir, ou ouvir falar a respeito. O que é privado, em contraste, é o que é escondido da vista, o que é dito ou feito em segredo ou entre um círculo restrito de pessoas. Nesse sentido, a dicotomia público-privado tem a ver com publicidade *versus* privacidade, com abertura *versus* sigilo, com visibilidade *versus* invisibilidade (THOMPSON, 2002, p. 64-65).

As transformações sociais que moldaram a sociedade moderna, principalmente o que diz respeito aos meios de comunicação, redefiniram as relações entre vida pública e privada e criaram novos regimes de visibilidade, inexistentes anteriormente. Para entender as mudanças na publicidade dos atores políticos é preciso voltar-se aos desenvolvimentos ligados à invenção e à exploração dos meios de comunicação e de difusão da informação.

Considerado um marco para a era moderna, o desenvolvimento dos tipos móveis em metal fundido e da prensa por Johannes Gutenberg em torno de 1440 permitiram não apenas o crescimento do mercado de livros no século XIV, mas também o surgimento dos primeiros jornais regulares de notícias (ou corantos, como eram chamados) no século XVII. “A circulação destas formas primitivas de jornal ajudou a criar a percepção de um mundo de acontecimentos muito distantes do ambiente imediato dos indivíduos, mas que tinha alguma

relevância potencial para suas vidas” (THOMPSON, 2009, p. 65).

O advento da imprensa, portanto, alterou a noção de publicidade de um indivíduo ou de um evento. Antes, este conceito estava ligado à partilha de um local comum. Tornava-se público aquilo que acontecia diante de uma pluralidade de indivíduos fisicamente presentes no momento de sua ocorrência. A essa publicidade tradicional de co-presença, relacionada à interação face a face, somou-se a publicidade midiática, não mais conectada a um lugar e tempo comuns compartilhados por um determinado número de indivíduos (THOMPSON, 2002, 2009).

Surge, então, um novo tipo de relação entre representantes políticos e os cidadãos, a quase-interação mediada. Inicialmente, além de possibilitar a separação dos contextos espaciais e temporais entre produção e recepção, uma de suas características é a limitação das possibilidades de deixas simbólicas, visto que aqueles que produzem a mensagem não conseguem aferir as reações daqueles que as recebem. Entretanto, é o seu caráter monológico (que impossibilita o diálogo entre produtor e receptor) e a sua orientação para uma gama indefinida de receptores em potencial que a distinguem da interação mediada realizada através da troca de cartas e das chamadas telefônicas, por exemplo.

Esse novo regime de publicidade, possibilitado pelo desenvolvimento dos jornais e que é descolado do olhar (no sentido de ver alguma coisa em um tempo e lugar partilhados), altera também a noção de formação de imagem pública dos atores políticos. Entende-se a imagem pública como uma representação cognitiva universalizada acerca de um sujeito, construída de forma ametódica (GOMES, 2004). De acordo com Wilson Gomes, ela seria um complexo de informações, noções e conceitos, partilhados por uma coletividade qualquer que caracterizam o ator político por sua identidade moral e personalidade.

Os governantes, que até o advento dos meios de comunicação de massa eram visíveis apenas para aqueles com quem interagiam rotineiramente em um contexto face a face e que ocasionalmente apareciam para seus súditos em cerimônias nas quais era reservada certa distância, puderam “construir uma auto-imagem que poderia ser levada a outros em locais distantes” (THOMPSON, 2002, p. 67). Os desenvolvimentos do telégrafo e do telefone representaram um grande avanço tecnológico e deram maior velocidade à rede de informação numa perspectiva transnacional. Porém, foi o advento do rádio e da televisão na primeira metade do século XX em escala comercial que levou a publicidade dos atores políticos a novos patamares.

A pouca ou nenhuma demora com que esses meios eletrônicos transmitiam

informação criou o que Thompson (2002) chamou de simultaneidade desespacializada, onde eventos distantes podiam ser reportados ao mesmo tempo em que ocorriam. Mas talvez a maior riqueza do rádio e da televisão seja sua possibilidade de “inspirações simbólicas”, que permitem a reprodução de algumas características da interação face a face. O rádio, por exemplo, possibilitou que a sonoridade da voz humana fosse transmitida a contextos longínquos.

Foi a tevê, no entanto, com a sua combinação de profusão visual e deixas auditivas, que estabeleceu uma nova e distinta relação entre publicidade e visibilidade. “Na era da televisão, publicidade midiática é crescentemente definida pela visibilidade no sentido restrito de visão (a capacidade de algo ser visto com os olhos), embora esse novo campo de visão seja completamente diferente do campo de visão que as pessoas têm em seus encontros cotidianos com os outros” (THOMPSON, 2002, p. 68).

No regime de publicidade permitido pela televisão, as ações são visíveis a um grande número de indivíduos, situados em diferentes e distantes contextos, alterando as condições sob as quais os atores políticos se apresentam e administram sua visibilidade. Ao mesmo tempo em que o líder se dirige a essa audiência sem lugar, cria-se um “novo tipo de intimidade na esfera pública”, um local onde ele pode se comunicar com diferentes sujeitos “como se fossem pessoas da família ou amigos”, como descreve Thompson (2002). Os telespectadores, apesar de não poderem escolher o ângulo de visão, podem observar os gestos e falas de seus líderes, o que antes era reservado às relações íntimas dos atores políticos.

Esta sociedade, que tornou cada vez mais comum aos líderes políticos revelarem aspectos de si mesmos ou de sua vida pessoal, Thompson (2002) chamou de sociedade da automanifestação. Tal intimidade possibilitada pelas novas tecnologias midiáticas permite (e até exige) que os atores políticos se mostrem não apenas como líderes e representantes de uma nação, mas também como seres humanos, pessoas comuns que revelam seletivamente o que antes era considerado privado.

O que se perdeu nesse processo foi algo da aura, da majestade, que circundava no passado os líderes políticos e as instituições, uma aura que era garantida em parte pelo isolamento dos líderes e a distância que mantinham das pessoas que governavam. O que se ganhou foi a capacidade de falar diretamente às pessoas, de aparecer diante delas como seres humanos em carne e osso, com quem os políticos pudessem desenvolver uma empatia, ou mesmo uma simpatia, de dirigir-se a elas não como a um súdito, mas como a um amigo. Em síntese, os líderes políticos adquiriram a capacidade de se apresentarem como um de nós (THOMPSON, 2002, p. 69).

Na verdade, nessa sociedade da automanifestação, a administração da imagem pública política tornou-se cada vez mais complexa. Visto que é na visibilidade da comunicação de massa que “os argumentos poderão adquirir maior repercussão e credibilidade” (WEBER, 2006, p. 120), a produção e o controle da imagem pública nos meios de comunicação é tarefa vital para a prática política.

[...] o desejo de visibilidade de uma instituição e a obtenção/manutenção de uma imagem sólida, favorável e em longo prazo, depende da compreensão e do equilíbrio da equação entre a identidade de quem quer se tornar publicamente visível (nível aproximado de verdade e realidade), e a visibilidade (diferentes mediações e dependente dos media) e a credibilidade (nível suficiente para manter disputas na mídia e na política) (WEBER, 2006, p. 131).

Sabe-se que os pactos e disputas políticas da visibilidade não dependem apenas do jornalismo e da comunicação midiática e estão em jogo também na comunicação político-partidária e na comunicação pública (WEBER, 2009). Porém, como se mencionou na introdução, é na primeira instância de visibilidade mencionada que não há decisão fechada sobre quais fatos, sujeitos ou instituições serão expostos. O jornalismo tem a capacidade de reforçar a imagem pública produzida e administrada pelo campo político, mas também tem o poder de construí-la de maneira totalmente dissociada ao que pretendiam o político e sua equipe. É possível ainda silenciar e omitir, o que torna árdua (mas não impossível) a tarefa de se relacionar com os eleitores, objetivo final daqueles que buscam apoio e votos (GOMES, 2004). Enfim, o jornalismo:

É o espaço que vigia, critica e expõe ações e informações geradas por políticos, partidos e instituições do campo político. Mesmo estabelecendo pactos econômicos e ideológicos com determinadas instituições e sujeitos políticos, é nesse ambiente que prevalece a credibilidade. A instância que julga e tem o poder de propiciar visibilidade (WEBER, 2009, p. 87).

É através da vigilância dos espaços midiáticos, em particular do jornalismo, que as atitudes dos atores políticos são avaliadas e interpretadas e chegam ao conhecimento dos cidadãos. Qualquer ato de violação do que é considerado moralmente aceito em termos de conduta nos âmbitos econômico, sexual ou político pode tornar-se um escândalo, com potencial de prejudicar a reputação dos membros do campo.

A reputação é um aspecto do capital simbólico dos atores políticos, formado pela acumulação de prestígio, reconhecimento e respeito atribuídos a ele. Segundo Thompson

(2002), é a relativa apreciação e estima concedida a um indivíduo ou instituição por outros. Pode ser específica da competência dos atores políticos ou relativas ao seu caráter. No primeiro caso, consideram-se a demonstração de habilidades no exercício do cargo. Já no segundo caso, avalia-se o representante por suas características de fidedignidade e confiabilidade, probidade e integridade. “Não é necessário demonstrar nenhuma competência específica a fim de conseguir uma reputação de bom caráter, mas você deve demonstrar um padrão de comportamento através do tempo que os outros possam julgar ser digno de estima” (THOMPSON, 2002, p. 297).

A questão da reputação é fundamental devido a um fortalecimento da política de confiança, onde os representantes políticos não são avaliados somente pelos partidos aos quais fazem parte, mas também pelo seu grau confiabilidade individual. A visibilidade proporcionada pelo campo jornalístico e a função deste de agir como cão de guarda da democracia colocam os atores políticos em testes de credibilidade com vistas a garantir que suas promessas políticas serão cumpridas (THOMPSON, 2002). Escândalos políticos, por exemplo, podem ser esvaziadores de reputação e, por conseqüência, de confiança.

Como já se argumentou, é em grande parte através das notícias que os cidadãos irão tomar conhecimento das atitudes de seus representantes, irão julgá-los confiáveis ou não. O texto noticioso é capaz de produzir interpretações e construir significados sobre os atores políticos que, em última instância, serão relevantes para a construção da reputação dos membros do campo político, do grau de credibilidade atribuído a eles e do estabelecimento de uma relação de confiança ou não.

Tendo isso em vista, interessa a partir de agora compreender como o jornalismo define nas notícias as circunstâncias dos acontecimentos reportados e de que forma são produzidos significados sobre determinado ator político. Ou seja, de que maneira as ações dos atores políticos são interpretadas à luz dos saberes dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa, produzindo significados de (in)confiabilidade sobre eles no texto noticioso. Interessam saber como são construídos os enquadramentos jornalísticos e de que forma eles se apresentam nas notícias.

1.2 Enquadramento e jornalismo

A perspectiva teórica do enquadramento¹ nos estudos relacionados ao jornalismo surge da imbricação de duas transformações ocorridas no final do século XX: a redescoberta do poder do jornalismo através da hipótese do agendamento; e o entendimento da notícia não mais como um espelho da realidade, mas como uma construção (TRAQUINA, 2005, 2008). Compreender essas duas mudanças é essencial para trabalhar sob a ótica do enquadramento jornalístico, entendido aqui como uma ideia organizadora central formada por quadros de significado e interpretação presentes no texto noticioso que se funda em mapas culturais supostamente consensuais.

A hipótese inicial do agendamento – baseada na influência do jornalismo² na opinião pública, ou seja, na transferência de temas abordados com destaque e frequência pelos veículos noticiosos para aqueles tópicos que os cidadãos consideram importantes (McCOMBS, 2009) – representou uma virada nas teorias dos efeitos limitados dominantes entre as décadas de 1940 e 1960. Conforme Traquina (2000), redescobre-se o poder do jornalismo através de pesquisas empíricas que buscavam examinar o papel de jornais, revistas e telejornais na formação e na mudança de cognições. De acordo com a hipótese inicial do *agenda-setting*, o jornalismo não diz às pessoas *o que* pensar, mas diz *sobre o que* pensar (COHEN, 1963 *apud* McCOMBS; SHAW, 2000).

Segundo as revisões sobre os estudos em agendamento conduzidas por Traquina (2000) e McCombs (2009), entre os anos 1970 e 1980, esta hipótese foi expandida ao iniciarem investigações sobre a maneira de apresentação das notícias e a sua relação com a formação da opinião pública acerca de atributos de candidatos ou temas. Assim, concluiu-se através de novas pesquisas que o enquadramento jornalístico sobre temas ou pessoas tem reflexos na maneira pela qual o público irá compreendê-los e formar imagens sobre eles. Portanto, as notícias, sob essa perspectiva, não nos diriam apenas *sobre o que pensar*, mas também *como pensar*. Essa hipótese sustenta-se principalmente em um contexto de

¹ No Brasil, muitas vezes, os autores utilizam os termos *frame*, *framework*, *framing* e *frame analysis* sem fazer distinção entre essas expressões em português. Entende-se, neste trabalho, *frame* e *framework* como sinônimos de enquadramento, e *framing* como o processo de construção do enquadramento. Considera-se *frame analysis* a pesquisa sobre frames ou a análise de frames.

² Os primeiros autores do *agenda-setting*, Maxwell McCombs e Donald Shaw, bem como a maioria dos pesquisadores norte-americanos, utilizam o termo mídia e agenda midiática em seus estudos. Porém, suas pesquisas debruçam-se sobre os conteúdos produzidos pelo jornalismo. Assim, seguindo o exemplo de Nelson Traquina (2000), este trabalho irá se referir ao jornalismo e à agenda jornalística e sua relação com as agendas políticas e a agenda pública.

democracia em uma sociedade de massas, na qual a maior parte do nosso conhecimento sobre os atributos dos candidatos políticos, desde sua ideologia política até sua personalidade, vem das matérias noticiosas, conforme se explorou na seção anterior.

Esses enquadramentos jornalísticos – que estão presentes nas notícias e que influenciam a forma como os indivíduos compreendem a realidade – não estão inseridos dentro de uma ótica de efeitos imediatos e ilimitados como se pensava nas primeiras teorias dos efeitos. O paradigma do enquadramento é caracterizado pelas ideias construcionistas, que conferem ao jornalismo um forte poder, porém restrito (SCHEUFELE, 1999). Forte porque tem a capacidade de construir a realidade social através da forma como as notícias apresentam os acontecimentos. Mas restrito devido à capacidade cognitiva dos indivíduos frente ao texto noticioso e à mútua interferência entre esta realidade socialmente construída e a notícia. Ao mesmo tempo em que a notícia constrói significados sobre a realidade, os significados que circulam na sociedade interferem na produção da notícia³.

Apesar do reconhecimento de que o público não é passivo e de tomar como hipótese de trabalho a influência dos conteúdos noticiosos na formação da agenda pública, a pesquisa a ser conduzida acerca dos enquadramentos construídos sobre atores políticos nas notícias do telejornalismo não está inserida no campo da psicologia social e tampouco pretende fazer uma análise de agendamento. A preocupação está em entender os enquadramentos que permeiam as notícias sobre determinado ator político através de uma análise que busca os quadros de significado e interpretação sobre esta figura pública no texto noticioso e caminha para a relação entre a idéia organizadora central apresentada no texto e os processos de construção da notícia.

Devido aos diferentes propósitos das análises de enquadramento – que ultrapassam o âmbito do jornalismo e da mídia e se originam em uma perspectiva relacional, que busca compreender de que maneira os indivíduos organizam suas experiências cotidianas e atribuem sentido a elas – é um desafio operar uma pesquisa com este referencial. Muitos pesquisadores da área de comunicação chamam atenção para esta dificuldade, referindo-se ao enquadramento como um paradigma fraturado (ENTMAN, 1993), apontando sua imprecisão teórica e empírica (SCHEUFELE, 1999) e alertando para a necessidade de especificar o nível de análise do conceito (PORTO, 2004). Com a finalidade de consolidar uma definição de enquadramento e o nível de análise adequado aos objetivos de pesquisa delineados

³ Essa perspectiva está assentada, em grande parte, nas ideias de Berger e Luckmann (2009). Para os autores, o que é socialmente entendido como realidade é produto de uma construção objetivada do mundo da vida cotidiana. Nesse contexto, as instituições sociais – como o jornalismo – têm o papel de reforçar ou readequar esta realidade.

anteriormente, apresentar-se-á abaixo uma articulação entre o trabalho fundador da *frame analysis*, suas primeiras aplicações dentro dos estudos em jornalismo e os avanços apresentados por revisões teóricas recentes na área.

A análise de enquadramento surge a partir de uma perspectiva situacional que procura entender como as pessoas percebem o mundo e o que é real; ou seja, está preocupada em desvendar como elas organizam suas experiências cotidianas. Erving Goffman, sociólogo que primeiro desenvolve o conceito, em 1973, defende que, quando um sujeito depara-se com qualquer situação, ele se pergunta “O que está acontecendo aqui?” (1986). O que auxilia este sujeito na interpretação daquele evento do qual ele toma parte são os enquadramentos.

Eu compreendo que definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e com nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que utilizo para me referir a esses elementos básicos que consigo identificar. Essa é a minha definição de frame. Minha frase ‘análise de frame’ é uma expressão que se refere ao exame da organização da experiência nestes termos (GOFFMAN, 1986, p. 10-11, tradução nossa⁴).

Na perspectiva inaugural do conceito, Goffman enfatiza uma compreensão de frames em nível microsociológico, na qual eles são entendidos como padrões que organizam a cognição da realidade, acionados e negociados em processos de interação face a face. Porém, conforme observa Berger (1986), seu trabalho consegue conectar-se com a macrosociologia na medida em que reconhece que as interpretações não dependem somente de indivíduos, mas de um grupo social específico no qual eles estão inscritos (GOFFMAN, 1986, p. 27). Portanto, apesar de Goffman estar interessado na organização social da experiência cotidiana e na maneira como os enquadramentos são negociados em situações de vulnerabilidade (jogos, teatro, enganos), suas ideias são possíveis de serem relacionadas com a teoria de Berger e Luckmann (2009) sobre a construção social da realidade na medida em que partem dos mesmos autores – Alfred Schutz e George Herbert Mead – para explicar como os indivíduos compreendem o mundo a sua volta⁵.

É através da conexão entre essas duas perspectivas que Gaye Tuchman (1983) traz uma relevante aproximação do conceito de enquadramento à atividade de construção da

⁴ Texto original: “I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principles of organization which govern events – at least social ones – and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify. That is my definition of frame. My phrase ‘frame analysis’ is a slogan to refer to the examination in these terms of organization of experience”.

⁵ A grande diferença entre autores se dá na compreensão de Berger e Luckmann (2009) de que o mundo da vida cotidiana se estabelece como a realidade por excelência e, no entendimento de Goffman (1986), múltiplas realidades se traduzem de um mundo para outro sem haver uma supremacia entre eles (TUCHMAN, 1983).

notícia. Ela articula a perspectiva de Goffman, sobre enquadramento como princípio de organização que impõe ordem sobre a experiência direta dos atores sociais, com as noções de Berger e Luckmann referentes ao estabelecimento de instituições sociais e o seu papel na ordenação do mundo da vida cotidiana. A autora afirma que a notícia é uma janela para este mundo. Através de seu enquadramento, de sua moldura, o texto noticioso delinea este mundo, ou seja, constrói a realidade social. Para ela, o enquadramento das notícias depende da atividade jornalística, de suas restrições organizacionais e do funcionamento do jornalismo enquanto instituição capaz de objetivar significados sociais. Há, porém, limites na proposta de Tuchman. A autora, além de não apresentar uma definição conceitual clara sobre enquadramento, revelou pouco sobre as relações entre o jornalismo e a construção dos frames por sua visão ampla sobre a produção noticiosa, conforme observou Scheufele (1999).

Hall et al. (1993), apesar de não citarem Goffman (1986), fazem uma importante contribuição para a operacionalização do conceito de enquadramento dentro da pesquisa em jornalismo. Segundo os autores, a produção social das notícias envolve um processo de identificação e contextualização que define os eventos relatados através de sua relação com outros acontecimentos e os colocam num quadro de significação e interpretação familiar ao público. Ou seja, os jornalistas utilizam quadros de referência de fundo – “que constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está ‘traçado’” (HALL et al., 1993, p. 226) – para tornar o mundo sobre o qual eles produzem seus relatos inteligível para o público. A estes quadros de referência de fundo dá-se o nome “mapas culturais do mundo social”, articulado pelos jornalistas em “enquadramentos de significado e interpretação” presentes nas notícias.

Embora sua preocupação com a interação social face a face, Goffman (1986, p. 27) também apontou para a existência de um sistema de crenças, que ele chama de “framework of frameworks” (enquadramento dos enquadramentos) – recursos cognitivos compartilhados que constituem um elemento central da cultura de um grupo particular. Este sistema seria formado pelo conjunto dos enquadramentos primários – esquemas de interpretação de um evento em particular que *parecem* não depender de interpretações anteriores para aqueles que os utilizam. Estes “primary frameworks” auxiliam os indivíduos a localizar, perceber, identificar e rotular uma série de ocorrências.

Tomados em conjunto, os enquadramentos primários de um grupo social específico constituem um elemento central da sua cultura, especialmente na medida em que trazem à tona entendimentos sobre as principais classes de esquemas, as relações entre essas classes, e a soma total das forças e dos agentes que estes desenhos interpretativos reconhecem estar solta no mundo (GOFFMAN, 1986, P. 27, tradução nossa⁶).

Pode-se afirmar, então, que tanto Hall et al. (1993) quanto Goffman (1986) apontam para saberes compartilhados pelos membros de uma cultura, que serão utilizados para dar sentido àquilo que acontece a sua volta. Ambos afirmam também que “existem mapas culturais muito diferentes numa sociedade” (p. 226) e que há “um compartilhamento incompleto desses recursos cognitivos” (p. 27), respectivamente. Ou seja, reconhecem que o dissenso está presente nos grupos sociais.

No entanto, haveria um “enquadramento concordante básico e mais lato” (HALL et al., 1993, p. 227) que está assentado em uma suposta natureza consensual de sociedade, onde aquilo que nos aproxima enquanto partícipes de uma mesma cultura seria maior do que aquilo que nos divide. As notícias, para os autores culturalistas, não apenas são construídas pelos jornalistas a partir destes “consensos”, mas também ajudam a difundi-los e a reforçá-los através de suas construções narrativas. As discordâncias, segundo eles, têm espaços institucionalizados para serem abordadas. Ou seja, mesmo sendo admitidas pelos participantes do grupo, em sociedades capitalistas organizadas e democráticas, as divergências devem estar em espaços legítimos que buscam reconciliá-las. O jornalismo seria um destes espaços, no qual os dissensos são expostos de forma a serem discutidos e apaziguados.

Ao apontar o anormal, o desvio e o dissenso; a notícia reforça o que é normal, o que é regra, o que é consenso. Desta maneira, o jornalismo – enquanto instituição social legitimada – encontra-se em um lugar privilegiado para a organização do mundo social, ao mesmo tempo em que é orientado por ele. Ao falar sobre seu objeto de pesquisa empírico – recortes de jornal que se constituem em *fait-divers*, conforme definição de Roland Barthes⁷ – Goffman (1986) ressalta que o entendimento do mundo precede essas histórias e determina quais serão contadas e de que forma.

⁶ Texto original: “Taken all together, the primary frameworks of a particular social group constitute a central element of its culture, especially insofar as understandings emerge concerning principal classes of schemata, the relations of these classes to one another, and the sum total of forces and agents that these interpretative design acknowledge to be loose in the world”.

⁷ Informação imanente, classificada como variedades. “Numa só palavra, seria uma informação *monstruosa*, análoga a todos os fatos excepcionais ou insignificantes, em suma inomináveis, que se classifica em geral pudicamente sobre a rubrica dos *Varia*” (BARTHES, 1982, p. 57).

O enredo desses eventos reportados responde plenamente a nossas demandas – que não são por fatos, mas por tipificações. A sua narração demonstra o poder dos nossos entendimentos convencionais para lidar com os potenciais bizarros da vida social, com os mais distantes âmbitos da experiência. O que aparenta, então, ser uma ameaça à nossa forma de compreender o mundo passa a ser uma defesa engenhosamente selecionada deste mundo. Nós lançamos essas estórias ao vento, elas impedem o mundo de nos perturbar (GOFFMAN, 1986, p. 14-15, tradução nossa⁸).

Hall et al. (1993) extrapolam a análise centrada nos *fait-divers* e comentam a capacidade do jornalismo em tornar compreensível o que eles chamam de “realidade problemática”. Esta seria a grande função dos quadros de significado e interpretação apresentados nas notícias. Em uma sociedade na qual há uma expectativa de consenso, de rotina e de ordem, eventos problemáticos são desestabilizadores se não forem delineados dentro de conhecimentos convencionais. O jornalismo exerce, então, duas funções: define quais são os acontecimentos significativos e apresenta interpretações sobre como compreendê-los dentro dos mapas culturais “consensuais”. “Implícitas nessas interpretações estão as orientações relativas aos acontecimentos e pessoas ou grupos nelas envolvidos” (HALL et al., 1993, p. 228). São esses esquemas de significado e interpretação que conduzem o entendimento sobre determinado ator político que interessam a este trabalho.

Apesar dos avanços oferecidos pelos trabalhos de Gaye Tuchman (1983) e Hall et al. (1993) sobre a formação dos enquadramentos pelas notícias – que considera tanto os aspectos sociais quanto os aspectos organizacionais e profissionais no campo – uma definição do termo nos estudos sobre comunicação não foi elaborada por estes pesquisadores. Esse avanço é proposto por Todd Gitlin (1980), que parte do pensamento dos autores mencionados anteriormente – Goffman, Hall e Tuchman – para elaborar um conceito de enquadramento.

Frames *mediáticos*, em grande medida não mencionados e não reconhecidos, organizam o mundo tanto para os jornalistas que os relatam quanto, e em um grau importante, para nós que contamos com seus relatos. *Frames mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, no qual os manejadores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, tanto verbal quanto visual* (GITLIN, 1980, p. 7, tradução nossa⁹).

⁸ Texto original: “The design of these reported events is fully responsive to our demands – which are not for facts but for typifications. Their telling demonstrates the power of our conventional understandings to cope with the bizarre potentials of social life, the furthest reaches of experience. What appears, then, to be a threat to our way of making sense of the world turns out to be an ingeniously selected defense of it. We press these stories to the wind; they keep the world from unsettling us”.

⁹ Texto original: “Media frames, largely unspoken and unacknowledged, organize the world both for journalists who report it and, in some important degree, for us who rely on their reports. *Media frames are persistent patterns of cognition, interpretation, and presentation, of selection, emphasis, and exclusion, by which symbol-handlers routinely organize discourse, whether verbal or visual*”.

A definição de Gitlin é relevante já que reúne os principais aspectos do enquadramento trabalhados pelos autores que o antecedem. Ao ressaltar que os frames produzidos pelo jornalismo são “em grande medida não mencionados e não reconhecidos” aponta-se para a característica de que os quadros primários são operados facilmente pelos atores sociais, mesmo que estes não consigam identificá-los (GOFFMAN, 1986). Ou seja, os frames construídos na atividade jornalística não são necessariamente intencionais, podem ser inconscientes (SCHEUFELE, 1999) na medida em que eles fazem parte da cognição dos jornalistas. Esta observação é fundamental, visto que neste trabalho busca-se apresentar uma visão complexa da construção da notícia, que foge da ideia que ela é produto de uma simples manipulação dos fatos por parte dos jornalistas ou das empresas às quais pertencem.

Além da capacidade dos frames de organização do mundo para os produtores da notícia e para o público, abordada anteriormente, Gitlin (1980) também destaca o papel dos jornalistas como “manejadores de símbolos” que organizam o discurso verbal e visual através de processos que obedecem a certos padrões. Para ele, os enquadramentos permitem o processamento de grandes quantidades de informação rapidamente e de forma rotineira pelos profissionais que trabalham com as notícias. As informações são reconhecidas pelos jornalistas, designadas a categorias cognitivas e embaladas de forma a abastecerem a audiência. Esses procedimentos que auxiliam o jornalista a “empacotar” as notícias são chamados por Robert Entman (1993) de seleção e saliência.

O processo de enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar é *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover determinada definição de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento* para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa¹⁰).

Em relação ao primeiro aspecto ressaltado pelo autor – seleção e saliência –, pode-se dizer que a construção do enquadramento depende de escolher e destacar alguns atributos dos eventos reportados de forma consciente ou inconsciente pelo jornalista. O processo de seleção pressupõe inclusão e exclusão, visto que selecionar não é somente incorporar determinados aspectos da realidade no texto noticioso, é também omitir outros. Já a saliência está relacionada ao destaque dado a certos atributos dos acontecimentos através da *localização* de

¹⁰ Texto original: “Framing essentially involves *selection and salience*: To frame is to *select some aspects of a perceived reality and make the more salient in a communicating text, in such way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation* for the item described”.

uma informação no texto, da sua *repetição* neste texto ou em um conjunto de textos e na *associação* desta informação destacada a símbolos e valores culturalmente familiares¹¹.

O segundo aspecto apontado por Entman (1993) centra-se na construção de um argumento através do estabelecimento de um problema e da apresentação de causas, avaliações e soluções para este. De acordo com o autor, os enquadramentos determinam o que um agente causal está fazendo e quais são os custos e os benefícios dessas ações, medidos de acordo com valores culturais compartilhados. O jornalista identifica um problema e suas causas, faz avaliações morais sobre seus agentes e seus efeitos, e pode sugerir tratamentos para ele. Como foi dito anteriormente, acredita-se que estas definições estabelecidas no texto noticioso estão baseadas em um suposto consenso social sobre o que é normal e regular, no que se pensa saber sobre a sociedade (HALL et al., 1993). Dessa maneira, a ruptura e o dissenso destacado nas notícias apontam na direção de um consenso. Neste sentido, o problema e as avaliações feitas sobre ele, quando presentes de forma reiterada nas notícias, podem orientar a compreensão da audiência sobre determinado ator político.

Gamson et al. (1992) identificam o enquadramento como um princípio organizador central que une e dá coerência e significado a um conjunto diverso de símbolos. Para os autores, também é preciso especificar o que se entende por frame pela pluralidade do conceito aplicado nas pesquisas sobre mídia. Considera-se aqui que o enquadramento é o princípio organizador central formado a partir de diversos quadros de significado e interpretação manifestos no texto. Esse enquadramento funda-se em mapas culturais supostamente consensuais que organizam o mundo tanto para os jornalistas que os produzem quanto para o público. Os manejadores de símbolos os constroem a partir de conhecimentos prévios sobre o grupo social no qual estão inseridos, de forma a fazer avaliações sobre os acontecimentos que reportam; e de saberes profissionais que os auxiliam a selecionar e salientar determinados aspectos da realidade.

Pelo que foi exposto até aqui sobre enquadramento, esta pesquisa está inserida no que Scheufele (1999), ao fazer uma classificação dos trabalhos com ênfase nesta perspectiva teórica, categorizou como “media frames as a dependent variable”, ou seja, frames midiáticos como uma variável dependente. A ideia de frame midiático centra-se na investigação de como

¹¹ A saliência não é dada automaticamente na notícia, ela é produto da interação do texto com a audiência. Ou seja, os indivíduos, ao lerem as notícias, acionam uma cadeia de conhecimentos prévios para compreender e interpretar aquele acontecimento. Nem todos, porém, irão enquadrar os acontecimentos relatados da mesma forma. Como não iremos trabalhar com a formação dos enquadramentos individuais (ideias que guiam o processamento de informações pelas pessoas), iremos procurar nas notícias do telejornal estruturas que orientem, de forma reiterada, a compreensão da audiência sobre o evento reportado na notícia através da apresentação de determinado enquadramento no texto.

os enquadramentos são incorporados ou se manifestam no texto. Como este trabalho está focado na notícia produzida por jornalistas e não em conteúdos produzidos pela mídia em geral, o termo a ser utilizado daqui em diante será *frame* jornalístico.

Nesta tipologia delineada pelo professor norte-americano, considera-se ainda que os *frames* presentes nas notícias dependem de alguns aspectos para a sua formação. Assim, os pesquisadores que atuam nesta linha estão preocupados em descobrir que fatores influenciam a maneira como os jornalistas enquadram determinados temas, em estabelecer como esse processo funciona e em determinar quais são os *frames* que os jornalistas utilizam.

Para os propósitos aqui apresentados, buscar-se-á determinar os enquadramentos construídos nas notícias sobre certo ator político e relacionar a forma como estes *frames* se manifestam no texto ao processo de construção da notícia. Como não será conduzido um estudo etnográfico sobre a produção noticiosa, utilizaremos os fatores que podem influenciar a formação de enquadramentos de acordo com o que já foi estabelecido por outros pesquisadores.

Segundo a revisão de Scheufele (1999), para o exame de *frames* jornalísticos, os aspectos que resultam na formação dos enquadramentos podem ser divididos em dois: rotinas sociais e rotinas profissionais dos jornalistas. Acredita-se que essas rotinas sociais estão ligadas a noção de que os jornalistas são uma comunidade interpretativa que partilha padrões de significação e interpretação baseados em supostos consensos sociais e que é através das rotinas profissionais – especialmente aquelas práticas acionadas como parte de seus saberes de procedimento e narração – que os processos de seleção e saliência essenciais ao *framing* atuam.

1.3 Os jornalistas e suas rotinas sociais e profissionais

Sobre as rotinas sociais, pode-se dizer que os jornalistas, no contexto ao qual se refere esta pesquisa, fazem parte de uma sociedade democrática moderna de natureza supostamente consensual, que partilha mapas culturais acionados na significação e interpretação do que acontece a sua volta. Dividem valores e normas sociais com outros membros da cultura na qual estão inseridos. Porém, além de integrarem este ambiente social maior, eles também participam de uma tribo jornalística que possui uma forma específica de ver o mundo (TRAQUINA, 2008), uma comunidade interpretativa unida por noções compartilhadas da

realidade (ZELIZER, 2000). Segundo a figura de linguagem proposta por Pierre Bourdieu (1997), os jornalistas possuem “óculos” que os permitem ver certas coisas da maneira como as veem. Com estes óculos, eles operam uma seleção daquilo que enxergam e uma construção do que é selecionado. Sob essa perspectiva, o jornalismo não é apenas uma profissão, é também um conjunto de pessoas unidas por um saber partilhado e por interpretações coletivas de acontecimentos públicos relevantes.

De acordo a visão desenvolvida por Barbie Zelizer (2000) sobre os jornalistas enquanto comunidade interpretativa, o grupo estabelece através de associações informais convenções em grande medida tácitas e negociáveis sobre quais são as práticas adequadas à profissão. Por meio de interpretações realizadas em um “tempo duplo” – um modo interpretativo local e um modo interpretativo durativo –, os jornalistas definem e redefinem a maneira como reconhecem os acontecimentos significativos; criam, experimentam e falam sobre as notícias. Comentar as coberturas jornalísticas de eventos atuais e reinterpretar a maneira que as notícias eram tratadas no passado à luz de definições contemporâneas são duas atividades que marcam a percepção dos jornalistas sobre os eventos considerados relevantes e sobre como relatá-los no momento presente. É através desse discurso sobre o modo de construir a notícia que se estabelece uma cultura jornalística, dotada de valores e de saberes específicos mais ou menos institucionalizados em rotinas profissionais que, postos em relação, ajudam a determinar os enquadramentos jornalísticos.

Ericson, Baranek e Chan (1987) já haviam apontado a importância da troca de relatos entre jornalistas no processo de ensinar e lembrar os colegas sobre o que é considerado certo e errado em determinadas circunstâncias e quais são as prováveis consequências de determinadas ações. Através de uma articulação verbal contínua sobre o conhecimento exigido para alcançar um bom desempenho no trabalho é formado um vocabulário de precedentes. Este reúne a sabedoria do ofício, mobilizada para o produto final do jornalismo – a notícia –, e sistematizada pelos autores em três tipos: saber de reconhecimento, saber de procedimento e saber de narração.

A aquisição desses saberes, para Ericson, Baranek e Chan (1987) se daria de forma tácita. Eles circulariam através desse processo de contação de histórias e não seriam formalmente expressos. Apesar de este trabalho estar de acordo com a visão de que muitos saberes são transmitidos de maneira informal nas relações entre jornalistas, também se ressalta o crescimento de meios institucionalizados de circulação de práticas e valores do jornalismo desde que os autores canadenses fizeram sua investigação em redações de jornais e emissoras de televisão no Canadá. O próprio ensino universitário, o aumento da pesquisa

acadêmica, os códigos de ética, bem como os manuais de redação, são indicadores de um processo de profissionalização (TRAQUINA, 2005) e se configuram em meios formais de aquisição dos saberes de reconhecimento, procedimento e narração. Compartilha-se, então, da asserção de Zelizer (2000, p. 34) sobre a rede informal de jornalistas produzir um discurso como “forma de assimilar elementos dessa prática negligenciados pelas interpretações formalizadas da profissão”.

Esta comunidade interpretativa faz uso não apenas seus códigos deontológicos e seus saberes de construção da notícia, como também está sujeita aos valores da empresa na qual trabalha. Em relação à política editorial, Breed (1993) afirma que, através de um regime de recompensa e punição, o jornalista é socializado com as normas editoriais da empresa, por vezes em detrimento de valores pessoais ou profissionais que tenha trazido consigo. Ou seja, ele tende a conformar-se com a orientação política da instituição para a qual trabalha, por temer sanções, por experimentar um sentimento de obrigação com os superiores, por desejar promoções e ascensão profissional ou por não perceber resistência dos outros jornalistas em relação a esta política. O prazer da atividade jornalística e a notícia como um valor – um objetivo a ser conquistado – pode fazer com que o jornalista se adapte aos interesses da empresa e construa enquadramentos alinhados à política editorial.

Observa-se, entretanto, que junto à complexidade da construção da notícia (pela interação entre as regras formalizadas da profissão e as noções tácitas que preenchem suas lacunas), há um espaço de oposição à autoridade hierárquica. Os jornalistas encontram brechas, baseadas em seus saberes compartilhados, que permitem desvios da política editorial. Vale destacar que as normas desta política editorial nem sempre são claras, permitindo margem de manobra ao jornalista; e que o profissional tem opções de seleção em muitas etapas – pode escolher quem entrevistar, que perguntas fazer e que itens realçar na notícia.

Afirma-se, então, que as rotinas sociais dos jornalistas podem ser divididas em três fatores. O primeiro diz respeito a sua inserção em uma sociedade que compartilha de mapas culturais supostamente consensuais. O segundo refere-se a sua participação em uma comunidade interpretativa que possui códigos deontológicos e saberes mais ou menos institucionalizados sobre o que é notícia e como reportá-la. O terceiro está atrelado à inserção deste jornalista em uma organização dotada de uma política editorial, que pode confrontar-se com os valores da comunidade ou limitar sua atuação. Esses três fatores ajudam a construir os saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração dos jornalistas.

O saber de reconhecimento diz respeito à habilidade profissional de distinguir quais são os acontecimentos que têm potencial de virar notícia. Ele está relacionado a critérios de

noticiabilidade substantivos, que justificam a escolha de determinado evento em detrimento de outros por características que o próprio acontecimento apresenta. O saber de procedimento encontra-se na aptidão do jornalista em pensar e operacionalizar técnicas e condutas relacionadas à recolha e à verificação dos fatos. Estão incluídas neste quesito formas de lidar com restrições organizacionais e mobilizar seus conhecimentos acerca das fontes. Já o saber de narração manifesta-se na capacidade de compilar todas as informações recolhidas e transformá-las em um relato noticioso coerente e em tempo hábil. Para isso, os jornalistas dispõem de estruturas narrativas previamente estabelecidas.

Visto que não interessa para este trabalho os fatores que levam os jornalistas a noticiar um evento e sim os esquemas de significado e interpretação presentes nas notícias, não serão exploradas as questões relacionadas ao saber de reconhecimento. O foco está nos saberes de procedimento e de narração, nos quais se dão os processos de seleção e saliência necessários ao *framing*, respectivamente.

Conforme se apontou anteriormente, **selecionar** é incorporar determinados aspectos da realidade no texto noticioso e excluir outros. Este processo, no jornalismo, é em grande medida determinado pelos conhecimentos que orientam a recolha das informações – critérios contextuais que levam a inclusões e omissões de certas informações sobre um acontecimento específico. Escassez de tempo, restrições materiais e relação com as fontes acabam se traduzindo em quadros de significado e interpretação, construídos pelas próprias avaliações (conscientes ou inconscientes) dos jornalistas ou impostos por uma conjuntura material.

Já **salientar** é destacar certos atributos dos acontecimentos através da localização de uma informação na notícia, da sua repetição ao longo texto ou em um conjunto de textos ou da associação desta informação destacada a símbolos e valores culturalmente familiares. A saliência, portanto, relaciona-se ao saber de narração do jornalista e das ferramentas que ele tem disponível para construir uma narrativa noticiosa, seja em termos de estruturas pré-estabelecidas para o texto ou de estórias partilhadas culturalmente.

Estes dois saberes que resultam em processos de seleção e saliência estão profundamente imbricados em práticas profissionais do jornalismo. Essas práticas e crenças compartilhadas se manifestam no texto e produzem enquadramentos sobre acontecimentos, instituições ou atores políticos. Tentar-se-á sistematizar os saberes de procedimento e de narração que serão úteis ao processo de análise; mas, por vezes, será preciso tratá-los em conjunto para não cair na armadilha de simplificar em demasia o processo de produção da notícia.

Para compreender as operações de incluir e omitir; de localizar, repetir e associar determinado aspecto dos acontecimentos a serem reportados é preciso considerar que o tempo é imperativo para o jornalista. A hora de fechamento condiciona o processo de produção das notícias, e o imediatismo configura-se em um dos valores da profissão. Conforme aponta Traquina (2008), as notícias são consideradas um bem altamente perecível. “Os membros da comunidade jornalística querem as notícias tão ‘quentes’ quanto possível, de preferência em ‘primeira mão’. Notícias ‘frias’ são notícias ‘velhas’, que deixaram de ser notícia”. Portanto, a capacidade do jornalista é avaliada pela sua habilidade em administrar o tempo (TRAQUINA, 2008) de forma a recolher as informações, apurá-las e transformá-las em notícia o mais breve possível. Há informações, fontes, imagens suficientes para que a notícia esteja no telejornal da noite?

As escolhas de seleção e omissão serão em alguma medida determinadas pela estrutura organizacional da empresa na qual o jornalista está inserido. É preciso avaliar se há recursos humanos e materiais para cobrir determinado acontecimento a tempo. No telejornalismo, esta disponibilidade é um critério determinante, pois as notícias na televisão dependem não apenas de profissionais disponíveis para o trabalho, mas também de equipamentos e condições técnicas suficientes. Uma entrada ao vivo, por exemplo, muito valorizada nos telejornais por conferir ao telespectador a ilusão de um acesso direto às condições empíricas da produção do discurso (FECHINE, 2008), depende da montagem de um link – uma ligação feita por satélite para a transmissão de sinais de imagem e som. Se esta operação não for possível, a informação terá de ser relatada de outra maneira. Isso pode alterar o enquadramento jornalístico, na medida em que outros elementos verbais e visuais entram em jogo no momento de repensar a transmissão da informação. Não seria possível determinar através de uma análise do texto esse critério relacionado às condições de produção da notícia, mas é preciso estar consciente de que a disponibilidade é um fator que entra no jogo da construção do enquadramento por alterar a estrutura narrativa da notícia.

A visualidade é outro critério com força determinante no telejornalismo. É necessário pensar qual será o material visual que irá acompanhar o texto verbal e de que forma. A associação de uma determinada imagem a uma notícia pode levar a novos esquemas de significado e interpretação sobre um acontecimento. A ausência delas também pode ter estes efeitos nos enquadramentos jornalísticos. Uma denúncia sobre corrupção, por exemplo, pode ter muito mais força se houver imagens que mostram um ator político entregando grandes quantias de dinheiro a terceiros. É o efeito “é verdade, eu vi na tevê!”. Sem o elemento visual, a denúncia pode não ficar materializada e manifestar um enquadramento de dúvida. Portanto,

os elementos visuais são aspectos do texto do jornalismo em tevê importantes de serem observados em estudos sobre enquadramento.

Essencial à formação dos enquadramentos jornalísticos é o acesso às fontes e a relação entre jornalistas e fontes. Na maioria dos acontecimentos que se transformam em notícias, o jornalista não está presente para acompanhar o desenrolar dos eventos. Assim, ele depende de terceiros para testemunhar e dar declarações sobre o que aconteceu. No que tange a cobertura política, especificamente, há uma interdependência particular entre os atores dos dois campos. O jornalismo precisa de fontes do campo político não apenas pelo acesso regular que permite o cumprimento dos prazos, mas também pelo caráter oficial de suas informações e depoimentos obtidos. Por outro lado, os políticos possuem grande interesse na visibilidade proporcionada pelo jornalismo para conformar suas imagens públicas, já que ela encontra-se associada à legitimidade do campo em relatar os fatos com objetividade.

Ambos, portanto, possuem propósitos específicos que se configuram em uma “necessidade de eventos”, conforme identificaram Molotch e Lester (1974). No processo de produção noticiosa, os atores políticos são “promotores de notícias”, que possuem interesses em transformar determinada ocorrência em um assunto público, tendo eles produzido esse evento ou não. O que se ressalta neste trabalho é o enquadramento que este tentará definir através de seus relatos para o jornalista. “Geralmente, o trabalho de promoção gira em torno da própria atividade de alguém que, como toda a atividade social, é executada tendo em vista seu potencial prospectivo e retrospectivo. Deste modo, uma coletiva de imprensa é realizada pelos benefícios que se esperam do impacto público a ser provocado”, exemplificam os autores (p. 104, tradução nossa¹²). As informações que os promotores levam aos profissionais que produzem as notícias devem ser pensadas de maneira a provocar enquadramentos jornalísticos favoráveis a sua posição dentro do campo político, porém existem conflitos dentro do próprio campo.

¹² Texto original: “Commonly, promotion work revolves around one’s own activity which like all social activity is accomplished with its prospective and retrospective potential uses in mind. Thus, the press conference is held for the benefits which its public impact are assumed to provide [...]”

Embora os promotores com frequência promovam ocorrências pelos quais eles próprios são responsáveis, eles também tem acesso (com certos limites) para promover atividades de outros – incluindo de indivíduos que têm propósitos opostos aos deles. Assim, um candidato político pode ‘expor’ uma ocorrência corrupta de seu rival político ou receber crédito por suas consequências benéficas. [...] A riqueza e a ironia da vida política é feita da hábil competição entre pessoas que tem acesso à mídia, que tentam mobilizar ocorrências como recursos para o seu trabalho de construção de experiências (MOLOTOCH, LESTER; 1974, p. 104-105, tradução nossa¹³).

Os produtores da notícia, entretanto, têm compromisso com a prestação de um serviço público em prol dos cidadãos. Esse valor legitima o campo socialmente, associado aos princípios de objetividade e autonomia. De forma que, com base na sua ideologia profissional, devem estar vigilantes quanto aos interesses de cada ator político na definição de enquadramentos jornalísticos. A própria teoria democrática, conforme aponta Traquina (2005), ressalta o papel adversarial entre o jornalismo e o poder político, “talvez porque séculos de domínio autocrático e por vezes despótico criaram um legado de desconfiança, suspeita e medo em relação ao poder político” (p. 23).

Sobre suas fontes, sobretudo as políticas, o jornalista faz três generalizações (TUCHMAN, 1993) que o auxiliam em uma resignificação das ocorrências trazidas pelo campo político e podem resultar em novos esquemas interpretativos. Em primeiro lugar, os jornalistas consideram que, visto que todos os indivíduos têm interesses pessoais a defender, as fontes devem provar que são confiáveis através de um processo de tentativa e erro. Depois, as informações provenientes de indivíduos que ocupam cargos de alto escalão são consideradas mais precisas por assumir-se que eles têm mais fatos a sua disposição, independente dos interesses que possuam na divulgação da informação. Finalmente, percebem que as instituições são dotadas de procedimentos que as protegem, assim como às pessoas em contato com elas. Devido a isso, o significado das informações passadas ao jornalista deve ser avaliado por ele, baseando-se no conhecimento que o profissional tem dessas instituições.

Os jornalistas, porém, “tendem a aglomerar sem distinção estas três generalizações, partindo do princípio de que ‘algo faz sentido’” (TUCHMAN, 1993, p. 86). Esse conhecimento – que é em grande parte tácito e faz parte do “bom senso” do integrante da comunidade interpretativa no processo de seleção e omissão de determinados aspectos do

¹³ Texto original: “Although promoters often promote occurrences for which they themselves are responsible, they also have access (within limits) to promote the activities of others – including individuals whose purposes are opposed to their own. Thus, a political candidate can ‘expose’ the corrupt occurrence work of a political rival or take credit for its beneficent consequences. [...] The richness and the irony of political life is made up of a free-wheeling skilled competition among people having access to the media, trying to mobilize occurrences as resources for their experience-building work.”

acontecimento a ser reportado – não é suficiente para legitimar o campo no que tange ao valor da objetividade e pode gerar suspeita sobre as avaliações que o produtor da notícia faz no processo. Por isso, para serem considerados “imparciais”, “neutros” e “justos”, os jornalistas recorrem a rituais estratégicos – procedimentos de rotina que buscam neutralizar potenciais críticas e processos difamatórios. Entre eles estão a apresentação de possibilidades conflituosas, a apresentação de provas auxiliares, o uso judicioso das aspas e a estruturação da informação em uma sequência adequada.

De acordo com Tuchman (1993), quando o jornalista não é capaz de verificar informações sobre determinada ocorrência e conta apenas com as declarações de fontes, ele busca “o outro lado” da questão para que o público tire suas próprias conclusões. Desta forma, ele pode reivindicar que está sendo objetivo, sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político. A apresentação das possibilidades conflituosas pode emparelhar pretensões de verdade ou estas podem ser publicadas à medida que surgem durante os dias. A questão é que se busca apresentar no texto noticioso cada versão da realidade como tendo a mesma validade potencial. Porém, a linguagem não é neutra e, desse processo, resultam enquadramentos diferentes para os lados apresentados.

O conflito ou a controvérsia, aliás, configuram-se em um valor notícia importante do jornalismo, pois eles representam uma ruptura da ordem social, um desvio da norma. Para Traquina (2008), em países democráticos, a disputa verbal entre políticos é uma violência simbólica considerada invulgar. Por essa característica e pela proeminência dos atores envolvidos, os acontecimentos relacionados à disputa política virariam notícia. Porém, entende-se que o conflito seria mais do que um ritual estratégico para alcançar objetividade ou um valor notícia intrínseco ao acontecimento. Considera-se que ele está enraizado na cultura, no estabelecimento de oposições que auxiliam a dar ordem à complexidade do mundo e dos acontecimentos políticos.

“O conflito funcionaria como um frame (enquadramento) cognitivo utilizado para organizar as atividades dos atores políticos, definir situações e demarcar os acontecimentos” (MOTTA, GUAZINA; 2010, p. 135). De acordo com os autores, é uma metacategoria estruturante da narrativa política no telejornalismo, estabelecida através de um enquadramento bipolar, em que personagens da política são rotineiramente posicionados uns contra os outros formando uma intriga. Ou seja, considera-se que o estabelecimento do conflito faz parte do repertório dos jornalistas sobre a narração dos acontecimentos.

O conflito e as controvérsias, portanto, não estão dados no acontecimento da maneira como são relatados nas notícias. Eles são construídos na narrativa noticiosa de forma a dispor

ordenadamente as complexas interações e disputas de poder do campo político. De acordo com Motta e Guazina (2010), esta relação antitética, na qual os atores políticos são colocados em pólos opostos, é construída essencialmente através do uso de metáforas de jogos que simplificam as complexas relações do campo político.

Outro ritual estratégico do jornalismo que se apresenta como um procedimento de rotina profissional é a apresentação de provas auxiliares, ou seja, a “localização e citação de ‘fatos’ suplementares, que são *geralmente aceitos como ‘verdadeiros’*” (TUCHMAN, 1993, p. 80). Como parte de seus saberes de procedimento, os jornalistas as obtêm com fontes envolvidas diretamente na controvérsia/conflito ou podem consegui-las com atores que não estavam previamente envolvidos no acontecimento. Apesar de as provas auxiliares terem a capacidade de “encerrar um assunto”, muitas vezes elas não conseguem estabelecer “a verdade sobre os fatos”. No caso de declarações sobre infrações de determinado ator político, as provas auxiliares podem ajudar a fomentar o escândalo político e estabelecer enquadramentos negativos para os envolvidos.

O próprio uso de aspas – citações de fontes na notícia – pode ser apresentado como prova auxiliar. “Ao inserir a opinião de alguém, eles [os jornalistas] acham que deixam de participar da notícia e deixam os ‘fatos’ falar”, ressalta Tuchman (1993, p. 81). Essas citações fazem desaparecer a presença do repórter no texto noticioso, no entanto, é preciso lembrar que o uso das aspas é uma escolha do jornalista. É um recorte da fala do entrevistado feita a partir de sua compreensão sobre o que é significativo e o que não é significativo. Tira-se a citação de seu contexto original para recontextualizá-la na estrutura narrativa pensada pelo repórter. Lembra-se, novamente, que este trabalho não considera essa seleção um processo de manipulação consciente do profissional para imprimir determinado enquadramento no texto noticioso, mas que esta avaliação é dependente de rotinas sociais dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa e dos jornalistas enquanto partícipes de uma cultura específica.

Um fator facilitador da construção narrativa para o jornalista é a estrutura da informação em uma sequência apropriada. Enquanto o *lead* e a pirâmide invertida funcionam bem para o jornalismo impresso, a notícia no telejornal se organiza de forma diferente. Começar o texto respondendo às questões “O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Porquê?” para depois aprofundar a informação de forma decrescente em importância pode até ser um formato utilizado na apresentação de notas na televisão. Porém, uma notícia padrão de tevê não se baseia nessa estrutura.

A notícia do telejornal é composta por dois grandes elementos: a cabeça e o VT (*videotape*). A cabeça é o texto construído para chamar o VT, é lida pelo apresentador no

estúdio antes de entrar o material produzido pela equipe de reportagem. Este VT é composto por *offs* (texto lido pelo repórter coberto, por imagens relacionadas ao acontecimento), sonoras (partes selecionadas das entrevistas) e passagem (quando o repórter aparece em câmara dando parte da informação). Conjugados, esses elementos são produzidos para serem compreendidos em sua totalidade, para contar uma estória com início, meio e fim (VIZEU; MAZZAROLO, 1999).

Ainda sobre a estrutura da notícia no telejornalismo, deve-se destacar que na televisão a saliência de uma informação no texto – sua localização e repetição, principalmente – é construída de forma particular dentro do espelho¹⁴ do telejornal. Uma notícia considerada importante será apresentada na escalada, que é o conjunto de manchetes que antecede o início do programa, gravadas pelos apresentadores um pouco antes destes entrarem ao vivo do estúdio. O seu objetivo é criar expectativa para que o público acompanhe o telejornal. É possível que haja ainda uma chamada de bloco para esta notícia – uma espécie de manchete lida pelos apresentadores antes da entrada do intervalo buscando manter a atenção do telespectador para o retorno dos comerciais. Esta chamada repetirá as informações já apresentadas na escalada de forma similar. Os conteúdos do texto da escalada e da chamada de bloco serão novamente apresentados na cabeça ou no VT. Esta localização em destaque da notícia no telejornal e a repetição da informação ajudam a dar relevância ao acontecimento relatado e construir o enquadramento proposto pela notícia.

A associação, que, como a localização e a repetição, faz parte do processo de saliência, não está relacionada com a estrutura do texto; mas sim com a aproximação da notícia a símbolos e valores culturalmente familiares. Ou seja, está no ato de dar significado aos acontecimentos reportados através de identificações sociais e culturais conhecidas. De acordo com Galtung e Ruge (1965), uma das dimensões do significado do acontecimento é exatamente a proximidade cultural.

[...] o explorador de eventos irá prestar atenção especial ao que é familiar, ao culturalmente similar; e o culturalmente distante será ignorado mais facilmente e não será percebido. É um pouco como um ouvinte de rádio norteamericano em, digamos, Marrocos: ele provavelmente irá passar pela música árabe e pela fala que ele recebe no dial de seu rádio como algo esquisito e sem sentido e encontrar saliência na música europeia e na fala francesa (GALTUNG; RUGE, 1965, p. 67, tradução nossa¹⁵).

¹⁴ Sequência em que as matérias do telejornal são apresentadas.

¹⁵ Texto original: “[...] the event-scanner will pay particular attention to the familiar, to the culturally similar, and the culturally distant will be passed by more easily and not be noticed. It is somewhat like the North European radio listener is, say, Morocco: he will probably pass by the Arab music and speech he can get on his dial as quaint and meaningless and find relief in European music and French talk”.

Não se pretende afirmar que o diferente, o estranho e o fora do usual não serão percebidos pelos jornalistas. Afinal, é desta ruptura sem nexos aparentes que uma ocorrência qualquer é compreendida como um acontecimento jornalístico (RODRIGUES, 1999). Mas, na verdade, aquilo que foge do padrão será interpretado e relatado pelo jornalista à luz de conhecimentos familiares. Estes formam narrativas pré-estabelecidas que compõem um “inventário de discursos” (HALL, 1983) que faz parte dos mapas culturais estabelecidos socialmente ao longo do tempo.

Galtung e Ruge (1965) chamaram a atenção para este aspecto de consonância entre uma “velha” narrativa e uma “nova” notícia como um critério de noticiabilidade, para o fato de acontecimentos atuais serem codificados em estruturas já previstas. Os jornalistas encaixam novas situações em velhas definições (TRAQUINA, 2008), dão às notícias um esqueleto sobre o qual colocar a carne da nova estória (BIRD; DARDANNE, 1993). Eles fazem isso baseados em quadros de significado e interpretação acumulados na cultura, o que lhes permite dar sentido ao que acontece no mundo de forma rápida. Assim, o narrar torna-se uma atividade prática (HALL, 1983).

[Jornalistas] eles trabalham dentro de uma linguagem ou dentro de um enquadramento, e eles fazem ajustes para que aquilo que é velho e batido pareça novo. Mas eles não estão quebrando códigos. De fato, se eles quebrassem códigos constantemente, as pessoas não iriam entendê-los de maneira nenhuma. Portanto, eles precisam operar dentro de uma série de discursos, mas adaptados para aquelas histórias específicas que eles estão tentando contar (HALL, 1983, tradução nossa¹⁶).

É tendo a consonância como pano de fundo para as narrativas noticiosas que outros saberes de narração, que fazem parte dos valores notícia de construção, serão acionados. Um deles é a *simplificação* – este segue a lógica de que quanto menos ambígua uma situação, mais possibilidades a notícia tem de ser notada e compreendida pela audiência. Para reduzir a “natureza polissêmica do acontecimento”, acionam-se estereótipos e ideias feitas (TRAQUINA, 2008, p. 91). Esses esquemas tipificadores determinam, em grande medida, como atores políticos serão apreendidos, já que eles são acessíveis principalmente através da visibilidade possibilitada pelos meios de comunicação de massa. A partir da associação de uma determinada tipificação a um sujeito, a avaliação sobre suas características será medida de acordo com padrões pré-estabelecidos (BERGER; LUCKMANN, 2009).

¹⁶ Texto original: “[...] they are working within a given language or within a given framework, and they are making those adjustments which make the old and trite appear to be new. But they are not breaking any codes. Indeed, if the constantly broke codes, people outside wouldn't understand them at all. So, they need to be operating within a certain set of discourses, but adapting that to the particular stories that they are trying to tell”.

Como bem apontado pelos autores filiados à sociologia do conhecimento, em relações de interação face a face os padrões vão sendo negociados entre os sujeitos. Pode-se dizer que essa negociação é realizada através de uma relação social dialógica, na qual o fluxo de informação é compartilhado e os sujeitos são instados a comparar o uso de deixas simbólicas para clarificar a compreensão da mensagem (THOMPSON, 2009). Porém, em situações de quase-interação mediada, no qual o fluxo de informação é monológico, conforme o é na televisão, não há a possibilidade do emissor da mensagem alterar suas deixas simbólicas no meio da comunicação, o que incapacita também a negociação dos esquemas tipificadores já presentes nas notícias.

A simplificação não se dá somente pela presença de esquemas tipificadores no texto noticioso. Ela está presente na medida em que o jornalista procura traduzir informações especializadas para o público leigo. Parte do serviço público prestado pelo jornalismo está exatamente na função pedagógica da atividade. A clareza, portanto, é bastante valorizada, em especial no telejornalismo; visto que o que seria uma atividade corriqueira para leitores de jornal – voltar a alguma passagem do texto que tenha ficado mal compreendida –, não é uma possibilidade para o telespectador. Por isso, além de escreverem de forma concisa, utilizarem palavras simples, frases curtas em ordem direta e de recorrerem a metáforas, estereótipos e ideias feitas assentados nos mapas culturais sociais; os jornalistas procuram recursos visuais, como videografismos e animações, para transmitirem significados complexos de forma clara.

Outro aspecto manifesto no texto noticioso imbricado a questões sócio-culturais é a *personalização* – a valorização de pessoas envolvidas em determinado evento, a acentuação do fator pessoa (TRAQUINA, 2008). Um exemplo muito comum na televisão brasileira são as matérias sobre inflação, na qual um sujeito de classe média ou baixa é acompanhado no supermercado para determinar como a alta de preços afetará o seu bolso no final do mês. Ou seja, o sujeito é alçado como personagem principal de uma estória narrada em torno do acontecimento “inflação”.

Um dos motivos apontados por Galtung e Ruge (1965) para esta apresentação das notícias centradas em uma determinada pessoa é a necessidade de dar significado a um evento através da identificação. Uma combinação entre projeção e empatia determinaria um enquadramento negativo ou positivo dessa pessoa nas notícias, de acordo com eles. Ressalta-se ainda que, com frequência, a personalização se dá em cima de “pessoas de elite”, não apenas por suas ações poderem causar impacto real no cotidiano de uma sociedade, mas também por que essas figuras públicas são utilizadas de forma a dizer alguma coisa sobre todas as outras pessoas. Eles representam, e porque não dizer personificam, toda uma cultura.

Por fim, para esclarecer qual é o nível de *frame analysis* a ser utilizado aqui, conclui-se que o enquadramento jornalístico é um princípio organizador central fundado em mapas culturais supostamente consensuais e formado a partir de esquemas de significado e interpretação manifestos na notícia. Ele pode, através do texto, definir um problema, apontar suas causas, fazer avaliações morais ou propor soluções. Apresentado de forma reiterada, o enquadramento pode orientar a compreensão do público sobre determinado evento ou ator político. Sua formação depende de rotinas sociais e profissionais dos jornalistas, nas quais eles acionam saberes de procedimento e narração compartilhados pelos membros do grupo para selecionar determinados aspectos da realidade e salientá-los no texto noticioso.

Com a definição de enquadramento jornalístico a ser operado nesta dissertação construída e apresentada sob influência dos conceitos de pesquisadores em jornalismo, os dois próximos capítulos irão apresentar, respectivamente, o objeto de pesquisa e a análise de conteúdo como método apropriado para o estudo de frames de textos noticiosos, bem como os procedimentos metodológicos adotados ao longo da pesquisa.

2 O JORNAL NACIONAL E DILMA ROUSSEFF

Dado o tema proposto pela pesquisa, é preciso abordar a questão do objeto em duas etapas. Em primeiro lugar, visto que serão analisadas as notícias produzidas pelo Jornal Nacional, é necessário apresentar o papel que este telejornal ocupou na formação de uma linguagem narrativa do jornalismo produzido na televisão brasileira. Situá-lo no contexto em que se encontra inserido – a emissora pela qual é transmitido e a trajetória de crescimento desta desde sua inauguração, em 1965, até a conquista e permanência em uma posição hegemônica – torna-se relevante para entender a evolução da cobertura política realizada pelo telejornal desde sua primeira transmissão até os dias atuais. Como trataremos especificamente dos conteúdos políticos do Jornal Nacional, o foco se dará neste sentido. Tomar-se-á como referência as pesquisas acadêmicas realizadas sobre o tema (BORELLI; PRIOLLI, 2000; BUCCI, 2004; NEVES, 2008; HERZ, 2009; PORTO, 2010), bem como as obras produzidas sobre o Jornal Nacional pelo próprio grupo de comunicação ao qual ele pertence (MEMÓRIA GLOBO, 2004; BONNER, 2009).

Em segundo lugar, como se propõe compreender a formação dos quadros de significado e interpretação sobre Dilma Rousseff e a ideia organizadora central construída sobre ela, torna-se fundamental conhecer esta figura pública política que, desconhecida por grande parte população brasileira em 2009, foi eleita para governar o país apenas um ano depois. Para isso, buscar-se-á construir linearmente a trajetória de vida da presidente da República desde sua infância em Minas Gerais, passando pela sua participação em movimentos de resistência à Ditadura e pelo estabelecimento de sua carreira política no Rio Grande do Sul, até o período em que exerceu os cargos de ministra de Minas e Energia e ministra-chefe da Casa Civil no primeiro e segundo mandatos de Lula, respectivamente. Visto que até dezembro de 2010 não havia obras biográficas sobre a ex-ministra, tomaremos como base as informações de reportagens e entrevistas jornalísticas publicadas pela imprensa brasileira entre os anos de 2009 e 2010, como Cláudia (ROUSSEFF, abr. 2009b), Marie Claire (ROUSSEFF, abr. 2009a), Piauí (CARVALHO, abr. 2009; jul. 2009) e Época (LOYOLA; SILVA; ROCHA, ago. 2010; MELLO, ago. 2010). Será referência também a página oficial de Dilma Rousseff na internet (DILMA..., dez. 2010), bem como a consulta a alguns sites de notícias, na medida em que se fizer necessário aprofundar e detalhar determinados acontecimentos políticos recentes.

2.1 Jornal Nacional: política e história

“O Jornal Nacional, da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o país. Dentro de instantes, para vocês, a grande escalada nacional de notícias” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 24). Assim os apresentadores Hilton Gomes e Cid Moreira mostraram aos telespectadores brasileiros o primeiro telejornal transmitido em rede nacional no país, no dia 1º de setembro de 1969. Além do ineditismo da transmissão para outros estados por sistema de microondas, logo o JN alcançaria o maior índice de audiência da televisão brasileira, mantendo-se atualmente como o programa do gênero mais antigo e mais assistido no país.

Há mais de quarenta anos no ar, de acordo com William Bonner, seu editor-chefe, “todo mundo conhece o Jornal Nacional. Todo mundo sabe em que canal de TV ele está e a que horas começa” (BONNER, 2009, p. 11). Para fins de registro histórico, no entanto, não custa reiterar que o Jornal Nacional é transmitido de segundas a sábados, às 20h15, pela TV Globo, indicada por 69,8% dos brasileiros como sua emissora preferida (META, 2010). O canal de televisão aberta faz parte das Organizações Globo, o segundo maior grupo de mídia do país¹. É, entretanto, o mais importante, visto que lidera o Sistema Central de Mídia nacional através da Rede Globo, maior rede de televisão em operação no Brasil. A primeira concessão de televisão foi recebida pela Rádio Globo, de Roberto Marinho, em 1957. A estréia aconteceu somente em 26 de abril de 1965, no canal 4 do Rio de Janeiro. Atualmente, o grupo composto por emissoras, afiliadas e retransmissoras permite que a sua programação seja levada a 98,44% do território nacional, atingindo 5.564 municípios e 99,50% da população (REDE GLOBO, 2010).

Desde a estréia, o Jornal Nacional encaixou-se na grade de programação entre duas novelas, como uma brecha de informação entre duas atrações de ficção. Um dueto afinado que reparte o horário nobre na consolidação discursiva da realidade (BUCCI, 2004) e que é o carro-chefe da programação da TV Globo. Historicamente, três fatores são importantes para explicar a centralidade do Jornal Nacional: a inserção no cenário e no debate político eleitoral

¹ O primeiro é o grupo Abril, ligado à MTV, com 74 veículos, a grande maioria relacionada ao mercado editorial. Já o conteúdo dos 69 veículos próprios das Organizações Globo é distribuído por um sistema que inclui outros 33 jornais, 52 rádios AM, 76 FMs, 11 OCs, 105 emissoras de TV, 27 revistas, 17 canais e nove operadoras de TV paga. Isso é possível através da contínua relação com empresas regionais de comunicação desde 1965 (Fonte: Donos da Mídia).

brasileiro, o investimento tecnológico como forma de estabelecer qualidade e a promoção da identidade nacional (BORELLI; PRIOLLI, 2000).

Sobre a tecnologia, pode-se afirmar que desde o princípio o Jornal Nacional foi precursor em inovações tecnológicas e, em consequência disso, liderou mais de uma vez as alterações no formato do fazer jornalismo na televisão. Visando fazer frente ao então mais importante telejornal do final dos anos 60, o Repórter Esso, da TV Tupi – no qual os apresentadores apenas liam as notícias cobertas por imagens, num modelo muito próximo ao rádio – o telejornal da Rede Globo buscou uma mudança conceitual (MEMÓRIA GLOBO, 2004). Transformou o conceito de jornalismo de televisão ao privilegiar a saída de repórteres com câmeras nas ruas e ao ser o primeiro a utilizar captação de som direto para realização de entrevistas. Além da incorporação das sonoras, muitas outras inovações foram implementadas, como a utilização de teleprompter² na apresentação do noticiário, a transmissão colorida e as entradas de repórteres ao vivo.

No entanto, a ideia por trás de todo o investimento tecnológico do Jornal Nacional e um dos propósitos da sua exibição em rede era a integração dos diversos cantos do país e a construção de uma identidade brasileira. O telejornal buscou o desenvolvimento de um modelo de noticiário capaz de apelar para os interesses das diversas praças³, que deveria falar igualmente a todas as regiões. Seria esse paradigma de telejornalismo – assentado em tecnologia e identidade nacional – que por duas décadas sustentou o Jornal Nacional como líder de audiência, mesmo considerando as limitações de conteúdo impostas pelo período de exceção (BORELLI; PRIOLLI, 2000). A estreita ligação entre a transmissão em rede, os interesses mercadológicos e a formação de uma ideia de nação é admitida pela própria organização, ao falar de Roberto Marinho e a criação do JN:

Se o empresário reconhecia que a rede era o caminho para se ampliar o mercado de consumo, o empreendedor sabia que a identidade nacional em formação não podia abrir mão de um meio de integração tão poderoso. (...) O empreendedor antevira, o empresário agira, e o jornalista iria tornar realidade um velho sonho, imprescindível para a construção da nação. E para o velho repórter, um dos principais motivos para o entusiasmo era o fato de que a “alma” da rede seria um telejornal (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 28-29).

É esta sobreposição de interesses que gerou e gera até hoje polêmicas sobre a rápida ascensão da Rede Globo a um estado de hegemonia. Um dos trabalhos acadêmicos inaugurais

² Equipamento acoplado às câmeras que exibe o texto a ser lido pelos apresentadores.

³ As redes de televisão denominam de praças as localidades alcançadas pela emissora através de suas retransmissoras e afiliadas.

que aborda a história da implantação da emissora é a dissertação de mestrado de Daniel Herz, defendida da UnB em 1983, dando origem, posteriormente, ao livro “A História Secreta da Rede Globo” (2009). A pesquisa preocupa-se em estudar a relação entre o Estado, enquanto gestor de recursos públicos e do espectro de frequência de canais de televisão, e dos donos dos meios de produção na área de comunicação, em especial, de Roberto Marinho e da Rede Globo. Conclui-se que é devido à generalidade e à imprecisão da legislação brasileira sobre radiodifusão que a Rede Globo cresceu vertiginosamente e passou a dominar o setor de mídia do país a partir da segunda metade da década de 1960.

Neste contexto se dá a ligação da emissora e de seu proprietário ao regime militar. Foi exatamente no projeto de integração nacional dos militares, que disponibilizaram um sistema de microondas que possibilitava a geração de programação em rede, que Roberto Marinho viu sua maior oportunidade de negócio. Essa relação com o poder se refletia nos conteúdos do Jornal Nacional desde o princípio. A manchete do primeiro dia de transmissão do JN informou que o presidente Costa e Silva estava se recuperando de uma crise circulatoria e que o governo da nação estava entregue a uma junta militar. Em seguida, foi exibido um filme de 46 segundos com uma declaração do ministro Delfim Netto. Logo depois, Hilton Gomes anunciou a transmissão, diretamente de Porto Alegre, terra do presidente Costa e Silva, sobre repercussão dos acontecimentos (MEMÓRIA GLOBO, 2004).



FIGURA 1 – Cid Moreira e Hilton Gomes na primeira transmissão do Jornal Nacional (MEMÓRIA GLOBO, 2004)

As limitações de conteúdo, para as Organizações Globo, são o reflexo de um regime de opressão. A empresa e os profissionais que trabalhavam no Jornal Nacional no período afirmam terem sofrido com as repressões à prática jornalística. Em 1977, Alice-Maria, na

época diretora-executiva da Central Globo de Jornalismo, e Luís Edgar de Andrade, então chefe de redação do JN, foram intimados a prestar depoimento no Dops (Delegacia de Ordem Política e Social) sob suspeita de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro (MEMÓRIA GLOBO, 2004). O próprio Roberto Marinho – que apoiou os militares de forma aberta do início ao fim do regime através de editoriais do jornal O Globo (MEMÓRIA GLOBO, 2010) –, ao saber da intimação, os acompanhou até a delegacia. Mais do que um apoio aos funcionários, o caso pode ser interpretado à luz da ligação que ele possuía com o regime. Além desse indicador, no que tange às notícias, o telejornal não se restringia a omitir casos de tortura e acontecimentos políticos relevantes, como a cassação de mandatos e a missa de 7º dia do ex-presidente João Goulart. Ele ia além: divulgava fotos e nomes de pessoas procuradas pelo governo (NEVES, 2008).

Em 1982, na fase de abertura lenta e gradual, a Rede Globo havia crescido e já possuía seis emissoras geradoras, 36 afiliadas e cinco repetidoras, o que representava a cobertura de 99% de todos os domicílios com televisor no país. Neste ano, da primeira eleição direta para governador desde o início do golpe, a cobertura do JN e dos outros telejornais da emissora sobre a apuração dos votos no estado do Rio de Janeiro causou polêmica e ficou conhecida como “Caso Proconsult”.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, naquele ano, informatizar pela primeira vez a fase final da apuração. Na maioria dos estados, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa estatal, foi responsável pela tarefa. No Rio de Janeiro, entretanto, contratou-se a empresa Proconsult. Muitos veículos de comunicação resolveram montar um esquema próprio – paralelo à apuração do TSE – para realizar a totalização dos votos, e o jornal O Globo foi um deles. De acordo com a Rede Globo, o objetivo era divulgar os resultados das urnas com rapidez e se antecipar aos números oficiais, mas o efeito não foi o esperado.

Como a televisão precisava de boletins sobre a apuração de hora em hora e o jornal só se preocupava com o resultado no momento do fechamento ao final do dia, a Rede Globo divulgava os números oficiais do Proconsult. O instituto, entretanto, teria começado pela contagem de votos no interior, indicando vitória a Moreira Franco, candidato do Partido Democrático Social (PDS) apoiado pelo regime ditatorial. A confusão na apuração era tanta que o Proconsult chegou mesmo a divulgar número de votos menor para o candidato Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), do que havia divulgado no dia anterior (MEMÓRIA GLOBO, 2004).

Por este caso, a Rede Globo foi e ainda é acusada não apenas de favorecer o regime na ocasião, como também de fraude eleitoral. Herz (2009) aponta indícios de que a eleição teria sido manipulada pelo Proconsult e que a Rede Globo teria tentado condicionar a opinião pública através de sua cobertura. A intervenção política, porém, não foi provada. Permanece o fato de que Brizola elegeu-se, mas as diferenças entre Roberto Marinho e o político permaneceram vivas por anos⁴.

A cobertura da campanha das Diretas, em 1984, também gerou controvérsias. Por todo o país, aconteciam manifestações populares exigindo o voto direto, mas os brasileiros que porventura se informassem apenas pela Rede Globo desconheciam essa movimentação, a não ser que os comícios ocorressem em sua região, conforme é possível inferir do trecho abaixo, publicado no livro “Jornal Nacional: A notícia faz história”:

A Globo acompanhou os comícios apenas nos telejornais locais. Naquele primeiro momento, as manifestações não entraram nos noticiários da rede. Roberto Marinho, em matéria publicada na revista *Veja* de 5 de setembro de 1984, explicou: “Achamos que os comícios pró-diretas poderiam representar um fator de inquietação nacional e, por isso, realizamos num primeiro momento apenas reportagens regionais. Mas a paixão popular foi tamanha que resolvemos tratar o assunto em rede nacional” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 156).

A “paixão popular” não foi ignorada em 25 de janeiro, mas o seu tratamento também não foi o esperado por aqueles a favor das Diretas. O Jornal Nacional – que não podia omitir o acontecimento devido à proporção da manifestação do movimento na capital paulista – anunciou na escalada e na cabeça da matéria a comemoração dos 430 anos da cidade. A reportagem de Ernesto Paglia destacou este aniversário e também os 50 anos da Universidade de São Paulo. No meio do texto, há menção da reunião de pessoas pela exigência do voto direto, mas a atenção se dirige para o show de Moraes Moreira e a reunião de artistas no palanque (BUCCI, 2004).

Essa postura da Rede Globo tornou-se logo insustentável. Gritos de “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” e agressões aos jornalistas da emissora eram frequentes. Foi preciso, então, mudar a atitude e o Jornal Nacional passou a cobrir com intensidade os comícios. Contudo, logo veio a censura prévia que impedia a transmissão ao vivo de qualquer

⁴ Quando Brizola foi governador em 1990 sofreu as consequências de posicionar-se contra a Rede Globo, visto que o JN apresentava matérias que procuravam prejudicar a imagem do governo (NEVES, 2008). Devido a um editorial escrito por Marinho no jornal O Globo que acusava Brizola de sofrer de “declínio de saúde mental”, o governador recebeu em 1994 um direito de resposta no telejornal. Cid Moreira via-se claramente constrangido a ler um texto que afirmava que “tudo na Globo é tendencioso e manipulado, a Globo tem uma longa e cordial convivência com os regimes autoritários e a ditadura de vinte anos que dominou o país”.

informação sobre a votação da emenda Dante de Oliveira – que propunha o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República em dezembro do ano seguinte (NEVES, 2008). A emenda não passou, e os brasileiros tiveram de aguardar até 1989 para eleger seu governante pelo voto direto.

Novamente, nesta ocasião, a Rede Globo causou polêmica. De acordo com as entrevistas conduzidas por Mauro Porto (2010) com políticos e diretores da emissora, Roberto Marinho percebeu que Leonel Brizola e o líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (PT), candidatos ao qual se opunha pela orientação de esquerda, despontavam nas pesquisas. Enquanto isso, o peemedebista Ulysses Guimarães, opção de sua preferência, tinha um fraco desempenho por sua associação com o então presidente José Sarney, que possuía uma imagem muito negativa junto ao eleitorado devido à grave crise econômica pela qual o país passava por causa da inflação.

Marinho tentou primeiramente promover Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas foi Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que se mostrou o único que podia derrotar Brizola e Lula. Além de ter uma boa estrutura de marketing que o favorecia, os meios de comunicação já o representavam como o “Caçador de Marajás” quando, enquanto governador de Alagoas, promoveu campanhas para livrar seu estado da corrupção exercida por funcionários públicos.

De acordo com Porto (2010), uma análise quantitativa do tempo despendido a cada candidato pelo Jornal Nacional elucida as preferências de Roberto Marinho. Em seu estudo de 12 edições do telejornal durante o primeiro turno das eleições de 1989, o pesquisador verificou que Collor recebia mais tempo de cobertura do que Lula e Brizola, mas ainda sim ficava atrás de Covas e Ulysses.

No segundo turno, o favorecimento a Collor evidenciou-se através da edição do debate que ocorreu nos estúdios da Rede Bandeirantes, no dia anterior, entre o candidato do PRN e Lula e que foi transmitido ao vivo por um pool de emissoras, entre elas a Rede Globo (MEMÓRIA GLOBO, 2010). O Jornal Nacional não apenas privilegiou o primeiro pelo tempo maior que recebeu na edição, mas também porque foram selecionados os momentos em que o candidato petista apresentava um desempenho mais fraco enquanto Collor aparecia em sua melhor performance⁵. A própria equipe que assessorava Lula na época admite que o candidato petista apresentou uma postura defensiva e realmente mostrou um fraco

⁵ Vale a pena mencionar aqui a transparência com que a Rede Globo tem enfrentado essas críticas. O site da Memória Globo disponibiliza, atualmente, as reportagens originais desta e de outras polêmicas em torno da sua cobertura política. Estão lá algumas reportagens veiculadas à época do caso Proconsult e das Diretas Já.

desempenho (KOTSCHO, 2006). No entanto, a polêmica gerada teve tamanha repercussão negativa para a Rede Globo que, desde então, se tornou política da empresa não mais apresentar edições de debates (MEMÓRIA GLOBO, 2004).



FIGURA 2 – Edição do debate de 1989 transmitida pelo Jornal Nacional (MEMÓRIA GLOBO, 2010)

Collor foi eleito, mas as denúncias de seu irmão à revista *Veja* sobre corrupção no governo do Caçador de Marajás provocaram um escândalo político que mobilizou a sociedade civil. Dessa vez, o Jornal Nacional acompanhou de perto tanto a CPI que investigava as denúncias, quanto as primeiras manifestações de jovens que pediam o impeachment de Collor, conhecidos como Caras Pintadas. No dia 1º de setembro de 1992, o JN registrou a solenidade de entrega de pedido de impeachment na Câmara dos Deputados e, em 29 de setembro, a Rede Globo transmitiu ao vivo a renúncia do presidente e a perda de seus direitos políticos. Nesse mesmo dia, o Jornal Nacional foi inteiramente dedicado ao caso. Críticos acusam a Globo de provocar essa situação, e as declarações da viúva de Marinho não ajudam a fortalecer a credibilidade da emissora. “O Roberto colocou ele [na Presidência] e depois tirou”, diz Lily. “Durou pouco. Ele se enganou” (BERGAMO, 2004).

Nas eleições de 1994, apesar de uma cobertura muito mais cuidadosa e do tempo equilibrado destinado aos candidatos – Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) –; qualitativamente, o telejornal privilegiava FHC, embalado pelo Plano Real e pelo controle da inflação (PORTO, 2010). A eleição de 1998, que contava com os mesmos concorrentes do pleito anterior, foi caracterizada por Mauro Porto (2010) como a “campanha invisível”. Pouca cobertura se deu à disputa eleitoral, seguindo um movimento de tabloidização do Jornal Nacional durante o período em que Mário Marona foi editor-chefe.

Em 2002, já com William Bonner como responsável pelo JN, a postura mudou e a atenção às eleições foi bastante grande. Pela primeira vez, o Jornal Nacional entrevistou os

principais candidatos ao vivo e, além disso, fez uma série de reportagens sobre os problemas enfrentados no Brasil. O tempo e o número de matérias dedicadas a cada candidato eram equivalentes, um cuidado tomado pela emissora para que não fosse acusada de parcialidade novamente. Porém, apesar do equilíbrio da cobertura, a objetividade é uma questão bastante complexa, conforme se discutiu no capítulo anterior. Em um estudo sobre os enquadramentos político-ideológicos presentes nas notícias do Jornal Nacional sobre as eleições no ano de 2002, Neves (2008) conclui que as matérias indicavam que a eleição de Lula faria aumentar o risco Brasil.

No contexto de um regime democrático mais estabilizado e de uma postura menos combativa de Lula – que chamou a si próprio de “Lulinha paz e amor” –, FHC não conseguiu fazer de José Serra seu sucessor. Com a vitória do ex-sindicalista, o JN promoveu um acontecimento inédito. O presidente eleito foi convidado a sentar na bancada do telejornal para uma entrevista e lá permaneceu durante toda a edição, assistindo a imagens de sua história, de sua prisão nos tempos de Ditadura e dos comícios que liderava no ABC paulista – fatos que haviam sido ignorados na época em que ocorreram. Para Porcello (2004), mais do que tentar reescrever a história da própria emissora e do telejornal, a entrevista indica a tendência governista das Organizações Globo, que procura aliar-se com qualquer um que estiver no poder.

Apesar da boa relação estabelecida entre Rede Globo e o governo Lula no primeiro mandato, em 2006, o medo da mudança na economia foi substituído pelas diversas denúncias de corrupção. Depois de um ano repleto de escândalos políticos, o “caso do Dossiê”, no qual petistas foram acusados de comprar informações contra os tucanos, foi apresentado de forma confusa apenas duas semanas antes do primeiro turno. “Para quem fez uma leitura de um simples telespectador, ficou a certeza de não entender o ‘caso do Dossiê’, mas de compreender que o presidente Lula estava envolvido em uma ‘sujeira’ e não merecia credibilidade” (NEVES, 2008, p. 221). No segundo turno, porém, as críticas voltaram-se para Geraldo Alckmin (PSDB), que acabou sendo derrotado por Lula, com uma quantidade de votos menor do que havia conquistado no primeiro turno.

A cobertura jornalística da recém ocorrida eleição presidencial de 2010 também gerou debates entre profissionais da comunicação, pesquisadores e membros da sociedade civil. Mais uma vez, a Rede Globo foi chamada de Partido da Imprensa Golpista pela forma como apresentou as notícias sobre Dilma Rousseff. As pesquisas acadêmicas sobre esse período ainda levarão algum tempo para serem divulgadas. Porém, este trabalho não se filia a uma visão rasa da manipulação direta das notícias pelos donos das empresas de comunicação.

Com base em pesquisas conduzidas sobre a Rede Globo e o Jornal Nacional, busca-se mostrar aqui a lenta transformação da cobertura política através dos anos. No início, atrelada a um regime ditatorial por preferências expostas abertamente pelo controlador do grupo, os acontecimentos eram omitidos e as notícias podiam ser manipuladas facilmente por interesses econômicos e políticos. Roberto Marinho não fazia segredo sobre suas orientações políticas. Publicava editoriais no jornal O Globo expressando suas opiniões, chamava candidatos à presidência para conversar com ele em seu escritório e orientava funcionários de diversos escalões sobre como deveriam fazer a cobertura política (HERZ, 2009).

Porém, com o contínuo fortalecimento da democracia, essa situação torna-se insustentável. A emissora começou a ser duramente criticada pelos cidadãos ainda nos anos 1980, devido às notícias veiculadas no período das Diretas Já. Foi, ao longo dos anos, e ainda é continuamente monitorada por pesquisadores, pela sociedade civil organizada e pelos grupos políticos que emergiram durante a democratização do país. Neste sentido, concorda-se com Porto (2010), na sua asserção sobre a relação entre a consolidação dos regimes democráticos e a exigência de uma postura objetiva e equilibrada da mídia, em especial do seu conteúdo jornalístico, sob o risco da organização perder credibilidade.

Uma vez que os meios de comunicação são observados e cobrados por sua cobertura do campo político, é preciso mostrar-se “imparcial”. Portanto, acredita-se que a mudança da cobertura política do Jornal Nacional deve-se à aquisição de experiência no regime democrático, no qual a ligação com determinado grupo político pode causar mais perdas do que ganhos. Assim, o JN passou a controlar o tempo dedicado a cada candidato durante os períodos eleitorais e a buscar a objetividade através de rituais estratégicos, valor tão precioso ao campo jornalístico. Se há ainda hoje alguma interferência das Organizações Globo nos conteúdos do telejornal, acredita-se que é através do controle social da redação, como sugere Warren Breed (1993). De qualquer forma, independente da interferência dos superiores nos conteúdos noticiosos e dos rituais estratégicos de objetividade utilizados pelos jornalistas, o texto permanece permeado de quadros de significado e interpretação que conduzem a uma ideia organizadora central sobre os atores políticos. É isto que concerne à presente pesquisa.

2.2 Dilma Rousseff: de Minas Gerais ao Palácio do Planalto

No dia 14 de dezembro de 2010, Dilma Vana Rousseff comemorou seus 63 anos, mesma semana em que foi diplomada Presidente da República pelo TSE. A trajetória entre a infância na família de classe média alta belo-horizontina e a assunção a autoridade máxima do Poder Executivo pode ser considerada agitada. Fatos de cunho pessoal e acontecimentos públicos políticos tiveram papel neste percurso.

Seu pai, o búlgaro Pedro Rousseff – ou Pétrar Russév, como era chamado antes de naturalizar-se brasileiro – era membro do Partido Comunista em seu país de origem e, no Brasil, empreitava obras para a siderúrgica Mannesmann, além de construir e vender imóveis. Sua mãe, Dilma Jane Silva, era filha de pecuaristas, nasceu em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, mas foi criada em Minas Gerais. A família vivia confortavelmente em uma casa espaçosa da capital mineira, servida por três empregadas. No início, sofreram preconceitos devido à origem do patriarca, mas conforme o padrão de vida foi aumentando, também cresceu a aceitação na sociedade de Belo Horizonte (CARVALHO, abr. 2009).



FIGURA 3 – Dilma (em pé) entre o irmão Igor e Zana, e os pais Dilma Jane e Pedro (DILMA..., 2010)

Dilma era a filha do meio do casal. De acordo com Luiz Maklouf Carvalho (abr. 2009), assim como seus irmãos, Igor e Zana, teve uma educação européia, com aulas particulares de francês. Estudava no tradicional colégio para meninas Nossa Senhora de Sion e frequentava o Minas Tênis Clube, ponto de encontro da elite de BH. Desde cedo, tomou gosto pela leitura e pela ópera, incentivada pelo pai (DILMA..., 2010). Em 1961, quando ela tinha 14 anos, Pedro Rousseff faleceu. Dois anos depois, Dilma foi estudar no Colégio Estadual Central. A transferência de instituição de ensino representou uma mudança em sua vida pessoal, relacionada também à conjuntura política do país. Sobre esse período, ela conta:

Meu primeiro dia de aula foi em 1º de março de 1964, um mês antes do golpe. O colégio era uma efervescência só. Era moderno, tinha representantes de vários grupos da esquerda. Com o golpe, alguns segmentos da classe média de que eu fazia parte se radicalizaram. Como alguém de 16 anos acha que pode existir democracia se um mês depois do início das aulas há um golpe de estado? (ROUSSEFF, 2009a, p. 74).

Ali, deu-se o despertar de Dilma para a política. Cerca de dois anos mais tarde, ela ingressou na Polop (Política Operária), organização fundada em 1961, com origem no Partido Socialista Brasileiro. Lá, conheceu Cláudio Galeno Linhares, com quem se casou em uma cerimônia civil aos 19 anos, quando cursava Economia na Universidade Federal de Minas Gerais. Segundo Carvalho (abr. 2009), os militantes do grupo logo se viram divididos em relação ao enfrentamento da ditadura e à implantação do socialismo – alguns reivindicavam a formação de uma Assembléia Constituinte, outros davam prioridade à luta armada. Dilma e Galeno ingressaram no segundo grupo, que deu origem ao Colina (Comando de Libertação Nacional).

Além de ministrar aulas de marxismo, Dilma recrutava novos integrantes para a organização na universidade. Muitas reuniões do Colina ocorriam no apartamento que o casal ganhou da mãe de Dilma (LOYOLA; SILVA; ROCHA, ago. 2010). Após uma série de assaltos a banco entre 1968 e 1969, alguns militantes do Colina foram presos e a situação ficou difícil para os seus integrantes. Com um mandado de busca e apreensão, os militares revistaram o apartamento de Dilma e Galeno. O casal já não se achava mais lá e havia destruído todos os documentos relacionados ao Colina. Foram encontrados apenas documentos pessoais e livros de Leon Trotsky, Vladimir Lênin, Fidel Castro, entre outros. Os dois passaram algumas semanas mudando de esconderijos em Belo Horizonte, mas acabaram fugindo para o Rio de Janeiro quando um retrato de Galeno foi publicado na imprensa local. Começava o período da clandestinidade, poucos meses depois da edição do Ato Institucional Nº 5.

Depois de uma curta estada na capital fluminense, Galeno foi enviado a Porto Alegre, onde o grupo tinha contato com uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dilma permaneceu no Rio, onde ajudava a organização, participando de reuniões e transportando armas e dinheiro. Lá conheceu Fernando Pimentel, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no mandato de Dilma. Conheceu também o advogado gaúcho Carlos Araújo, com quem começou um relacionamento e se casaria anos mais tarde. Ele era o chefe da dissidência do PCB que hospedou Galeno em Porto Alegre (CARVALHO, abr. 2009).

Araújo tornou-se um dos líderes do VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), fusão do seu grupo com o Colina e o VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), comandada por Lamarca⁶. A nova organização, na qual também estava Dilma Rousseff, durou apenas três meses, mas foi responsável por uma das mais marcantes ações no período: o roubo de 2,5 milhões de dólares do cofre da casa da amante do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros (LOYOLA; SILVA; ROCHA, ago. 2010). Não há registros de participação de Dilma na ação; porém, o assunto é motivo de muita controvérsia na imprensa desde que começou a atuar como Ministra de Minas e Energia no primeiro mandato de Lula. Aponta-se nos inquéritos de sua prisão e em entrevistas de outros militantes que sua função era cuidar das finanças.

O grupo cindiu novamente. Pela VAR, que tinha como prioridade o trabalho com as massas e não a ação armada, Dilma foi a São Paulo com a missão de esconder armas e munições que não estavam em locais seguros.

Fui presa no centro de São Paulo, dia 16 de Janeiro de 1970, aos 22 anos, por falha minha. De manhã, havia ido ao encontro de um companheiro, que não apareceu. Era um mau sinal, eu não deveria ter tentado o segundo encontro, à tarde, numa lanchonete. Entrei e ouvi: “Você está cercada.”. Andei rápido até uma loja de móveis. Pensei em escapar pelos fundos, mas me pegaram (ROUSSEFF, 2009b, p. 158).

Dilma foi levada para as instalações da Oban (Operação Bandeirantes). Local onde interrogavam e torturavam presos políticos. Ela conta que foi torturada durante 22 dias. Depois, foi levada para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social). Cumpriu cerca de dois anos de prisão, no presídio Tiradentes. No final de 1972, foi libertada (MELLO, ago. 2010). Passou uma temporada em Minas, com a família, antes de mudar-se para Porto Alegre, onde esperou por Araújo, que também havia sido preso. Os dois tinham cumprido pena no Tiradentes, mas em 1973 ele já havia sido transferido para um presídio localizado da ilha de Pedras Brancas, em Porto Alegre. Da casa



Figura 4 – Foto de identificação feita pelo Dops (ÉPOCA, ago. 2010)

⁶ Carlos Lamarca é uma das figuras de oposição ao regime militar mais emblemática do país. Capitão do Exército Brasileiro, ele desertou para aliar-se à resistência em 1969, comandando um grupo que levou fuzis e munição do quartel no qual servia. Participou de diversas ações de guerrilha urbana e rural. Em 1971, foi assassinado no interior da Bahia. Alguns o consideraram um herói, outros o viram como um traidor da nação (NOGUEIRA, 2008).

do sogro, Dilma podia ver, na outra margem do rio, a ilha onde estava o seu marido (CARVALHO, jul. 2009).

O casal, depois que Araújo foi solto, permaneceu na casa da família com a morte do sogro de Dilma. Neste período, ela passou a dedicar-se aos estudos. Prestou vestibular e entrou no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Durante a faculdade, foi estagiária da Fundação de Economia e Estatística (FEE). Dilma formou-se em 1977, mesmo ano que deu à luz sua única filha, Paula, e que sua irmã caçula, Zana, faleceu (CARVALHO, jul. 2009; DILMA..., 2010).

Em 1978, iniciou um mestrado em Ciência Econômica, na Universidade Estadual de Campinas. Concluiu os créditos, mas não entregou a dissertação. Em 1999, também se matriculou no doutorado pela mesma instituição. Porém, interrompeu o curso sem fazer qualquer disciplina (CARVALHO, jul. 2009; ROUSSEFF, jul. 2009).

Na primeira metade dos anos 1980, foi assessora da bancada do PDT na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ela e o marido haviam participado da fundação do partido comandado por Leonel Brizola. Nesse período, Araújo foi eleito deputado estadual, o primeiro de seus três mandatos consecutivos (DILMA..., 2010).

Em 1986, Dilma Rouseff foi nomeada para o seu primeiro cargo executivo pelo pedetista Alceu Collares, primeiro prefeito de Porto Alegre a se eleger pelo voto direto depois da ditadura. Dilma ficou dois anos no cargo de Secretária Municipal de Fazenda. Afastou-se para dedicar-se à campanha de Carlos Araújo à prefeitura de Porto Alegre, pleito no qual Olívio Dutra (PT) saiu vencedor (CARVALHO, jul. 2009).

Na gestão de Olívio, Dilma Rouseff foi nomeada diretora-geral da Câmara Municipal, cargo do qual foi exonerada. Quando Collares elegeu-se governador, em 1990, ela assumiu a presidência da FEE, posição na qual permaneceu até 1993. Saiu para tornar-se Secretária de Energia, Minas e Comunicações no último ano de governo do PDT. Com o término do mandato, Dilma retornou à FEE, como editora da revista Indicadores Econômicos. Neste mesmo ano, separou-se de Carlos Araújo (CARVALHO, jul. 2009; ROUSSEFF, jul. 2009; DILMA..., 2010).

Em 1999, voltou à Secretaria de Minas e Energia, agora pelas mãos do petista Olívio Dutra, apoiado pelo PDT no segundo turno das eleições para o governo estadual do Rio Grande do Sul. Em 2000, PT e PDT entraram em conflito não somente pela reivindicação de mais cargos pelo último, mas também devido às eleições municipais da capital gaúcha. Os pedetistas não queriam que Tarso Genro, do PT, concorresse ao cargo de prefeito contra Collares. Dilma defendeu que a aliança feita em 1998 deveria ser mantida e apoiou o

candidato petista. Na vitória deste no segundo turno, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (CARVALHO, jul. 2009). Foi então que Lula a notou:

Já próximo de 2002, aparece por lá uma companheira com um computadorzinho na mão. Começamos a discutir e percebi que ela tinha um diferencial dos demais que estavam ali porque ela vinha com a praticidade do exercício da Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Aí eu fiquei pensando: acho que já encontrei a minha ministra aqui (LULA *apud* CARVALHO, jul. 2009, p. 30).

Dilma participou do governo de transição de Lula e foi chamada para assumir o Ministério de Minas e Energia na sequência. O cargo era estratégico, visto que o país se recuperava de uma crise de energia que exigiu interrupções deste serviço em diversas regiões do país. Seu trabalho na secretaria estadual do Rio Grande do Sul e o bom trâmite estabelecido com as empresas do setor contaram a seu favor (CARVALHO, jul. 2009).

Na sua gestão, criou-se um novo marco regulatório para o setor energético do país. Investimentos privados foram atraídos para a construção de usinas hidrelétricas, termelétricas e eólicas. Assim, a capacidade de geração e transmissão de energia foi ampliada, afastando a ameaça de racionamento. Atribui-se a esta atuação o bom relacionamento estabelecido entre Lula e Dilma neste período (DILMA..., 2010).

Em 2005, José Dirceu, então ministro da Casa Civil, deixou o cargo devido à acusação de ser o mentor do mensalão – um esquema de pagamentos de propina à base aliada para aprovação de projetos do governo na Câmara Federal. Instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a denúncia feita pelo então deputado Roberto Jefferson, do PDT do Rio de Janeiro (DOMINGOS, 2010). Com o afastamento de Dirceu, Lula escolheu Dilma para substituí-lo. Foi então que ela, nova ministra da Casa Civil, passou a aparecer com mais frequência nos meios de comunicação.



Figura 5 – Dilma quando tomou posse da Casa Civil, no lugar de José Dirceu (MARQUES, 2005)

Em 2007, Dilma Rousseff tornou-se coordenadora do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), plano do governo federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira através do investimento em obras de infraestrutura. Em março de 2008, chamada de “mãe do PAC” pelo presidente na inauguração de obras do programa do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, as especulações sobre uma provável candidatura de Dilma à Presidência da República em 2010 aumentaram (GOMIDE; TORRES; NOGUEIRA, 2008).

Com o novo cargo, vieram também as controvérsias. Apenas algumas semanas depois do evento no Rio, o vazamento de um documento confeccionado pela então secretária-executiva da pasta, Erenice Guerra, com informações sigilosas de gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso com cartões corporativos ganhou destaque no noticiário nacional. A planilha teria sido produzida para defender o governo em CPI que investigou os gastos de ministros de Lula. Dilma Rousseff negou ter encomendado um “dossiê anti-FHC”. Em junho de 2009, o Superior Tribunal Federal entendeu que não havia elementos para incluí-la entre os suspeitos. As investigações foram suspensas, mas nos últimos dias de março de 2010, quando Erenice assumiu a Casa Civil no lugar de Dilma, o Ministério Público pediu que novos depoimentos fossem tomados pela Polícia Federal (ODILLA; MATAIS, 2010).

Foi precisamente em depoimento a uma comissão do Senado sobre o PAC, em maio de 2008, que Dilma teve a oportunidade de fortalecer sua imagem frente à opinião pública. Na ocasião, o senador José Agripino, do Democratas do Rio Grande do Norte, citou trecho de uma entrevista em que Dilma Rousseff confirmou ter mentido para os seus inquisidores durante a ditadura. Sua resposta foi aplaudida pelos senadores e teve reflexo positivo na mídia nacional. Para Agripino, ela respondeu:

Me orgulho de ter mentido, mentir na tortura não é fácil. Diante da tortura, quem tem dignidade fala mentira. Agüentar tortura é difícil. Todos nós somos muito frágeis, somos humanos, temos dor, a sedução, a tentação de falar o que ocorreu. A dor é insuportável, o senhor não imagina o quanto. Me orgulho de ter mentido porque salvei companheiros da mesma tortura e da morte (O GLOBO..., mai. 2008).

Situações como esta, em que ela se mostra uma pessoa com opiniões firmes, reforçam a construção de notícias sobre Dilma Rousseff na qual ela é caracterizada como “dama de ferro” (LANGELLIER, abr. 2009) e “generalá” (MENEZES, mai. 2009) pela forma com que faz a gestão de seus gabinetes. Entre outros atributos, foi chamada em entrevistas para a CartaCapital e para a IstoÉ de “durona” (ROUSSEFF, mai. 2009; ROUSSEFF, mai. 2010),

para a *Época* de “intransigente” (ROUSSEFF, fev. 2010). Em reportagem da *Veja*, referiram-se a Dilma como “centralizadora” (CABRAL; RIBEIRO, fev. 2010).

O ano de 2009 iniciou e Dilma Rousseff já era um nome forte para a candidatura à presidência pelo Partido dos Trabalhadores. A plástica a que ela se submeteu no final de 2008 repercutiu positivamente entre colegas e foi assunto de destaque na imprensa. O jornal *O Globo* publicou um texto no qual membros da base governista comentavam a mudança de visual. Tião Viana, do PT do Acre, disse que “Dilma ficou linda com o ‘new look’ de candidata. Agora, ela está fortíssima”. Já Walter Pereira, do PMDB do Mato Grosso do Sul, afirmou que “ela ficou ótima com a aparência renovada. Está parecendo uma menininha, mas que tem muito músculo para dar porrada” (CAMAROTTI, 2009).

Suas aparições em eventos tornaram-se ainda mais frequentes, assim como suas entrevistas a veículos com as mais variadas linhas editoriais. Em abril, as revistas femininas *Marie Claire* e *Cláudia* abriram espaço inusitado para uma figura política e ambas trouxeram entrevista em seis páginas com a ministra que foi chamada de “queridinha do presidente” e de “a mulher que quer governar o Brasil”, respectivamente. Os assuntos giraram em torno de beleza e da plástica, da maternidade, dos amores e do trabalho e mostraram uma Dilma “descontraída”, “sorridente” e que cumprimenta as repórteres “com dois beijinhos”. Na revista *Caras*, Dilma apareceu dançando com o então vice-presidente José Alencar no aniversário da primeira-dama, Marisa Letícia. No dia 23, o jornal francês *Le Monde* trouxe um artigo sobre Dilma Rousseff e seu envolvimento com os grupos de resistência à ditadura, falando sobre a dama de ferro que estava se tornando a estrela política do Brasil. “O ‘produto’ Dilma estará em breve pronto para a venda”, antecipava (LANGELLIER, abr. 2009, tradução nossa⁷).

Essas reportagens especiais sobre a ministra no mês de abril parecem montar o cenário para a revelação da retirada de um linfoma apenas dois dias depois do perfil publicado pelo *Le Monde*. Em uma coletiva de imprensa no Hospital Sírio-Libanês em São Paulo, no dia 25, a então ministra tornou pública a retirada de um tumor de 2,5 cm na sua axila esquerda. O anúncio foi feito quando o seu oncologista, Paulo Hoff, pôde garantir sua cura com mais de 90% de chances. Nessa ocasião, com extensas reportagens sobre sua doença e suas prováveis consequências, ela conseguiu entrar na pauta do *Jornal Nacional* com regularidade. Neste momento, inicia o período de análise desta pesquisa.

⁷ Texto original: “Le ‘produit’ Dilma sera bientôt prêt à vendre”.

3 METODOLOGIA

Com a finalidade de apresentar de forma clara a maneira como esta pesquisa foi conduzida, este capítulo divide-se em três partes. A primeira tem o objetivo de apresentar a análise de conteúdo como método inserido nos estudos sobre comunicação que permite atingir os objetivos relacionados à formação de enquadramentos jornalísticos e à construção da notícia. O propósito da segunda parte é elucidar de que forma foi definido o corpus da pesquisa, incluindo como se deu o processo de recolha e seleção das notícias. Nela, também está incluída a descrição geral das notícias a serem analisadas, resultado das primeiras explorações do material. A terceira parte visa explicar como foi aplicada a análise categorial através de fichas de classificação que permitissem a observação do material não apenas de um ponto de vista quantitativo, mas principalmente de forma qualitativa.

3.1 Análise de Conteúdo

A análise do conteúdo (AC) surgiu como método associado à pesquisa de textos midiáticos, principalmente os de cunho jornalístico e publicitário, no início do século XX nos Estados Unidos, sob a perspectiva da sociologia funcionalista. É considerado o trabalho inaugural da AC o livro de Harold Laswell, *Propaganda Techniques in the World War*, publicado em 1927 (HERSCOVITZ, 2007; BARDIN, 2010). Essa corrente da *mass communication research* nasce com um caráter empiricista, voltado basicamente para a pesquisa quantitativa com um entendimento da comunicação como um processo unidirecional (ARAÚJO, 2001).

No entanto, na segunda metade do século XX, de acordo com Laurence Bardin (2010), a análise de conteúdo começa a ser percebida como um método híbrido no qual as descrições quantitativas do material são apenas um passo para a análise qualitativa baseada na inferência. Enquanto a percepção quantitativa preocupava-se somente com a frequência de determinadas características no texto analisado, a leitura qualitativa passou a concentrar-se também na presença ou ausência de determinado conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem.

Hoje, sua aplicação também extrapola – e muito – a teoria da comunicação desenvolvida por Lasswell. Tornou-se um método utilizado por diversas disciplinas, como a Psicologia e a Linguística, apesar de continuar tendo como objeto as comunicações. Portanto, a AC é bastante utilizada por estudos na área de Comunicação Social para analisar textos escritos, imagens ou sons produzidos pelos meios de comunicação. Para Bardin (2010), “qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (p. 34).

Bauer (2007) alerta que o método não substitui uma boa teoria ou um problema de pesquisa sólido. Estes é que carregam o olhar do pesquisador e que serão responsáveis pela seleção e categorização dos conteúdos do texto. Como a perspectiva teórica do enquadramento não possui um método próprio de análise dos textos produzidos pela mídia, uma parcela significativa desses trabalhos utiliza a AC para atingir seus objetivos devido à sua flexibilidade na construção de codificadores. Alguns autores representativos desta linha de pesquisa em contexto internacional e nacional são Robert Entman, William Gamson e Mauro Porto.

Todd Gitlin (1980), que ofereceu a primeira definição de frame associada aos estudos em comunicação, já utilizava a análise de conteúdo como forma de estudar os frames presentes em jornais e noticiários de televisão sobre movimentos estudantis nos Estados Unidos. Na esteira dos estudos de Stuart Hall, ele também associa uma metodologia quantitativa à qualitativa, dando preferência a esta última. Sua preocupação não é com um estudo de frequência das categorias presentes no texto, mas sim com a identificação dessas categorias e a análise de seu significado político.

Nesta pesquisa, há uma combinação entre identificação de determinadas categorias relacionadas à definição de uma situação no texto noticioso, sua interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento e a medição de frequência dos quadros de significado e interpretação sobre o ator político em questão. Acredita-se que desta forma estarão disponíveis mais ferramentas para a etapa qualitativa da análise, concentrada na conclusão sobre as ideias organizadoras centrais que permeiam as notícias sobre Dilma Rousseff em determinadas temáticas e os acontecimentos que as compõem.

Porém, não se faz uma análise estatística das frequências. Isso porque a análise qualitativa dos dados frequenciais é mais maleável e adaptável a códigos não previstos, conforme aponta Bardin (2010). Segundo a autora, a AC conduzida de forma qualitativa funciona bem sobre corpus reduzidos e também permite o estabelecimento de categorias mais

discriminantes, como é o caso desta pesquisa. Ela ainda permite analisar elementos isolados, com frequências fracas, à luz do contexto da mensagem.

Os pesquisadores Martin Bauer (2007) e Heloiza Herscovitz (2007), que concentram suas análises em textos produzidos pelos meios de comunicação e pelo jornalismo, respectivamente, também destacam o caráter híbrido da AC. Além disso, apontam como uma de suas vantagens a questão do desenvolvimento de uma técnica objetivada que permite fazer inferências sobre textos através de procedimentos sistemáticos, explícitos e replicáveis. Neste sentido, é interessante destacar a observação de Bauer:

A validade da AC deve ser julgada não contra uma ‘leitura verdadeira’ do texto, mas em termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém. A AC não é exceção; contudo, ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o ‘vale tudo’, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social (BAUER, 2007, p. 191).

Ressalta-se, assim, que a análise de conteúdo encontra-se em uma imbricação entre o desejo de rigor e a necessidade de ir além das aparências. Segundo Bardin (2010), é uma hermenêutica controlada e, para além da descrição de características de um texto focal, busca dizer algo sobre o contexto social (BAUER, 2007). Esse processo se dá através da inferência, operação lógica capaz de admitir uma proposição como válida em decorrência de sua ligação com outras já reconhecidas como verdadeiras. “Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermédio, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma a outra” (BARDIN, 2010, p. 41).

As inferências feitas a partir do texto podem referir-se tanto ao público ao qual ele dirige-se quanto à fonte que construiu o texto. Interessa para esta pesquisa o segundo item, que diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem. Articula-se a superfície dos textos e seus elementos característicos com os fatores que determinaram essas características, deduzidos logicamente (BARDIN, 2010). Porém, observa-se que não é possível à análise de conteúdo dar conta da intenção do autor (o que ele quis dizer), somente das condições de produção dos enunciados (o que o levou a determinado enunciado). Assim, tomando as avaliações presentes no texto, construídas de forma consciente ou não, buscar-se-á inferir não

apenas os enquadramentos jornalísticos, mas também as rotinas profissionais que os jornalistas acionam na produção das notícias.

De acordo com Bauer (2007), um texto é a representação e a expressão de uma comunidade. Ele contém registros de eventos, valores, regras, normas e traços de conflito e a análise de conteúdo permite identificá-los. No caso de nossa pesquisa, interessa-nos identificar esses significados no texto jornalístico e relacioná-los aos saberes do jornalismo enquanto comunidade interpretativa. Associados aos valores da sociedade na qual estão inseridos, se poderá trabalhar de forma completa a formação do enquadramento que permeia as notícias.

[...] a AC pode reconstruir ‘mapas de conhecimento’ à medida que eles estão corporificados em textos. As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autoconhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a AC pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações (BAUER, 2007, p. 194).

Para Herscovitz (2007), os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo exercem um trabalho similar ao dos detetives em busca de pistas, que desvendam e tornam aparente aquilo que está implícito do texto. Conforme define Bardin (2010), a AC reúne um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Sua intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção que recorre a indicadores (quantitativos ou não). Para atingir este objetivo, a metodologia desta pesquisa organiza-se em torno de três pólos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados (BARDIN, 2010). É sobre a primeira etapa que se concentrará a próxima seção, a fim de seguir com a transparência exigida pelo método em relação aos procedimentos de documentação (BAUER, 2007).

3.2 A consolidação e a descrição do corpus

A pré-análise é a fase da organização do material. Para Bardin (2010), é um período de intuições que tem o objetivo de sistematizar as ideias iniciais de maneira a prosseguir com a pesquisa. Nesta etapa estão incluídas – de forma não necessariamente cronológica, mas de

maneira bastante imbricada – a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação dos objetivos ou das hipóteses e a elaboração dos indicadores. No caso desta pesquisa, a leitura flutuante foi fundamental para todo o processo, desde a construção do corpus consolidado até as primeiras tentativas de codificação do material. O contato sistemático com o texto – mas inicialmente não sistematizado – permitiu que as hipóteses de pesquisa fossem ficando cada vez mais claras, bem como as categorias que seriam necessárias para a análise do material.

Sobre a escolha dos documentos, inicia-se por esclarecer que o período de análise proposto compreende o último ano de Dilma Rousseff como ministra-chefe da Casa Civil. O que motivou o corte inicial foi o anúncio, em uma coletiva de imprensa, da retirada de um linfoma localizado em sua axila esquerda no dia 25 de abril de 2009. Inicialmente, ir-se-ia analisar também os três meses subsequentes a sua saída do cargo para concorrer à presidência. Porém, devido a restrições de tempo apontadas na banca de qualificação e ao fato de que muitos pesquisadores se interessam pela pesquisa dos conteúdos políticos do Jornal Nacional em época de eleições¹, decidiu-se finalizar o período de análise em 31 de março de 2010, o dia em que Dilma Rousseff deixou o cargo no governo como ministra da Casa Civil para concorrer à presidência. Desta forma, nosso período de análise compreende pouco menos de um ano de notícias sobre Dilma Rousseff no Jornal Nacional.

Visto a longa duração do período de análise e a incapacidade de gravar o JN diariamente durante o primeiro ano de mestrado, a solução encontrada para a realização da pesquisa deu-se através da assinatura do portal Globo.com, onde são disponibilizados todos os programas da Rede Globo na íntegra, sem os espaços publicitários. Uma vez efetivada a assinatura, descobriu-se que os arquivos de vídeo do portal eram protegidos, portanto não foi possível fazer o download. Para ficar com o registro dos programas, passou-se então ao processo de gravação das edições, com uma câmera de vídeo digital diretamente da tela do computador, somente dos conteúdos relacionados a Dilma.

Pela regra da pertinência, na qual os documentos retidos devem ser adequados aos objetivos da pesquisa (BARDIN, 2010), foram armazenados somente os programas nos quais o nome de Dilma era pronunciado por alguém – fonte ou repórter – ou nos quais ela aparecia em sonora. Ou seja, o registro das edições em que somente a imagem de Dilma Rousseff

¹ No XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação de 2010, Flora Neves indicou no grupo de trabalho de Telejornalismo que repetiria pesquisa sobre enquadramentos das notícias do Jornal Nacional nas eleições de 2010, assim como já havia feito em 2002 e 2006. Como ela, muito outros pesquisadores se debruçam no período eleitoral. Como nossa preocupação é os enquadramentos que ajudam a construir a imagem pública de Dilma Rousseff antes da corrida eleitoral, deixamos este período de fora.

aparece no vídeo não foi feito. Isso porque a análise de conteúdo aqui aplicada está centrada no aspecto verbal do texto, sendo o aspecto visual considerado como apoio ao primeiro.

Sob esses critérios, entre abril de 2009 e março de 2010, foram arquivadas 52 edições do telejornal. Deu-se então a primeira tentativa de dar coerência ao material através da definição do que seria uma unidade de análise nesta pesquisa. Definiu-se que cada unidade de análise seria um grupo de elementos do telejornalismo que tratasse de mesmo acontecimento em uma única edição do JN. Esses elementos foram sistematizados em quatro formatos, baseados nos gêneros do jornalismo televisivo:

- **REPORTAGEM:** é o texto lido no estúdio pelo apresentador do telejornal (cabeça) seguido pelo VT (material editado pela equipe de reportagem que leva a assinatura de um repórter e é composto por no mínimo dois desses três elementos – off/sonora/passagem).
- **NOTA COBERTA:** pode apresentar-se de duas maneiras. A primeira seria o texto lido pelos âncoras no estúdio ao mesmo tempo em que são apresentadas imagens que ilustram o que eles dizem. O segundo apresenta uma cabeça seguida por uma sonora, sem assinatura de repórter.
- **NOTA PELADA:** quando o apresentador lê um texto sem cobertura de imagens. O apresentador permanece em quadro durante todo o tempo.
- **ENTRADA AO VIVO:** o apresentador introduz um assunto no estúdio e chama um repórter para dar mais informações em uma segunda localização e em tempo real. Pode-se estabelecer um diálogo entre eles ou não.

É necessário frisar que quando havia uma escalada ou uma chamada de bloco sobre o mesmo acontecimento reportado em um dos quatro formatos explicitados acima estes outros dois elementos foram incluídos na unidade de análise. Genericamente, chamamos cada unidade de análise de matéria. De acordo com estas normas, totalizaram-se inicialmente 57 matérias. Com todos os conteúdos armazenados em DVDs, iniciou-se um processo de transcrição do material com o objetivo de permitir o início de uma leitura mais ordenada. Identificou-se sua data de exibição e contabilizou-se o tempo de cada unidade de análise. Porém, o processo fundamental foi a roteirização da matéria feita ao avesso. Sob os moldes dos roteiros de telejornalismo, procurou-se separar os elementos da dimensão visual dos elementos da dimensão verbal em duas colunas. Uma terceira coluna foi incluída para

determinar os elementos da linguagem do telejornalismo (escalada, chamada de bloco, cabeça, off, passagem, sonora, nota pé, nota pelada). Abaixo, segue o modelo de transcrição:

TABELA 1 – Exemplo de Transcrição do Material

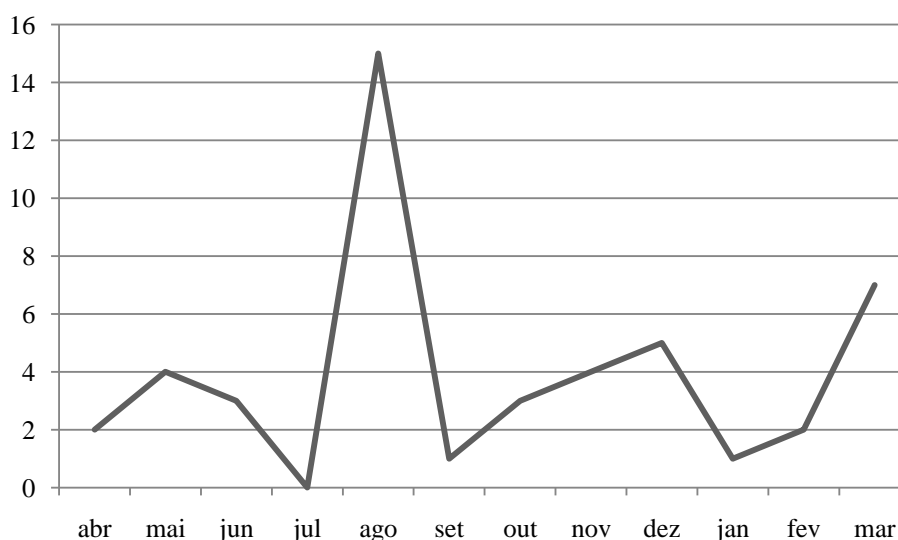
MAT04		
Data de Exibição: 19/05/2009		Tempo: 2'07"
Formato	Dimensão Visual	Dimensão Verbal
Escalada	PF Bonner (Bonner)	A ministra Dilma Rousseff é internada depois de uma reação a quimioterapia contra o câncer linfático.//
Chamada de Bloco	PA Bonner e Fátima (Bonner) Sem selo	A ministra Dilma Rousseff é internada depois de uma reação a quimioterapia contra o câncer linfático.//
Cabeça	PA Bonner e Fátima (Bonner) (Fátima)	A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, permanece no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.// Ela está em tratamento contra um câncer e foi internada de madrugada com dores fortes nas pernas.//
Off	PA HSL (pan fachada) PA rua (fachada Forças Armadas) PA HFA (zoom out) PA HSL (fachada)	Foi às três da madrugada que a ministra Dilma Rousseff chegou a São Paulo./ Ontem, ainda em Brasília, a ministra passou mal no início da tarde./ Foi medicada no Hospital das Forças Armadas./ Mas as dores na perna não deram trégua./ Num avião-ambulância, ela decolou à noite em direção a São Paulo./ Dilma Rousseff entrou no Hospital Sírio-Libanês pelo pronto-socorro, ainda com fortes dores.//
Off	Animação Boletim Médico (Dilma Rousseff, medicação endovenosa, submeteu-se a uma ressonância magnética, mostrou-se dentro da normalidade)	Os médicos informaram que ela foi medicada com analgésicos potentes, derivados de morfina./ Passou por uma ressonância magnética do corpo inteiro./ A suspeita era de uma trombose, um coágulo numa veia da perna./ Mas os exames não mostraram nada de anormal, nem nos ossos, nem nos órgãos.//
Off	PM HSL (entrada) Animação Boletim Médico (Dilma Rousseff, quadro de miopatia)	Pela manhã, a ministra fez uma série de exames de sangue, todos com resultados normais./ Por exclusão, os médicos chegaram ao diagnóstico./ Miopatia, ou, dores musculares provocadas pelo tratamento contra o câncer no sistema linfático.//
Passagem	PM repórter (entrada HSL) GC: José Roberto Burnier – São Paulo	Quando um paciente é submetido a uma sessão de quimioterapia, os médicos costumam associar ao medicamento corticóide, um remédio que aumenta a eficiência do tratamento e que também é muito utilizado para combater inflamação e dor./ Quando os médicos retiram a medicação, retiram o corticóide, dias depois alguns pacientes se queixam de dores./ Foi o que aconteceu com a ministra.//

(...)

Depois de um maior contato com o material, das 57 unidades de análise foram excluídas todas aquelas em que a então ministra Dilma Rousseff não era uma das figuras centrais para o desenvolvimento dos eventos reportados nas notícias. Restaram, então, 47 unidades de análise que compõem o nosso corpus consolidado. Destas, 21 matérias possuem escalada e chamada de bloco; sete possuem apenas escalada; três possuem apenas chamada de bloco; 13 não têm nenhum desses dois elementos; e em três unidades de análise eles estão indisponíveis, já que não havia na página da Globo.com as versões do Jornal Nacional na íntegra. Estes números indicam que na maioria das vezes em que Dilma Rousseff ganhou visibilidade no JN, foi dado destaque a este conteúdo visto que em 31 ocasiões o acontecimento ganhava saliência nas escaladas e/ou nas chamadas de bloco.

Sua visibilidade, porém, não se deu de forma equilibrada ao longo dos meses. Conforme a tabela de frequência das matérias apresentada abaixo, percebe-se uma concentração em agosto de 2009, com 15 unidades de análise, seguida em segundo lugar por março de 2010, com 07 unidades de análise.

GRÁFICO 1 – Frequência das Unidades de Análise



Seguiu-se a partir de então um processo categorização de cada unidade de análise de forma a construir uma descrição geral do corpus que permitisse a visualização das características do material disponível para análise. Além da data, da contagem de tempo de cada unidade de análise e da sua classificação em um formato do telejornalismo, as matérias foram categorizadas em três temas gerais (questões de governo, questões eleitorais, questões pessoais) e cada um deles foi dividido em acontecimentos jornalísticos. As categorias foram

construídas de modo a abarcar todas as unidades de análise de forma independente e homogênea, conforme prescreve a análise de conteúdo (BAUER, 2007; BARDIN, 2010).

Estão explicitadas abaixo:

- **QUESTÕES DE GOVERNO:** unidades de análise que abordam qualquer ação relacionada à gestão do país pelos governantes. Estão incluídos programas sociais e projetos de desenvolvimento, ações que tratam das relações que o governo estabelece com outros países ou órgãos internacionais e (supostas) transgressões por meio de atores políticos que podem afetar a governabilidade.
- **Apagão:** matérias sobre o blecaute que afetou diversos estados brasileiros em novembro de 2009, nas quais Dilma aparece não apenas pelo cargo de ministra da Casa Civil, mas também pela posição ocupada anteriormente na pasta de Minas e Energia.
- **Conferência do Clima:** unidades de análise da Conferência sobre Mudanças Climáticas que ocorreu em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro de 2009, a qual Dilma compareceu como líder da comitiva brasileira.
- **Denúncia Lina:** matérias relacionadas à declaração dada pela ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira, em agosto de 2009, de que Dilma Rousseff teria solicitado a aceleração de investigações contra familiares de José Sarney.
- **Honduras:** unidades de análise sobre o golpe de estado em Honduras, em 2009, que repercutiu no Brasil, visto que o presidente deposto Manuel Zelaia se refugiou na embaixada brasileira.
- **PAC:** matérias que tratam do Programa de Aceleração do Crescimento, conjunto de obras de infraestrutura e saneamento básico, coordenado por Dilma Rousseff entre 2007 e 2010.
- **Pré-Sal:** unidades de análise relacionadas ao anúncio da descoberta de reservas de petróleo em uma camada de pré-sal feita em 2007 pela Petrobras e as propostas de alteração de distribuição dos royalties do petróleo que causaram discussões entre atores políticos no início de 2010.
- **Telebrás:** unidades de análise sobre o processo de reativação da empresa de Telecomunicações Brasileiras.

- **QUESTÕES ELEITORAIS:** matérias que tratam de qualquer assunto relacionado às eleições presidenciais de 2010, sejam elas sobre lançamento de candidaturas ou campanhas.
 - Campanha antecipada: unidades de análise sobre ações que tramitaram no Tribunal Superior Eleitoral relacionadas às denúncias de campanha antecipada promovida pelo Partido dos Trabalhadores, o presidente Lula e a ministra Dilma Rousseff entre o final de 2009 e o início de 2010.
 - Candidatura: matérias sobre a saída de Dilma Rousseff do cargo de ministra da Casa Civil e o lançamento de sua candidatura à presidência da República.
- **QUESTÕES PESSOAIS:** unidades de análise que tratam de acontecimentos que se tornaram públicos, mas estão ligados àquilo que seria da vida pessoal e do foro íntimo de Dilma Rousseff.
 - Linfoma: matérias relacionadas à descoberta, tratamento, consequências e cura do câncer no sistema linfático que Dilma teve em 2009.

TABELA 2 – Temas e Acontecimentos

QUESTÕES DE GOVERNO		QUESTÕES ELEITORAIS		QUESTÕES PESSOAIS	
acontecimento	nº	Acontecimento	nº	acontecimento	nº
Apagão	4	Campanha Antecipada	6	Linfoma	9
Conferência do Clima	3	Candidatura	2		
Denúncia Lina	16				
Honduras	1				
PAC	3				
Pré-Sal	2				
Telebrás	1				
Sub-Total	30	Sub-Total	8	Sub-Total	9
				TOTAL	47

Acima, a tabela 2 mostra que o tema mais frequente em nosso período de análise foram as questões de governo. Visto os saberes dos jornalistas em relação às fontes autorizadas como detentoras de informações mais precisas sobre os acontecimentos e a natureza do cargo ocupado por Dilma Rousseff à época, este dado era esperado. O que é interessante observar é que mais da metade das unidades de análise incluídas na categoria questões de governo refere-se à participação de Dilma em um acontecimento que sugere que

ela cometeu uma transgressão, que se chamou aqui de Denúncia Lina. Somente este acontecimento representa mais de 1/3 de nosso corpus de pesquisa total. Além disso, é ele que causa a concentração de matérias no mês de agosto de 2009, mostrada no gráfico 1 (p. 71). As relacionadas a este tema representam 14 das 15 unidades de análise exibidas neste período.

As questões pessoais ficam em segundo lugar no ranking das unidades de análise, centradas em um único acontecimento: o linfoma de Dilma Rousseff. Sua aparição concentra-se nos três primeiros meses de análise, nos quais sete das nove matérias apresentadas são sobre o linfoma. As duas restantes são sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. Em terceiro lugar estão as questões eleitorais, que começam a figurar no telejornal no final do período de análise, entre janeiro e março de 2010, como se esperava devido à aproximação do período de campanha eleitoral. A maioria dos acontecimentos inseridos nesta temática novamente sugere uma transgressão por parte dos atores políticos ao concentrar-se na campanha eleitoral antecipada conduzida por Dilma, Lula ou o PT.

A partir da consolidação e da descrição geral do corpus (apêndice I), que permitiu estas observações preliminares sobre as unidades de análise, seguiu-se um exame ainda intuitivo do material, no qual todas as matérias foram assistidas, lidas e posteriormente descritas de forma livre. Essa etapa da leitura flutuante foi fundamental para a formação de categorias relacionadas aos esquemas de significado e interpretação sobre Dilma Rousseff presentes nas notícias e para a organização das fichas de classificação que seriam aplicadas na exploração sistematizada do material.

3.3 A exploração do material

A exploração do material é a fase da análise de conteúdo na qual se aplica de maneira ordenada as decisões tomadas na pré-análise. De acordo com Bardin (2010), consiste fundamentalmente em operações de codificação, decomposição e enumeração em função de regras formuladas previamente. Seguindo os princípios da coerência e da transparência exigidos pela AC – que envolvem, respectivamente, a formação de um referencial de codificação oriundo de um único conceito que parte para noções primárias derivadas, e a documentação detalhada do processo de codificação para a prestação pública de contas (BAUER, 2007) – explicitar-se-á o sistema de categorias construído para atingir o objetivo de

estudar a formação dos enquadramentos jornalísticos sobre Dilma Rousseff nas notícias do Jornal Nacional.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que todo o referencial de codificação partiu do conceito de enquadramento jornalístico, conforme o desenvolvimento exposto no capítulo 2 desta dissertação. A partir da definição proposta e dos objetivos delineados para a pesquisa, foram elaboradas categorias que se dividiram em dois blocos: os esquemas de significado e interpretação (Bloco B) e a construção narrativa da notícia (Bloco C). O bloco A da ficha de classificação foi apresentado na seção anterior e representa a identificação geral das unidades de análise – com data, tempo, formato, tema e acontecimentos (para as fichas de classificação completas, ver apêndices II e III)

O bloco B está dividido em dois grandes grupos: a situação reportada e os significados sobre Dilma Rousseff (auditivos e visuais). O primeiro, seguindo a definição de Entman (1993) de enquadramento, procurava no início da leitura flutuante entender a notícia a partir da definição de um problema, da sua interpretação causal, da sua avaliação moral e da sua recomendação de tratamento. Porém, na pré-análise percebeu-se que nem sempre o texto apresentava um problema de forma clara. Isto porque para se configurar em um problema entende-se que a notícia demanda o estabelecimento seja de um conflito – como categoria megaestruturante (MOTTA; GUAZINA, 2010) ou como valor notícia (TRAQUINA, 2008) – ou, ao menos, de uma tensão entre dois elementos definidos no texto noticioso. Apesar de os acontecimentos apresentarem uma ruptura (RODRIGUES, 1999), na notícia o relato desse acontecimento não mostrou transformar-se sempre em conflito ou em tensão. Portanto, as categorias foram construídas da seguinte forma: definição de uma situação, tipo de situação (conflito, tensão ou ajustamento), interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento. Lembra-se que, conforme Entman (1993), nem sempre todos os elementos estarão presentes na notícia. Segue abaixo a descrição de cada categoria:

- **DEFINIÇÃO DE UMA SITUAÇÃO:** estabelecimento no texto noticioso das circunstâncias de um acontecimento em um dado momento.
- **TIPO DE SITUAÇÃO**
 - **Conflito/Controvérsia:** categoria megaestruturante das notícias sobre o campo político. De caráter antitético, utiliza metáforas de jogos para estabelecer relações de oposição entre atores políticos (MOTTA; GUAZINA, 2010).

- **Tensão:** definição no texto noticioso de um problema que ameaça/pode eclodir. A notícia não posiciona os atores envolvidos em pólos opostos, apesar de eles poderem apresentar opiniões divergentes. Há elementos – humanos ou não – em estado de tensão.
- **Ajustamento:** o acontecimento por si só representa uma ruptura do estado normal das coisas, mas o texto noticioso não constrói a situação através do conflito ou da tensão. De forma explícita, sugere uma situação que já está conformada, resolvida e conciliada. Não há atores em oposição ou elementos em tensão.
- **INTERPRETAÇÃO CAUSAL:** definição das ações que deram origem à situação reportada.
- **AVALIAÇÃO MORAL:** apreciações ou conjecturas explícitas no texto sobre a situação e/ou seus atores baseadas em valores e princípios supostamente aceitos por uma sociedade.
- **RECOMENDAÇÃO DE TRATAMENTO:** conselhos e prescrições sobre como resolver os conflitos, eliminar as tensões ou abordar a situação apresentada.

Para estabelecer de forma adequada o tipo de situação é preciso identificar também, quando há conflito, as fontes que estão em antítese através de uma avaliação das sonoras. No estabelecimento de uma tensão, também se analisa se há as sonoras que ajudam a construir essa tensão. Como a preocupação está na formação dos enquadramentos jornalísticos sobre Dilma Rousseff, as sonoras foram divididas em duas grandes categorias: favoráveis a Dilma ou em oposição a Dilma. Desta maneira, busca-se fazer inferências sobre a relação da então ministra com outros atores do campo político. No primeiro grupo, estão os atores que apresentam a mesma posição que ela sobre uma determinada ocorrência. No segundo grupo estão aqueles que apresentam declarações ou opiniões divergentes. Outras fontes, com o papel de analisar a situação de fora do conflito ou da tensão, podem aparecer. Porém, como não auxiliam a configurar enquadramento sobre a ministra, elas não foram contabilizadas na análise.

Ainda no bloco B foram identificados os esquemas de significado sobre Dilma Rousseff, que são o cerne desta pesquisa que busca a formação dos enquadramentos jornalísticos sobre determinado ator político. Estes foram divididos em dois grupos: auditivos (quando se escuta o texto verbal proferido pelos âncoras, repórteres e fontes) e visuais (elementos verbais ou imagens que aparecem na tela do vídeo). No primeiro conjunto

realizou-se um estudo das frequências desses significados com a intenção de que essa informação pudesse ser analisada qualitativamente no movimento de inferência controlada sugerida pela análise de conteúdo. No segundo, considerou-se somente a presença ou ausência de esquemas de significado como um dado extra que pudesse complementar a análise qualitativa.

Isso porque, conforme já demonstrou a pesquisa de Moreira (2007) sobre enquadramentos no Jornal Nacional, os recursos visuais mostram-se pouco decisivos para a análise de frames neste objeto empírico. O JN, segundo ele, não utiliza muitas imagens com conteúdo cultural forte, que possam levar à identificação explícita de um determinado enquadramento apenas pela visualidade. Também nesta pesquisa, poucas imagens levaram isoladamente à localização de um frame jornalístico. A maioria parece preencher a necessidade visual da televisão através da reafirmação do texto verbal. Destacar-se-á no próximo capítulo algumas das poucas imagens que puderam, por si só, transmitir algum significado sobre Dilma Rousseff.

Vale elucidar que as categorias nesta segunda etapa do Bloco B variam de acordo com o tema. Isso porque se percebeu nas leituras preliminares do material que os significados e interpretações sobre Dilma presentes em cada um deles eram bastante diversos, principalmente no que tange às questões pessoais. Este tema possui categorias próprias. Já para as questões de governo e as questões eleitorais conseguiu-se elaborar uma ficha de classificação única visto que ambos abordam acontecimentos centrados em ações de cunho político – sejam eles de origem partidária ou relativos à gestão pública.

Abaixo, está o sistema de categorias utilizado para a questão pessoal, baseada principalmente na automanifestação de aspectos íntimos dos atores políticos (THOMPSON, 2002). Lembra-se que elas são construídas em torno de unidades de registro temáticas, que buscam “descobrir os <<núcleos de sentido>> que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2010).

- A. NOMEAÇÃO: designação de Dilma Rousseff por cargo, função privada, apelido ou qualificação.
 - A1. Ministra da Casa Civil: expressões que se referem a Dilma pelo cargo ocupado entre 2006 e 2010.
 - A2. Provável Candidata: expressões que indicam candidatura de Dilma à presidência em 2010.

- A3. Paciente: qualificação que indica a necessidade de cuidados médicos.

- B. FORÇA: sentenças que caracterizam Dilma Rousseff como alguém que não se deixa abater por situações indesejáveis, neste caso a descoberta de um câncer no sistema linfático.
 - B1. Rotina inalterada: seus hábitos e suas práticas não foram modificados por causa do linfoma.
 - B2. Aparência inalterada: seu aspecto físico não apresentou mudanças devido ao câncer.
 - B3. Câncer Inicial / Efeitos mínimos ou minimizados: fala-se do estágio inicial da doença e as consequências são apresentadas de forma menor e secundária.
 - B4. Prognóstico positivo: abordam-se indicadores sobre as grandes chances de cura do linfoma, e a normalidade dos sintomas de Dilma e da sua progressão no tratamento.
 - B5. Remoção/Fim do câncer: quando há referência à retirada do linfoma e o anúncio de cura da ministra.
 - B6. Nova aparência: quando o aspecto físico de Dilma Rousseff apresenta alteração indicando sua recuperação e a cura da doença, como o crescimento de cabelos depois da quimioterapia.

- C. FRAGILIDADE: sentenças que caracterizam Dilma Rousseff como alguém que se encontra vulnerável devido a determinada situação, neste caso a descoberta de um câncer no sistema linfático.
 - C1. Rotina alterada: seus hábitos e suas práticas foram modificados e limitados por causa do linfoma.
 - C2. Aparência alterada: seu aspecto físico apresentou mudanças devido ao câncer, como perda de cabelos.
 - C3. Suscetibilidade à dor: quando fica evidente no texto que Dilma Rousseff é capaz de experimentar dor.
 - C4. Biótipo não favorável: quando o tipo físico de Dilma Rousseff mostra-se um empecilho para o tratamento contra o câncer.

- D. FRANQUEZA: sentenças que revelam que Dilma Rousseff possui a qualidade de quem é sincero frente a uma situação que pode ser considerada de seu foro íntimo.
 - D1. Revelação da doença e comentário sobre consequências: quando o fato de Dilma contar sobre sua doença publicamente é destacado, mostrando sinceridade, bem como comentários realizados por ela sobre as consequências do câncer.
 - D2. Exemplo social: apresentação do caso de Dilma como uma lição da qual outras pessoas podem tomar proveito.

Apresentadas as categorias aplicadas nas unidades de análise que compõem a questão pessoal, explicitar-se-á, abaixo, aquelas categorias desenvolvidas no estudo das questões de governo e questões eleitorais, baseadas na construção de um regime de (in)confiabilidade (THOMPSON, 2002) de Dilma Rousseff através do texto. Nota-se que, além de identificar os esquemas de significado sobre Dilma Rousseff, buscou-se identificar também os quadros relacionados aos atores em oposição/elementos em tensão. Isso porque a antítese em que os atores são colocados em notícias que se configuram em conflito e a instabilidade em que a situação de tensão é reportada geram significados sobre esses atores que disputam com aqueles formados sobre Dilma Rousseff. Ao final, essa disputa interna de esquemas de significado ajuda a construir o enquadramento jornalístico sobre a então ministra.

Sobre Dilma Rousseff:

- A. NOMEAÇÃO: designação de Dilma Rousseff por cargo, função privada, apelido ou qualificação.
 - A1. Ministra da Casa Civil: expressões que se referem a Dilma pelo cargo ocupado entre 2006 e 2010.
 - A2. Pré-candidata / Candidata: expressões que indicam candidatura de Dilma à presidência em 2010.
 - A3. Ministra de Minas e Energia: qualificação de Dilma Rousseff pelo cargo que ocupava antes de tornar-se ministra da Casa Civil, entre 2002 e 2006.
- B. CONFIABILIDADE: sentenças que indicam Dilma Rousseff como pessoa com capacidade de exercer tarefas relacionadas à gestão de ações governamentais e de dar declarações sobre os acontecimentos reportados.

- B1. Autorização: expressões em que Dilma é apresentada ou mostra-se como representante política com poder para dar informações sobre assuntos governamentais e para dar opiniões sobre os rumos da política brasileira em nível nacional e internacional.
 - B2. Validação: sentenças que ajudam a legitimar a versão dos acontecimentos de forma favorável a Dilma através de corroboração por provas ou argumentos apresentados por ela própria ou por terceiros.
 - B3. Transparência: frases que estabelecem que Dilma Rousseff ou membros da base governista mostram-se dispostos a investigar e apresentar dados de forma clara. Quando invocam um agente/ator para fornecer essas informações.
 - B4. Idoneidade: quando Dilma Rousseff é apresentada como pessoa que tem qualidades que a distinguem pela ética ou pela boa prática profissional.
-
- C. INCONFIABILIDADE: sentenças que indicam que Dilma Rousseff não é pessoa com capacidade de exercer tarefas relacionadas à gestão de ações governamentais e de dar declarações sobre os acontecimentos reportados.
 - C1. Desqualificação: sentenças em que se tenta desacreditar Dilma ou suas declarações. Pode ser estabelecida através do apontamento de gafes cometidas por Dilma ou quando ela é qualificada como pessoa que fala mentiras, não conta a verdade. O significado se estende também aos membros do governo e da base governista.
 - C2. Defesa: sentenças em que um ator em oposição está na posição de acusar Dilma Rousseff de ter cometido algum ato ilícito ou irregularidade. Ao mesmo tempo, o texto mostra que Dilma está em uma posição defensiva, na qual ela nega uma proposição acusatória anterior.
 - C3. Contestabilidade: sentenças que mostram que Dilma não conseguiu estabelecer sua versão da situação reportada de forma eficiente. Ficam dúvidas sobre a veracidade de sua versão dos acontecimentos.
 - C4. Encerramento: quando o texto estabelece que há uma tentativa de impedir a investigação da denúncia através do silenciamento de Dilma, da ocultação/eliminação de provas ou da minimização da situação.
 - C5. Privilégio: sentenças que estabelecem que Dilma recebeu alguma vantagem política com fins eleitorais pela exposição em eventos de governo.

- C6. Desautorização: quando, nas notícias, as afirmações/atos de Dilma Rousseff perdem a autoridade pela apresentação de uma nova afirmação de uma autoridade em nível hierárquico superior, no caso o presidente Lula.

Sobre os agentes em oposição/elementos em tensão:

- D. CONFIABILIDADE: sentenças em que os atores em oposição/tensão são pessoas com capacidade para exercer tarefas e para dar declarações sobre os acontecimentos reportados.
 - D1. Autorização: sentenças em que o ator em oposição é apresentado como representante político dotado de propriedade para falar sobre assuntos governamentais no mesmo nível hierárquico ou acima de Dilma.
 - D2. Validação: sentenças em que se indica a veracidade da versão dos atores em tensão ou em oposição através da corroboração da sua versão (provas, argumentos) por eles próprios ou por terceiros.
 - D3. Transparência: expressões que mostram que os atores em oposição/tensão estão dispostos a investigar e a apresentar dados sobre um conflito ou controvérsia. Quando invocam um agente/ator para fornecer essas informações.
 - D4. Idoneidade: quando este ator é apresentado como pessoa que tem qualidades que a distinguem pela ética e boa prática profissional.
- E. INCONFIABILIDADE: sentenças em que os atores em oposição/tensão não são apresentados como pessoas com capacidade para exercer tarefas e para dar declarações sobre os acontecimentos reportados
 - E1. Desqualificação: sentenças em que membros do governo ou a própria Dilma tentam desacreditar os atores em oposição/tensão ou suas declarações. Quando estes são qualificados como agentes que falam mentiras, não contam a verdade.
 - E2. Contestabilidade: sentenças que mostram que os agentes em oposição/tensão não conseguiram estabelecer sua versão dos acontecimentos.
 - E3. Privilégio: quando o texto estabelece que a oposição obteve ou deseja obter alguma vantagem política com a definição da situação.
 - E4. Defesa: sentenças em que Dilma ou o governo estão na posição de acusar os atores em oposição/tensão de terem cometido algum ato ilícito ou irregularidade.

Ao mesmo tempo, o texto mostra que eles estão em posição defensiva, na qual negam uma proposição acusatória anterior.

- F. OUTROS
 - F1. Vitimização: sentenças em que Lina Vieira é apresentada como alguém que está sendo pressionada e intimidada.
 - F2. Fragilidade: sentenças que caracterizam Lina Vieira como alguém que se encontra vulnerável.

Finalizada a descrição das categorias do bloco B da ficha de classificação, passa-se ao bloco C, no qual o foco está na identificação de co-ocorrências. Ou seja, preocupa-se com a análise qualitativa da presença das categorias em unidades de contexto do material. Assim, avaliam-se quais são os quadros de significado que estão presentes ou ausentes em cabeças, offs, sonoras e passagens para tentar determinar na voz de quem os enquadramentos são estabelecidos – fontes ou jornalistas.

Destaca-se que a finalidade desta observação é entender a maneira que os manejadores de símbolos acionam os saberes de procedimento e de narração da sua comunidade interpretativa na construção da notícia e de seus enquadramentos. Por isso, inclui-se nesta etapa espaço para observações sobre o cumprimento da função pedagógica do jornalismo e da manifestação no texto noticioso do jornalismo como “cão de guarda” do sistema democrático.

Após as observações sobre a análise de conteúdo como método apropriado para atingir os objetivos de pesquisa e a descrição dos passos seguidos na condução da pesquisa da pré-análise à exploração do material, segue-se para a próxima etapa: o tratamento dos resultados e a inferência controlada que levou à identificação da formação de três enquadramentos jornalísticos sobre Dilma Rousseff: a suspeição, a humanização e a competência.

4 SUSPEIÇÃO, O ENQUADRAMENTO PREDOMINANTE

Neste capítulo, será apresentado o enquadramento jornalístico da suspeição, ideia organizadora central que predominou nos textos noticiosos construídos sobre Dilma Rousseff nas notícias do Jornal Nacional, em seu último ano como ministra da Casa Civil. Com base no tratamento dos dados resultantes da exploração do material, conforme apresentado no capítulo anterior, foi realizada uma interpretação controlada sobre os quadros de significados manifestos nos conteúdos noticiosos e sobre as condições de produção destes textos pelos jornalistas, entendidos como uma comunidade interpretativa com saberes especializados, participante de uma sociedade maior que compartilha mapas culturais.

Em primeiro lugar, traz-se a definição do enquadramento jornalístico da suspeição, que se apresenta relacionado a duas temáticas – questões eleitorais e questões de governo. Feito isso, a análise divide-se em duas partes, referentes aos acontecimentos reportados nas notícias que constroem este frame. A primeira seção do capítulo refere-se à Denúncia Lina. Já a segunda foca-se no Apagão e na Campanha Antecipada. Por último, são apresentadas algumas considerações sobre a suspeição, que atravessam as notícias sobre os três acontecimentos.

Define-se a suspeição como o enquadramento jornalístico que estabelece dúvidas sobre a reputação de determinado ator político ou mesmo de instituições políticas. A construção desse frame nos textos noticiosos é desencadeada por possíveis transgressões cometidas pelos agentes do campo político e que podem transformar-se em escândalos, conforme os entende Thompson (2002). Ou seja, a suspeição é formada a partir desta incapacidade dos atores políticos de controlar sua visibilidade, quando ações e condutas que eles prefeririam esconder são expostas ao público através das notícias, formando significados prejudiciais à confiança no ator político através do texto.

A formação deste frame está imbricada à função do jornalismo como “cão de guarda” e à conseqüente amplificação de denúncias ou gafes do campo político sob o pretexto de exercer o papel social de proteger os cidadãos dos abusos de poder. As divergências do campo político são simplificadas na construção do texto noticioso e apresentadas como conflitos de caráter antitético, no qual os atores envolvidos são posicionados uns contra os outros. É estabelecida, através do texto, uma disputa de significados na qual um dos lados será considerado mais confiável sobre o acontecimento em questão do que o outro. Mesmo assim, ao final, pode não ser possível estabelecer culpabilidade a determinado ator político ou

instituição política, só restando a dúvida sobre sua reputação. Este enquadramento pode ser expresso na célebre frase da peça de Shakespeare: “Há algo de podre no reino da Dinamarca”.

Conforme apontado acima, o enquadramento da suspeição resultou de notícias relacionadas às questões de governo e às questões eleitorais. Na primeira temática, está o acontecimento Campanha Antecipada. Na segunda estão o Apagão e a Denúncia Lina, com destaque ao último. Este foi o objeto de notícias mais presente no corpus de pesquisa, compondo quase um terço de todo o material estudado. É por ele, portanto, que se dará início à análise – que apresenta a descrição da situação reportada, obtida através da categorização das unidades de análise, ao mesmo tempo em que traz as inferências sobre elas, baseadas no referencial teórico sobre enquadramento, jornalismo e visibilidade política.

4.1 Denúncia Lina

Para melhor entender o contexto político em que foram construídas as notícias sobre a declaração da ex-secretária da Receita Federal, é preciso saber de dois outros acontecimentos. O primeiro relaciona-se à exoneração da Lina Vieira do comando do fisco em julho de 2009. Oficialmente, não foi apresentado motivo para a sua saída. Porém, suspeitou-se na época que ela teria sido demitida do cargo devido à investigação da Receita Federal sobre irregularidades na mudança contábil da Petrobras, que diminuiu em quatro bilhões de reais o recolhimento de impostos (CUCOLO, jul. 2009). Além disso, a ênfase na fiscalização de grandes contribuintes durante a sua gestão, em particular do setor bancário, também foi apontada como motivo de sua demissão (MAGENTA, jul. 2009).

O segundo acontecimento refere-se à crise que se instaurou no Senado Federal após uma série de acusações contra o presidente da Casa, José Sarney, entre junho e agosto de 2009. As denúncias tratavam do envolvimento do senador com a edição de atos secretos no Senado, da interferência a favor de um neto que intermediava operações de crédito consignado para servidores da Casa e do desvio de verbas destinadas à Fundação José Sarney, recebidas através de um edital da Petrobras. Além disso, ele teria vendido terras não registradas em seu nome para escapar do pagamento de impostos sobre as propriedades; teria sido beneficiado pela Polícia Federal com informações privilegiadas sobre o inquérito que investigava o seu filho, Fernando Sarney; e negociado a contratação do ex-namorado de sua

neta no Senado. Por último, José Sarney foi acusado de omitir da Justiça Eleitoral uma propriedade de R\$ 4 milhões (GUERREIRO, ago. 2009).

É logo após a exoneração de Lina Vieira e a publicização das investigações sobre Sarney e sua família, inclusive conduzidas pela Receita Federal, que a ex-secretária do órgão concede entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em nove de agosto de 2009, na qual afirma que teve um encontro com Dilma Rousseff no Palácio do Planalto no final de 2008. Lina afirmou que, na ocasião, a ministra perguntou se ela “podia agilizar a fiscalização do filho de Sarney”. Ao que Lina teria respondido: “Eu disse que não sabia da auditoria e que ia verificar”. Ela ainda falou à Folha de São Paulo: “Não fiz comentário, nem se eu ia atender, se não ia atender. Fui embora e não dei retorno”. E contou que entendeu que era “para encerrar [a fiscalização]. Estava no processo de eleição do Senado, acho que não queriam problema com Sarney” (VIEIRA, ago. 2009).

Estas primeiras afirmações de Lina Vieira são relevantes, visto que serão reiteradas nas notícias do Jornal Nacional e auxiliam na definição da situação reportada. A análise de conteúdo mostrou que as circunstâncias do acontecimento relatado giravam, inicialmente, em torno da constante afirmação e reafirmação de Lina Vieira sobre o encontro com Dilma Rousseff, não apenas em entrevista exclusiva para o Jornal Nacional, como também em um posterior depoimento que prestou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Essa informação era complementada pela negação de Dilma Rousseff, que afirmava não ter feito pedido algum à ex-secretária da Receita Federal, tampouco ter participado de encontro reservado com ela no Palácio do Planalto.

TABELA 3 – Frequência Inconfiabilidade sobre Dilma e o Governo (Denúncia Lina)

Freq.	C. Inconfiabilidade
11	C1 Desqualificação
41	C2 Defesa
4	C3 Contestabilidade
25	C4 Encerramento
0	C5 Privilégio
0	C6 Desautorização
81	Total

Como mostrou a categoria defesa da análise de conteúdo (tabela 3, acima), Lina Vieira estava sempre na posição de apresentar como irregular o pedido de Dilma Rousseff e esta se

encontrava invariavelmente na posição de defender-se da acusação através da negação de qualquer pedido ou encontro, como mostram os exemplos a seguir. Na matéria 11, o texto do off é construído da seguinte forma: “Em entrevista ao Jornal Nacional, Lina Vieira *reafirmou* que a ministra Dilma Rousseff pediu a ela para acelerar a investigação sobre as empresas da família Sarney, o que ela interpretou como sendo um pedido de encerramento da fiscalização” (MAT11). Na mesma unidade de análise, o repórter diz, em outro off: “Dilma Rousseff *voltou a negar a conversa*” (MAT11). A esta frase, segue-se uma sonora de Dilma, defendendo-se: “Eu *não tive essa discussão* com a ex-secretária da Receita, Lina Vieira” (MAT11).

Destaca-se outro exemplo da matéria 14, em que se escuta no off: “Lina Vieira *afirmou que*, numa reunião reservada no Palácio do Planalto, *recebeu um pedido* de Dilma para apressar a investigação nas empresas Sarney, o que Lina *interpretou como um pedido para encerrar o caso*” (MAT14). O repórter continua: “A ministra Dilma *negou várias vezes* ter tido o encontro e declara que não há mais o que acrescentar sobre o assunto” (MAT14). Esse dueto afirmação/negação aparece, sem exceção, da primeira até a última unidade de análise referente ao acontecimento Denúncia Lina.

Abaixo, apresentam-se duas imagens da unidade de análise 11. Na primeira, Lina Vieira dá declaração ao Jornal Nacional afirmando que o encontro ocorreu. Ela ainda cita pessoas do seu próprio gabinete e do gabinete da ministra Dilma Rousseff que teriam participado do agendamento desta reunião, entre elas as chefes de gabinete de Lina e de Dilma (Figura 6). Na segunda imagem, Dilma nega o encontro e afirma que não teve nenhuma participação na contratação ou demissão de Lina da Receita Federal (Figura 7).



FIGURA 6 – Lina Vieira afirma ao JN que houve o encontro (MAT11)



FIGURA 7 – Dilma Rousseff nega o encontro em coletiva de imprensa (MAT11)

Essas sentenças, além de auxiliarem na formação da suspeita como enquadramento jornalístico sobre Dilma Rousseff por ela encontrar-se constantemente na posição de defesa, colocam Lina e a ministra em pólos opostos por suas versões divergentes sobre os acontecimentos, construindo um conflito entre estas. É interessante perceber que, como Dilma mantém a posição de negar o encontro e passa a recusar-se a comentar o caso (sonoras da ministra aparecem apenas nas duas primeiras unidades de análise sobre o acontecimento – números 10 e 11 – e depois somente na penúltima – número 26), o conflito passa também a ser estabelecido entre os partidos de oposição e o governo, que tomam o lado de Lina e Dilma, respectivamente.

Destacam-se algumas figuras de linguagem que auxiliam a estabelecer o conflito nas notícias do Jornal Nacional. Na unidade de análise 13, relata-se no off que “a oposição *aumentou hoje a pressão* para que o governo esclareça se a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, teve ou não uma conversa reservada com a ex-secretária da Receita” (MAT13). Na matéria 16, o texto do off diz que os governistas “acusaram a oposição de fazer uma *armação* política e na sala lotada *o clima esquentou*” (MAT16). Na próxima unidade de análise, afirma-se, também no off, que o líder do governo “ *montou uma estratégia*” (MAT17) para evitar o depoimento de Dilma Rousseff. E continua: “O presidente da Comissão de Constituição e Justiça *percebeu a jogada* e suspendeu a sessão” (MAT17). Como último exemplo da metáfora de jogos utilizada para estabelecer o conflito antitético, conforme desenvolvem Motta (2010) e Motta e Guazina (2010), a matéria 21 abre com o off: “ *Ofensiva* na Câmara e no Senado” (MAT21). O repórter referia-se aos pedidos encaminhados pelas duas Casas para receber documentos que poderiam auxiliar no esclarecimento do caso.

Neste conflito entre Lina e Dilma e entre oposição e governo, o último é representado não somente por componentes da base governista – como membros do PT, do PMDB e do PTB –, como também por representantes do Estado enquanto instituição política. É o caso do aparecimento de sonoras do presidente Lula e do ministro das Relações Institucionais, José Múcio (tabela 4, abaixo), que partem em defesa de Dilma Rousseff. Porém, apesar de estes atores políticos conseguirem estabelecer algum controle sobre a visibilidade de Dilma ao tomar a frente das câmeras, evitando a exposição da ministra; dúvidas sobre a reputação de Dilma são transferidas não somente para o governo, liderado pelo Partido dos Trabalhadores, como também para o próprio Estado.

TABELA 4 – Frequência das sonoras (Denúncia Lina)

Nº	Favoráveis	Nº	Em oposição
3	Dilma Rousseff ministra Casa Civil	5	Lina Vieira ex-secretária da Receita
5	Sen. Romero Jucá (PMDB-RR) líder do governo	3	Sen. Alvaro Dias (PSBD-PR) vice-líder do partido
1	Dep. Henrique Fontana (PT-RS) líder do governo	2	Sen. Demóstenes Torres (DEM-GO)
2	Sen. Gim Argello (PTB-DF) vice-líder do governo	2	Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO) líder do partido
1	Lula Presidente	1	Warley Soares motorista
1	Sen. Aloízio Mercadante (PT-SP) líder do partido	2	Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ) presidente do partido
2	José Múcio min. Relações Institucionais	1	Sen. Heráclito Fortes (DEM-PI)
		1	Sen. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
		1	Sen. José Agripino (DEM-RN) líder do partido
15	Total	18	total

A transferência da suspeição acontece quando a situação deixa de ser definida somente pela reiteração de Lina Vieira sobre o encontro e o pedido de Dilma Rousseff e passa também a ser definida pela busca de provas desta reunião reservada entre as duas; busca esta realizada tanto pelos partidos de oposição (DEM e PSDB) como pelo próprio Jornal Nacional. A categoria desqualificação mostra como essa suspeita foi construída em torno do descrédito das declarações de Dilma e, posteriormente, em torno do descrédito do governo e do Estado. Inicialmente, quando o embate era apenas entre afirmação/negação, sugeria-se que Dilma havia mentido sobre o encontro. Na unidade de análise 11, Lina Vieira afirma em sonora: “Se a ministra tivesse dito a verdade, que houve esse encontro” (MAT11). Na matéria 16, o off indica: “Para a oposição, a ministra Dilma Rousseff, que negou o encontro várias vezes, *não falou a verdade*” (MAT16).

Duas unidades de análise depois, quando a situação passou a ser definida em torno da busca de imagens do sistema de segurança que poderiam comprovar ou não a ida de Lina Vieira ao Palácio do Planalto, é o governo que faltaria com a verdade. Como as imagens solicitadas tanto pelos partidos de oposição quanto pelo próprio JN não eram liberadas, o deputado Ronaldo Caiado, líder do Democratas, diz: “*Mentira tem perna curta*. Se o governo

quisesse encerrar de uma vez com esse assunto era só apresentar as imagens e também a planilha dos carros que tiveram acesso ao Palácio do Planalto” (MAT18). Na matéria 19, com o anúncio feito pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República dizendo que não haveria mais as imagens do final de 2008, visto que estas ficariam armazenadas no sistema por apenas um mês, a desqualificação parte da sonora do senador Demóstenes Torres, também do Democratas: “Estão *mentindo* novamente com o único objetivo de não enfrentarem as declarações de Lina Vieira” (MAT19).

O significado de desqualificação do governo assume maior potencial de esvaziar a reputação das instituições políticas quando, ao reagir à nova informação de que os dados do sistema de segurança deveriam ficar armazenados por seis meses, conforme estabelecido pelo edital de compra dos equipamentos, as sonoras da oposição passam a sugerir a eliminação de provas. Esta, extraída da matéria 22, é do deputado Rodrigo Maia, presidente do DEM: “Entendemos que há uma necessidade do governo de *queimar provas*, de *esconder a verdade* sobre a reunião entre a ex-secretária da Receita e a ministra Dilma” (MAT22). Na unidade de análise 23, a desqualificação já é construída em torno do Estado, como mostra a sonora do senador tucano Tasso Jereissati: “A coisa tomou uma gravidade maior porque não só *a ministra mentiu*, como o próprio Planalto também passou a ser *cúmplice da mentira*, o que fica mais grave ainda” (MAT23).

Juntamente com os significados de desqualificação e defesa, apresentados acima, o encerramento ajuda a construir a inconfiabilidade sobre Dilma Rousseff. A todo o momento, aparecem sentenças que indicam que a ministra e o governo buscam evitar qualquer investigação sobre a denúncia feita por Lina Vieira e procuram retirar o acontecimento da visibilidade pública. Na sonora da matéria 11, o senador Álvaro Dias, do PSDB, já indica: “O governo *não quer* que ela [Lina Vieira] venha à CPI [da Petrobras]. *Não admite que ela fale aqui*” (MAT11). No off da unidade de análise 14, o repórter diz: “Mas os governistas *não admitem sequer* a convocação de Dilma Rousseff” (MAT14). Na matéria 17, o significado é construído de forma ainda mais explícita com a utilização de uma metáfora no off: “O líder do governo queria *sepultar* qualquer chance de a ministra Dilma Rousseff ser chamada para depor” (MAT17). A sonora do ministro de Relações Institucionais na próxima unidade de análise minimiza a situação e propõe o encerramento através de figuras de linguagem: “Acho que a gente devia superar, *virar essa página*, isso é *uma questão menor*. O que precisar ser esclarecido tem que ser esclarecido. Eu sou contra a gente *colocar as coisas debaixo do tapete*, mas também não [podemos] perder tempo com aquilo que pode atrapalhar nosso trabalho” (MAT18).

Por último, outro significado que auxilia a construção da inconfiabilidade sobre Dilma Rousseff é a contestabilidade, formada por sentenças que lançam dúvidas sobre a versão de Dilma e do governo para os acontecimentos. Um exemplo é o off apresentado na unidade de análise 23, quando o líder do governo, o senador peemedebista Romero Jucá, divulga que Lina Vieira esteve pela última vez no Palácio do Planalto, no ano de 2008, no dia 9 de outubro: “Mas Romero Jucá *não esclareceu* com quem Lina Vieira se encontrou”. Na mesma matéria, o significado é reforçado por sonora de Heráclito Fortes, senador do Democratas: “Isso *não bate uma coisa com a outra. Não rima, como se diz no Nordeste. É preciso que se traga argumento mais consistente*” (MAT23).

Dado somente o quadro de significados inconfiabilidade – composto por desqualificação, defesa, contestabilidade e encerramento, apresentados acima – pareceria certo que Dilma Rousseff encontrou-se com Lina Vieira, que ela teria feito alguma solicitação irregular para a então secretária de Receita e que o governo (e o Estado), para ocultar o caso, teria eliminado provas do encontro. Porém, assim como Lina Vieira e a oposição tentam definir sua versão através da construção da inconfiabilidade do outro, a base governista faz o mesmo. Esse quadro de significados, conforme mostra a tabela 5 (abaixo), apesar de presente, é menos frequente no texto noticioso se comparado ao mesmo quadro sobre a ministra e a oposição, apresentado anteriormente pela tabela 3 (página 84). Porém, ele ajuda a construir certo grau de dúvida sobre a afirmação feita pela ex-secretária da Receita.

TABELA 5 – Frequência Inconfiabilidade sobre Lina e a oposição (Denúncia Lina)

E. Inconfiabilidade	
4	E1 Desqualificação
8	E2 Contestabilidade
3	E3 Privilégio
0	E4 Defesa
15	Total

Em certas ocasiões, Lina Vieira também é desqualificada pelos membros do governo através do texto noticioso. Na primeira matéria sobre a denúncia, atribui-se o descrédito de Lina ao próprio presidente da República. William Bonner lê na nota pé: “Sobre a suposta conversa entre a ministra Dilma e a ex-secretária da Receita Federal, o presidente Lula afirmou que quem *construiu essa história* em algum momento vai ter que dizer que *foi um ledo engano*” (MAT10). Na unidade de análise 14, a desqualificação da ex-secretária de Receita é estabelecida pela comparação com Dilma Rousseff, quando o senador Gim Argello,

do PTB, declara: “Não faz sentido algum uma ministra de Estado [participar de uma acareação] com a ex-secretária, sendo que a ministra já disse sua posição e já disse a verdade (MAT14)”. Já na matéria 17, ao questionar o porquê de Lina Vieira não ter feito denúncia contra Dilma à época do encontro, o senador Aloizio Mercadante, líder do Partido dos Trabalhadores, afirma contra Lina: “Ou a senhora *prevaricou* ou a senhora *não está falando a verdade*”.

A declaração de Lina Vieira sobre o encontro com Dilma Rousseff também é colocada em dúvida em vários momentos, formando o significado de contestabilidade. Na unidade de análise 16, em que é noticiado o depoimento que ela prestou à CCJ, o off salienta a falta de materialidade apresentada pela ex-secretária para corroborar sua declaração: “Lina Vieira disse que *não lembrava da data certa da conversa* e que *não tinha provas* do encontro” (MAT16). Romero Jucá, senador do PMDB e líder do governo também aponta a contestabilidade das afirmações feitas por Lina: “Vossa Excelência *não sabe a data* do encontro. A ministra Dilma não sabe a data porque disse que não houve encontro. Acho que essa questão morre com essa audiência hoje”. A falta de provas é relembrada outras vezes, como no off da matéria 19: “Em depoimento do Senado, Lina descreveu por onde teria passado para se encontrar com a ministra, mas *não apresentou provas*” (MAT19).

A incongruência entre o depoimento da ex-secretária e os registros de entrada e saída da recepção e da garagem do Planalto é apresentada no off da matéria 23: “Segundo Romero Jucá, Lina esteve no Palácio do Planalto nos dias *9 de outubro do ano passado*, 22 de janeiro, 16 de fevereiro e 6 de maio. No depoimento aos senadores, Lina Vieira afirmou que a conversa reservada com a ministra Dilma Rousseff teria ocorrido entre *novembro e dezembro do ano passado*” (MAT23).

Outras sentenças do corpus de pesquisa indicam que a oposição seria beneficiada politicamente com a denúncia contra Dilma Rousseff. Na unidade de análise 13, constrói-se este significado no off através da seguinte sentença: “Para os governistas, a oposição, que já convocou Lina Vieira para um depoimento no Senado, quer *desgastar a imagem de Dilma Rousseff*” (MAT13). Este texto é seguido pela sonora do deputado petista Henrique Fontana, líder do governo: “Infelizmente, percebe que a oposição continua com uma pauta menor que é a pauta da conflitividade, que é a pauta de trabalhar, *antecipar a eleição de 2010* fazendo esse tipo de luta política que eu considero de baixa qualidade” (MAT13). Chama-se atenção para esta declaração de Fontana, única vez nas notícias do Jornal Nacional sobre esse acontecimento em que Dilma Rousseff é associada às eleições de 2010, mesmo que de forma

indireta. Sua nomeação nas matérias sobre a denúncia de Lina é feita estritamente pelo cargo que ocupava à época como ministra da Casa Civil, conforme mostra a tabela 6 (abaixo).

TABELA 6 – Frequência nomeação (Denúncia Lina)

Freq.	A. Nomeação
98	A1 Ministra (da Casa Civil/ Chefe da Casa Civil)
0	A2 Provável Candidata / Pré candidata / Candidata
0	A3 Outros
98	Total

Além da competição entre os significados de inconfiabilidade relacionados aos dois pólos estabelecidos pelo conflito construído nas notícias do Jornal Nacional, Lina e Dilma bem como oposição e governo, também concorrem no texto pela determinação de quem é mais confiável através dos significados validação, transparência e idoneidade. Sobre este último, observa-se que, em nenhum momento, Dilma Rousseff é apresentada como pessoa que se destaca pela ética ou boa prática profissional. No entanto, constroem-se sentenças nesse sentido sobre Lina Vieira (abaixo, tabelas 7 e 8, respectivamente).

Já na segunda reportagem sobre o acontecimento no corpus de análise, esse significado é estabelecido de forma indireta no off, ao fazer referência à sua exoneração da Receita Federal: “A *disposição de Lina Vieira para investigar* o caso [mudança contábil da Petrobras] teria sido, segundo a oposição, um dos motivos da demissão dela” (MAT11). A correção moral da ex-secretária é formada também por sentenças em que se destaca que Lina não obedeceu à solicitação de encerrar as investigações sobre a família Sarney; como, por exemplo, na frase da unidade análise 11: “Lina Vieira disse que *nunca deu retorno* ao pedido da ministra” (MAT11). Em outra ocasião, é a própria Lina que busca construir sua idoneidade, como na sentença presente na matéria 16, proferida durante o depoimento na comissão do Senado: “*Não preciso de agenda para falar a verdade*” (MAT16).

TABELA 7 – Frequência da Confiabilidade sobre Dilma e o Governo (Denúncia Lina)

Freq.	B. Confiabilidade
0	B1 Autorização
8	B2 Validação
16	B3 Transparência
0	B4 Idoneidade
24	Total

TABELA 8 – Frequência da Confiabilidade sobre Lina e a Oposição (Denúncia Lina)

Freq.	D. Confiabilidade
0	D1 Autorização
21	D2 Validação
32	D3 Transparência
4	D4 Idoneidade
57	Total

Sobre a validação, as notícias apresentam sentenças que ajudam a legitimar a versão do acontecimento de acordo com o que foi relatado tanto por Lina quanto por Dilma (afirmação/negação do encontro, respectivamente). Isso é feito através de corroboração de suas versões por provas ou argumentos apresentados por elas próprias ou por terceiros. Um dos exemplos que validam a inexistência do encontro, conforme o que disse Dilma Rousseff, está no off da matéria 19, quando os registros de entrada e saída do Palácio do Planalto nos meses de novembro e dezembro são divulgados: “E nos registros existentes correspondentes aos meses de novembro e dezembro de 2008 *não foi encontrado o nome da ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira*” (MAT19). Outro exemplo está no off da unidade de análise 26: “Na agenda da ministra Dilma Rousseff *não há registro da visita de Lina Vieira neste dia*” (MAT26).

Ainda sobre a confiabilidade da versão de Dilma, quando a suspeição passa da ministra para o governo, há também algumas sentenças que auxiliam na validação da versão da base governista e do Estado, que justificam a falta das imagens do sistema de segurança do Palácio do Planalto. Na matéria 22, o senador Gim Argello explica o porquê de só estarem disponíveis os registros de entrada e saída do prédio e não as imagens: Diz ele, em sonora: “Os dados são [armazenados] por seis meses, os dados são seis meses. As imagens são [armazenadas] por 30 dias. O material está todo à disposição. Esse encontro nunca existiu” (MAT22). Na próxima unidade de análise, ouve-se no off o argumento novamente: “Hoje, Romero Jucá disse que *o banco de dados não inclui imagens*, que só ficariam armazenadas por 30 dias”.

No entanto, o significado de validação sobre Lina apresenta-se de maneira muito mais recorrente. Na matéria 13, é apresentada a primeira pessoa que corrobora a versão da ex-secretária da Receita Federal, na passagem do repórter: “Iraneth Dias Weiler, que era chefe do gabinete de Lina Vieira, *confirmou o encontro* em entrevista ao jornal Folha de São Paulo. Ela disse que recebeu na Receita Federal Erenice Guerra, secretária executiva da Casa Civil.

Segundo Iraneth, *Erenice pediu que Lina Vieira fosse ao Palácio do Planalto para uma conversa reservada com a ministra Dilma Rousseff*” (MAT13). Nas unidades de análise 16 e 19 é a própria Lina que busca trazer evidências da validade de sua afirmação através de argumentos: “*No Planalto deve ter filmagem, eu entrando, eu nos andares, lá no quarto andar, entrando na sala. Eu não sou fantasma*” (MAT16, MAT19). Nesta última matéria, uma segunda pessoa é apresentada para reforçar as declarações de Lina: “Warley Soares, que trabalhou como motorista na Receita no ano passado e pediu para não ter a imagem divulgada, *disse em entrevista ao repórter Vladimir Netto ter levado a ex-secretária à Casa Civil algumas vezes, nesse período entre novembro e dezembro do ano passado*” (MAT19).

O último significado identificado no corpus de pesquisa que tenta construir o quadro de confiabilidade dos lados em oposição estabelecidos nas notícias é a transparência. Neste, os atores envolvidos buscam construir sua credibilidade através da tomada de iniciativa da investigação do caso, da apresentação de provas ou da invocação de terceiros para fornecer informações. Estando no papel de acusar Dilma Rousseff e o governo, este significado é mais presente na formação da confiabilidade de Lina Vieira e da oposição. É construído em escaladas, cabeças e sonoras, conforme indicarão os exemplos.

A matéria 12 encerra com a sonora de Demóstenes Torres, senador democrata: “É um tema que realmente *precisa ser esclarecido* e que é de alta relevância para o país” (MAT12). Na unidade de análise 14, o significado de transparência é apresentado já na escalada do telejornal: “*A oposição pede a acareação* entre a ministra Dilma Rousseff e a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira” (MAT14). Já na matéria 16, é Lina Vieira que se mostra disposta a esclarecer o caso, ao responder a pergunta do senador peemedebista Pedro Simon: “[Simon] Vossa Excelência concordaria em fazer uma acareação com a ministra? / [Lina Vieira] *Concordo, estou à disposição*” (MAT16). Na unidade de análise 21, um dos partidos de oposição mostra iniciativa de levar a investigação a outra esfera institucional: “*O Democratas pede a investigação* do Ministério Público sobre o suposto encontro de Lina Vieira com Dilma Rousseff” (MAT21).

Do outro lado do conflito, a transparência é construída inicialmente por Dilma Rousseff, que atribui a função de provar o encontro a Lina Vieira. Na matéria 21, apresenta-se o off: “E [a ministra] disse que *cabe a Lina Vieira provar* que fala a verdade” (MAT11). Ao que segue uma breve sonora de Dilma: “*A gente não afirma, a gente prova*” (MAT11). O significado é reforçado no off da unidade de análise 14: “A ministra Dilma Rousseff mantém a posição de que *cabe à ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira, provar* que houve o encontro entre elas” (MAT14). Na próxima matéria, não é mais Dilma Rousseff que invoca

Lina Vieira a provar o que diz. Lula faz esse papel, conforme a construção da escalada e a da chamada de bloco do telejornal: “O presidente Lula *desafia a ex-secretária da Receita a provar* que se reuniu com a ministra Dilma” (MAT15).

Na nota coberta, há a inserção de uma sonora do presidente: “Seria *tão mais simples e tão mais fácil* que a secretária mandasse a agenda que ela encontrou com a Dilma. Não precisaria nem gastar dinheiro, pagar passagem, nem ir ao Congresso. Era só pegar as duas agendas e ver o que aconteceu. Ela só tem um jeito. *Abrir a mala que ela levou a agenda e mostrar a agenda pra todo mundo*” (MAT15)¹. Observa-se que a sonora do então presidente, apesar de estar inserida na categoria transparência pelo sentido literal do texto, desqualifica Lina Vieira através da utilização da ironia, mais especificamente do sarcasmo, indicado não apenas pela fala, mas também pela postura e o tom de voz de Lula² (figura 8, abaixo). Nota-se também que, ao mesmo tempo em que ele desacredita a versão de Lina Vieira, cria-se um significado de apoio e defesa de Dilma Rousseff. Este é construído pela edição da matéria, que ilustra a fala de Lula com imagens da ministra da Casa Civil no mesmo evento, escutando o que diz o presidente (figura 9, abaixo).



FIGURA 8 – Lula “desafia” Lina a provar o encontro com Dilma (MAT15)



FIGURA 9 – Dilma Rousseff assiste a defesa do presidente (MAT15)

Ainda sobre a transparência, em outro momento – posterior ao “desafio” de provar o encontro, lançado pela ministra e pelo presidente – a base governista passa a apresentar elementos materiais de que a reunião privada entre Lina Vieira e Dilma Rousseff não ocorreu.

¹ Lina Vieira, após exoneração do cargo de secretária da Receita Federal, voltou para o seu estado natal, Rio Grande do Norte. Por várias semanas, ela afirmou que sua agenda estava em uma das caixas da mudança, mas que não havia encontrado ainda.

² O sarcasmo é entendido aqui como uma “ironia desqualificadora, ofensiva ou até mesmo injuriosa” (BENETTI, 2007).

Na escalada e na chamada de bloco da unidade de análise 23, diz-se: “O líder do governo *divulga as datas* em que a ex-secretária da Receita, Lina Vieira, foi ao Palácio do Planalto” (MAT23). Já no off de abertura do VT, o texto é construído da seguinte forma: “O líder do governo no Senado *distribuiu cópias do que antes era mantido a sete chaves*”. A utilização da expressão “a sete chaves” sugere dúvida sobre as evidências trazidas pelo governo para esclarecer o caso. Fica a impressão de que, mesmo trazendo dados para corroborar a inexistência do encontro entre Lina e Dilma, membros da base governista teriam algo a esconder pela demora da apresentação das provas.

Sobre as provas auxiliares que vieram à tona durante o desenvolvimento do conflito, pode-se dizer que os senadores tucanos e democratas tomaram iniciativa ao convidar Lina Vieira a depor na CCJ. Os últimos também encaminharam ao Palácio do Planalto um requerimento solicitando as imagens do sistema de segurança, o controle de entrada e saída de pessoas nos meses de novembro e dezembro de 2008, além de cópias das agendas de Dilma Rousseff e Lina Vieira. Porém, ressalta-se aqui o papel do Jornal Nacional na busca de provas auxiliares, dando destaque no texto a si próprio na obtenção dessas e de outras evidências. Um exemplo está na expressão “em entrevista ao Jornal Nacional” (MAT11, MAT13), que salienta o papel do programa na obtenção de declarações de Lina Vieira que servissem como prova auxiliar (TUCHMAN, 1993).

Na unidade de análise 14, outro excerto dá relevo ao papel do JN na obtenção das provas auxiliares, acompanhado pela figura 10 (abaixo): “*O Jornal Nacional encaminhou* ontem um pedido ao Gabinete de Segurança Institucional da presidência de República para saber se, nos registros das pessoas que entraram e saíram do Palácio do Planalto em novembro e dezembro de 2008, consta o nome de Lina Vieira” (MAT14). Mostra-se, com a negativa da primeira solicitação, que uma segunda solicitação foi feita novamente. E foi mais uma vez negada: “*O Jornal Nacional fez um pedido* semelhante, pela segunda vez. E também pela segunda vez o Gabinete de Segurança Institucional respondeu que não divulgaria as informações para preservar a privacidade dos visitantes e autoridades” (MAT17).

Na matéria 19, o JN traz a sonora do motorista que trabalhava no Palácio do Planalto como depoimento que pode confirmar a versão de Lina Vieira, como foi apresentado anteriormente no significado validação. Na unidade de análise 22, o telejornal obtém um documento que serve como prova da inconsistência da versão do governo sobre o armazenamento de imagens no Palácio do Planalto: o edital de compra do equipamento (figura 11, abaixo). Destaca-se, na cabeça da matéria: “Um documento *obtido pelo Jornal Nacional* revelou como deveriam funcionar os equipamentos de segurança do Palácio do

Planalto” (MAT22). Essa informação é repetida na matéria 23, reforçando o papel do telejornal na obtenção destas provas.

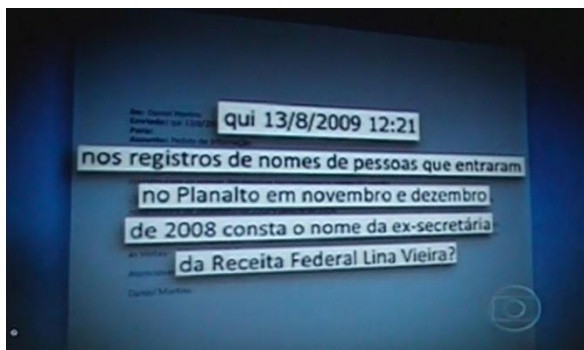


FIGURA 10 – JN solicita prova auxiliares ao GSI (MAT14)

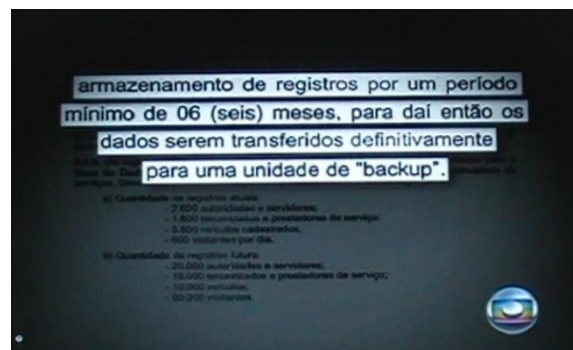


FIGURA 11 – JN obtém contrato de compra de equipamentos (MAT22)

Esse saber de narração do jornalismo, utilizado como estratégia de objetividade, também funciona para legitimar a função do campo como cão de guarda e defensor dos interesses dos cidadãos. Mostra que os profissionais estão atentos a possíveis abusos de poder e que estão dispostos a revelá-los para proteger as práticas democráticas. Porém, apesar de este saber auxiliar a legitimação do campo jornalístico pelo destaque à prestação de um serviço de interesse público, ele funciona também como uma estratégia que trabalha com o pólo comercial e a sua necessidade de captação de audiência (TRAQUINA, 2008). Neste caso, quanto mais provas auxiliares eram trazidas ao público, mais as suspeitas aumentavam; tanto sobre Lina (que alegou que o encontro ocorreu entre novembro e dezembro de 2008, mas os registros mostraram que a última vez em que ela esteve no Planalto foi em outubro daquele ano), quanto sobre Dilma (que alegou a inexistência do encontro e do pedido, mas não pode fornecer imagens sistema de segurança do prédio). Forma-se, assim, uma amplificação do acontecimento através do saber de narração do jornalismo (TRAQUINA, 2008).

Conclui-se, sobre as notícias que envolvem a denúncia de Lina Vieira, que o enquadramento jornalístico de suspeição recai, como observado acima, tanto sobre a ex-secretária da Receita Federal quanto sobre Dilma Rousseff. As duas são desqualificadas nas matérias e ambas têm suas versões contestadas. Ao final, não se consegue definir se o encontro ocorreu ou não, tampouco se o pedido para encerrar as fiscalizações nas empresas da família de José Sarney foi feito. Uma das causas é a ausência de elementos materiais e, principalmente, visuais que comprovem ou não a reunião no Palácio do Planalto.

A falta das imagens do sistema de segurança é um grande fator de dúvida. Porém, este fato gera desconfiança apenas para Dilma, para o governo e para o Estado na medida em que as insinuações de “queima de provas” se fazem bastante presentes. O que é omitido nas notícias do Jornal Nacional é que, mesmo se as imagens ficassem armazenadas durante seis meses, conforme previa o edital de compra dos equipamentos, elas não estariam mais disponíveis no momento em que Lina Vieira fez a declaração contra Dilma Rousseff. A ex-secretária afirmou, em agosto de 2009, que o encontro foi realizado entre novembro e dezembro de 2008. Portanto, fez a denúncia um mês depois que as imagens teriam sido apagadas, caso o período de seis meses fosse de fato o tempo de armazenamento das imagens.

Percebe-se também que os significados de inconfiabilidade estão presentes de forma mais saliente (por repetição e por localização) quando se referem a Dilma Rousseff e ao governo do que quando se referem a Lina Vieira e à oposição. As frequências consolidadas, que indicam a repetição necessária à formação dos enquadramentos jornalísticos, já foram apresentadas através das tabelas 3 e 5, das páginas 84 e 89. A seguir, apresentam-se as tabelas que indicam a localização dos significados dentro do telejornal, relacionados à sua frequência.

A tabela 9 (abaixo) refere-se aos quadros de significados presentes nas escaladas, chamadas de bloco, cabeças e notas do telejornal, localizações de destaque dentro do espelho do telejornal, em especial as duas primeiras. Nota-se que o texto lido pelos âncoras do Jornal Nacional constrói a confiabilidade de Lina Vieira com mais frequência do que constrói a confiabilidade de Dilma Rousseff. Já a presença de inconfiabilidade é o oposto: o significado é formado com mais frequência sobre ministra do que sobre a ex-secretária.

TABELA 9 – Significados Denúncia Lina (Escalada, Chamada e Cabeça)

Escalada, Chamada de Bloco, Cabeça, Nota	Total
A Nomeação	40
B Confiabilidade	8
C Inconfiabilidade	28
D Confiabilidade	20
E Inconfiabilidade	2
F Outros	0

Nos textos dos offs e das passagens, acontece o mesmo, como indica da tabela 10 (abaixo). Esses dados levam à inferência de que, enquanto Lina Vieira era apresentada como pessoa com alta credibilidade e com suas declarações eventualmente contestadas; Dilma Rousseff era apresentada como ator político com pouca credibilidade e com alta desconfiança sobre sua versão dos fatos.

TABELA 10 – Significados Denúncia Lina (Off, Passagem)

Off, Passagem							Total
A Nomeação	A1 38	A2	A3				38
B Confiabilidade	B1	B2 4	B3 5	B4			9
C Inconfiabilidade	C1 3	C2 19	C3 3	C4 11	C5	C6	36
D Confiabilidade	D1	D2 8	D3 11	D4 3			22
E Inconfiabilidade	E1	E2 5	E3 1				6
F Outros	F1 1	F2					1

Nota-se, pela tabela 10 (acima), que mais um significado apareceu no corpus de pesquisa de forma isolada, representado pelo código F1. Este é a vitimização, na qual Lina Vieira é apresentada como alguém que está sendo pressionada e intimidada pelo governo. O excerto do texto no qual foi identificado esse significado é do off da matéria 16, que noticia o depoimento da ex-secretária na Comissão de Constituição e Justiça do Senado: “O líder do PT *foi duro* [com Lina Vieira]. Queria saber por que a ex-secretária não denunciou o caso na época” (MAT16). Uma imagem retirada da chamada de bloco do Jornal Nacional também sugere, através da legenda que a acompanha, que Lina estava sendo intimidada pelos governistas, colocando-a no papel de vítima (figura 12, abaixo). A frase “Lina na arena”, pela metáfora apresentada, além de estabelecer o conflito, coloca a ex-secretária como pessoa sujeita à violência simbólica. Isto porque associa a CCJ aos anfiteatros romanos, onde se realizavam espetáculos de combate entre gladiadores e feras. Muitas vezes, esse espaço servia de palco para a entrega condenados comuns aos leões.



FIGURA 12 – Texto escrito sugere vitimização de Lina Vieira (MAT16)

Este significado, mesmo que pouco presente, quando somado ao quadro de confiabilidade – no qual Lina é apresentada como uma pessoa idônea, que deseja o esclarecimento perante comissões de investigação e ainda com apoio de pessoas dispostas a corroborar sua declaração – auxilia na construção da reputação da ex-secretária da Receita de forma favorável. Sua apresentação como uma funcionária comum³ jogada às feras – representadas pelos membros do governo, que “são duros” ao pedir explicações sobre sua declaração – a vitimizam perante Dilma Rousseff. Esta, com fama de “dama de ferro”, tem todo o apoio deste governo que intimida Lina Vieira (governo este que a teria demitido por sua disposição de investigar manobras ilícitas da estatal Petrobrás). Recorrendo aos mapas culturais compartilhados socialmente através de narrativas, é como se Lina fosse a mocinha da história e Dilma fosse a vilã.

Sobre as sonoras (tabelas 11 e 12, abaixo), como era de se esperar, são construídas em sua maioria de forma a estabelecer a confiabilidade do lado do conflito no qual a fonte se encontra e abalar a credibilidade do outro lado através da desqualificação e da contestabilidade, principalmente. A exceção está nos significados defesa e de encerramento das sonoras favoráveis a Dilma Rousseff. Quando a própria ministra nega o encontro e o pedido do qual é acusada sem apresentar evidências e quando os membros do governo tentam encerrar o assunto, acaba-se trabalhando para a formação da suspeição sobre si próprios.

³ Lina Vieira é apresentada diversas vezes nas unidades de análise como “funcionária da Receita”, nomeação que – apesar de correta – não demonstra a importância do cargo que ela ocupava.

TABELA 11 – Significados Denúncia Lina (Sonoras Favoráveis)

Sonoras Favoráveis							Total
A Nomeação	A1 6	A2	A3				6
B Confiabilidade	B1	B2 4	B3 3	B4			7
C Inconfiabilidade	C1	C2 2	C3	C4 3	C5	C6	5
D Confiabilidade	D1	D2	D3	D4			0
E Inconfiabilidade	E1 3	E2 1	E3 2	E4			6
F Outros	F1	F2					0

TABELA 12 – Significados Denúncia Lina (Sonoras em Oposição)

Sonoras em oposição							Total
A Nomeação	A1 13	A2	A3				13
B Confiabilidade	B1	B2	B3	B4			0
C Inconfiabilidade	C1 8	C2 1	C3 1	C4 2	C5	C6	12
D Confiabilidade	D1	D2 8	D3 5	D4 1			14
E Inconfiabilidade	E1	E2 1	E3	E4			1
F Outros	F1	F2					0

Como diz a expressão popular para referir-se às transgressões dos atores políticos, o caso “terminou em pizza”. Sem conclusão, a última unidade de análise apresenta como definição da situação o arquivamento dos três pedidos de acareação entre Dilma Rousseff e Lina Vieira. Além disso, as 16 matérias sobre a denúncia não apresentaram interpretações causais que ultrapassassem “o governo quer encerrar o caso” e “a oposição quer desgastar a imagem da ministra”. Apesar de haver uma reportagem que, ao mesmo tempo em que noticia o convite para a ex-secretária depor na CCJ, noticia também o arquivamento de todas as onze representações contra José Sarney; não é estabelecida uma ligação política entre os dois casos

através do texto. A complexidade dos acordos e interesses do campo político fica reduzida ao conflito antitético.

Para encerrar a análise das notícias sobre o acontecimento Denúncia Lina, conclui-se que as matérias lançaram dúvidas sobre a reputação de caráter de Dilma Rousseff. Sua probidade e integridade são colocadas em questão quando a ex-secretária da Receita declara que a ministra pediu para encerrar as investigações sobre as empresas da família Sarney. Seu padrão de comportamento é questionado não apenas pela acusação de Lina, mas também pelas acusações da oposição. As sentenças que exprimem uma vontade de encerrar qualquer tentativa de esclarecer o caso e o indicativo de que há algo de errado com a falta das imagens do sistema de segurança tem o potencial de abalar a credibilidade não apenas da ministra, mas também do governo.

Com as características de um escândalo – uma transgressão com elementos de ocultação no qual pessoas não participantes desaprovam as ações e as tornam públicas – este acontecimento pode ter prejudicado a formação da imagem pública de Dilma Rousseff. No entanto, como a confiabilidade de Lina Vieira também foi questionada e não ficou estabelecida a culpabilidade de Dilma, não se pode dizer que de fato este escândalo atuou como esvaziador de reputação de caráter. Os quadros de significado construídos no texto indicam apenas um grau de suspeita e desconfiança, que foi administrado pela base governista com o afastamento de Dilma Rousseff da visibilidade pública.

Outros acontecimentos que geram o enquadramento de suspeição sobre Dilma Rousseff são a Campanha Antecipada e o Apagão. Adianta-se que as notícias sobre os dois estão baseadas em conflitos e geram suspeição sobre a reputação da ministra da Casa Civil. Juntos, eles totalizam 10 unidades de análise e serão abordados de forma breve por serem compostos em sua maioria por notas peladas – textos pobres de quadros de significado e interpretação por aproximarem-se de uma notícia com função de registro.

Assim, devido à quantidade exígua de unidades de análise sobre cada um, as tabelas quantitativas resultantes da análise de conteúdo não serão apresentadas. O foco ficará na análise qualitativa e nos exemplos que auxiliam a construir os quadros de significado resultantes dela.

4.2 Apagão e Campanha Antecipada

Em relação ao apagão, a situação é definida em torno da investigação sobre as causas da falta de energia elétrica que atingiu 18 estados brasileiros em novembro de 2009. Dilma Rousseff é mencionada em quatro matérias envolvendo o caso – duas reportagens e duas notas peladas. As notas (MAT31, MAT32) apenas noticiam o convite feito a Dilma Rousseff e ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para depor em duas comissões do Senado responsáveis por investigar os motivos da pane no sistema elétrico. São as reportagens que lançam dúvida sobre a reputação específica da competência de Dilma Rousseff. Na unidade de análise 29, o conflito é estabelecido entre governo e oposição. O primeiro afirma que a falta de energia elétrica foi provocada por problemas meteorológicos, já o segundo não aceita a explicação oficial e quer conduzir investigações.

Nesta reportagem, o significado de autorização aparece para construir a confiabilidade de Dilma Rousseff. A ministra exerce o papel de representante política autorizada a falar sobre o caso. Isso é indicado pelo texto apresentado na passagem: “Dilma Rousseff foi *ministra de Minas e Energia* entre 2003 e 2005, quando cuidou do novo modelo de gestão do setor elétrico. E mesmo depois de assumir a Casa Civil, *ficou coordenando os projetos estratégicos do setor de energia*” (MAT29). Além disso, dá uma declaração autorizada, retirada do programa Bom Dia Ministro, da Empresa Brasileira de Comunicação, duas semanas antes da pane no sistema de energia elétrica (figura 13, abaixo): “Temos uma certeza: que não vai ter apagão. É que nós voltamos a fazer planejamento” (MAT29).

Porém, essa declaração torna-se contestável, visto a falta de energia que atingiu grande parte do Brasil pouco depois de ela ter feito a afirmação. Constrói-se esse significado de contestabilidade a partir do uso indiscriminado das palavras apagão, blecaute e racionamento. Para o Jornal Nacional, apagão é equivalente a blecaute, entendido como qualquer interrupção de energia. Para a ministra, apagão se daria apenas através do racionamento de energia. É o que indica o texto construído na matéria 29.

“Mas, no fim do dia, a ministra deu explicações sobre essa declaração. E admitiu que o país não está imune a apagões” (MAT29). Segue sonora de Dilma (figura 14, abaixo): “Você está confundindo duas coisas, minha filha. Uma coisa é blecaute. Ninguém pode prometer que um sistema, nós trabalhamos com um sistema de transmissão de milhares de quilômetros de rede... Interrupções desse sistema ninguém promete que não vai ter. O que nós prometemos é que não terá nesse país mais racionamento. Racionamento é barbearagem” (MAT29).

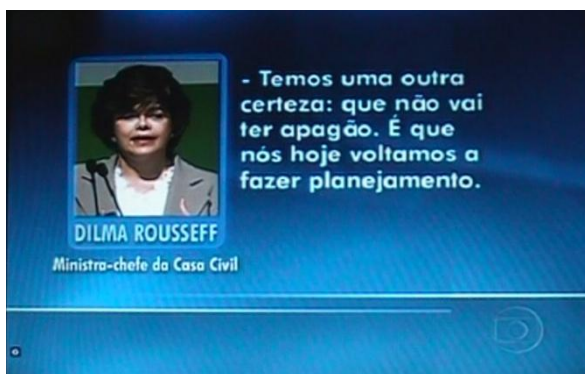


FIGURA 13 – Dilma dá declaração autorizada em programada da EBC (MAT29)



FIGURA 14 – Dilma explica o que quis dizer anteriormente (MAT29)

Apenas esse excerto não constrói suspeição sobre Dilma Rousseff, apesar de auxiliar a criar uma confusão sobre suas declarações. Adicionam-se a este exemplo de contestabilidade as indicações que de Dilma foi retirada da visibilidade com a finalidade de protegê-la e encerrar sua participação no caso. Diz o texto da cabeça da reportagem que Dilma “ontem não deu entrevistas e até cancelou compromissos oficiais”. No off, escuta-se: “Ela foi preservada pelo governo para não sofrer desgaste com o apagão” (MAT29). Na sonora do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, ele reforça: “Ela não deveria se furtar desse debate. Acho horrível essa ideia de blindar quem quer que seja” (MAT29).

Observa-se novamente que, como no Denúncia Lina, em nenhum momento ela é apresentada como pré-candidata à presidência da República. Porém, o texto transcrito acima deixa implícito o entendimento que sua exposição poderia prejudicar a formação de sua imagem pública e, conseqüentemente, suas chances de ganhar o pleito. É de ressaltar também que tanto o texto construído na cabeça quanto o texto construído no off têm como enunciadores os próprios jornalistas. Não há expressões como “de acordo com” ou “segundo o político”, que atribuem a interpretação a um ator do campo político como ritual estratégico de objetividade, conforme eram apresentados os significados nas notícias do Denúncia Lina.

Auxilia a construir a suspeição sobre Dilma Rousseff a soma da desqualificação ao quadro de significados de inconfiabilidade já composto pelo encerramento e a contestabilidade, apresentados acima. A sonora do deputado democrata José Carlos Aleluia caracteriza a declaração de Dilma sobre o fim dos blecautes como “uma afirmação arrogante”.

Porém, é na unidade de análise 30 que o conflito é estabelecido no texto de forma peculiar. De um lado estão Dilma Rousseff e Edison Lobão, para quem o assunto apagão está encerrado. Do outro lado, está o presidente Lula, que quer mais explicações sobre o caso. É nesta matéria que a ministra é, pela primeira e única vez, desautorizada pelo presidente nas

unidades de análise que compõem o corpus desta pesquisa. As sentenças que constroem essa desautorização não estão em sonoras. Estão na escalada, na cabeça e na passagem.

Antes da vinheta do telejornal, a controvérsia é apresentada: “Dois ministros já deram o assunto por encerrado. Mas o presidente Lula diz que quer uma investigação sobre a causa do blecaute” (MAT30). Na cabeça, que abre o Jornal Nacional, escuta-se: “Três dias depois do apagão em 18 estados, Lula deu declarações completamente diferentes das dos ministros de Minas e Energia e da Casa Civil”. Por último, destaca-se na passagem: “[Lula] Disse ainda, ao contrário do que afirmaram ontem Lobão e a ministra Dilma Rousseff, que o caso não está encerrado” (MAT30).

Pode-se dizer, sobre a suspeição nas notícias relacionadas ao Apagão, que a inconfiabilidade de Dilma Rousseff é construída principalmente em torno de sua competência no exercício do cargo de ministra da Casa Civil e, antes, de Minas e Energia. Não se pode afirmar a validade desse enquadramento tão fortemente como foi feito com o Denúncia Lina, pela exígua quantidade de unidades de análise sobre o assunto. Porém, acredita-se que os indícios deste frame estão presentes. Além de suas afirmações serem contestáveis, dada a ocorrência de um apagão que ela disse que não haveria, suas declarações são desautorizadas pelo presidente, mostrando que a ela não cabe a autoridade de decidir sobre determinados assuntos.

Já a suspeição construída na Campanha Antecipada coloca novamente em dúvida a reputação de caráter de Dilma Rousseff, como nas notícias sobre a declaração de Lina Vieira. Ao associar a ministra às multas aplicadas pelo Tribunal Superior Eleitoral ao presidente Lula por promover o nome de Dilma como candidata à presidência em inaugurações de obras do governo, sua confiabilidade sai abalada. Isso se dá através da construção do quadro de inconfiabilidade, pela manifestação no texto dos significados de defesa e de privilégio, principalmente.



FIGURA 15 – Dilma na divulgação das obras de transposição do rio São Francisco (MAT27)

O estabelecimento de um conflito entre oposição e governo – no qual o primeiro acusa o segundo, representado pelo presidente Lula, de campanha antecipada – é construído através da definição da situação das notícias. Nelas, a oposição – associada no texto aos partidos DEM, PSDB e PPS – busca investigar a exploração eleitoral de viagens feitas por Lula e Dilma para inaugurar obras do governo e entrar com representações contra eles no Tribunal Superior Eleitoral. Uma, entre as seis unidades de análise sobre a campanha antecipada, noticia o arquivamento das representações; duas anunciam multas aplicadas ao presidente Lula; e as outras três falam estritamente sobre os pedidos de investigação pela oposição.

É interessante observar que, apesar de as notícias tratarem sobre questões eleitorais, Dilma Rousseff continua sendo nomeada, predominantemente, pelo cargo que ocupava na época como ministra da Casa Civil. A palavra *candidata* aparece apenas algumas vezes, de forma indireta, como na sonora do ministro do TSE, Henrique Neves: “Eu entendo que simplesmente divulgar uma candidatura, a pessoa é *candidata* ou é minha *candidata*, não é campanha antecipada” (MAT44).

Esta sonora faz parte do significado de validação do apoio de Lula a Dilma Rousseff, que compõe o quadro de fiabilidade. Outro exemplo está na unidade de análise 27, na qual o deputado petista Henrique Fontana, líder do governo, afirma que as ações de Lula estão dentro das atribuições normais de um presidente: “Estamos governando o Brasil. O presidente Lula foi eleito pra isso e está exercendo seu papel, como manda a Constituição” (MAT27). Na mesma reportagem, Tarso Genro, então ministro da Justiça, reforça: “Num regime democrático, o administrador – seja o prefeito, o governador, seja o presidente – tem não só o direito, mas a obrigação de prestar contas à comunidade, de fiscalizar obras, de dar visibilidade para o que ele está fazendo” (MAT27).

Observa-se que, com exceção do primeiro exemplo, a validação dos atos de Lula apaga o envolvimento de Dilma Rousseff nos eventos que geraram os pedidos de punição aos dois por antecipação da campanha eleitoral. Porém, o quadro de inconfiabilidade trata de fazer esta ligação entre Lula, Dilma e as eleições de 2010. É o que acontece no significado de privilégio, no qual se ressalta a vantagem política que Dilma estaria obtendo através da participação em eventos do governo. No texto da nota pelada da unidade de análise 38, Bonner anuncia: “O PSDB, o PPS e o Democratas questionam a participação deles [Lula e Dilma] na inauguração de uma barragem no interior de Minas Gerais, na terça-feira. E acusam o presidente de usar o período pré-eleitoral para promover a ministra” (MAT38).

O presidente do Superior Tribunal Federal, Gilmar Mendes, também se posiciona quanto ao privilégio recebido por Dilma Rousseff e à natureza dos eventos dos quais ela

participa. Sua sonora, na matéria 27, mostra apreciação desfavorável à forma como as inaugurações eram conduzidas: “E existe também a mais valia natural dos candidatos que estão eventualmente vinculados ao governo, pela exposição pública, pela publicidade. Agora, é lícito transformar um evento rotineiro de governar num comício? Pelas descrições que nós vimos na mídia está havendo sorteio, entrega, festas, cantores. Em suma, isso é o modo de fiscalizar tecnicamente uma obra?” (MAT27).

No entanto, o significado que auxilia a construir a inconfiabilidade sobre Lula e Dilma Rousseff de maneira mais enfática está na defesa. Como no Denúncia Lina, novamente os partidos de oposição assumem a função de acusar o presidente e a ministra de atos ilícitos, enquanto a estes cabe o papel de defender-se através da negação. Sobre a posição dos partidos antagônicos ao governo, um dos exemplos que ilustra a acusação está na matéria 38: “Três partidos da oposição entraram hoje no Tribunal Superior Eleitoral com uma representação contra o presidente Lula e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, a quem acusam de antecipar a campanha eleitoral” (MAT 38).

A defesa é feita, principalmente, por representantes da Advocacia Geral da União. Um dos exemplos é que, mesmo depois de o presidente Lula ter recebido duas multas por campanha antecipada, o advogado geral da União Luís Adams negou que o presidente tenha realizado qualquer pedido de votos, conforme sonora da unidade de análise 44: “Ele nunca pediu voto a nenhum candidato, nunca indicou nenhum candidato. Nunca indicou apoio direto ou explícito a qualquer candidato, e é isso que a lei eleitoral coíbe” (MAT44). Pode-se afirmar que, mesmo depois de julgadas as ações sobre campanha antecipada desfavoravelmente ao governo, apontando culpabilidade ao presidente Lula, seus representantes continuam negando qualquer ato ilícito.

É importante observar que, no período de análise desta pesquisa, Dilma Rousseff não foi multada nenhuma vez e isso é destacado no texto noticioso. Na matéria 41, o texto da nota pelada ressalta essa informação: “O ministro do TSE não aceitou o pedido do partido para que a ministra Dilma também fosse multada” (MAT41). Em entrada ao vivo, a repórter Cristina Serra faz esse destaque novamente: “Na decisão de hoje também, os ministros decidiram que a ministra Dilma não vai ser multada. Eles consideraram que ela não pediu votos” (MAT43).

Apesar disso, infere-se pelos significados apresentados acima – que associam Lula e Dilma à campanha antecipada – que o quadro de inconfiabilidade é construído em torno de sua reputação por caráter. Permanece a ideia central de que, mesmo não sendo punida, a então ministra da Casa Civil gozava de privilégios na medida em que atos oficiais do governo permitiam sua participação e o anúncio de seu nome como candidata de Lula. Permanece, ao

final das seis unidades de análise, a interpretação do Jornal Nacional de que atos ilícitos beneficiaram, de algum modo, a construção da imagem de Dilma Rousseff.

Ao final da análise dos três acontecimentos que têm como enquadramento jornalístico a suspeição sobre Dilma Rousseff, pode-se afirmar que a predominância do quadro de significados inconfiabilidade sobre a ministra e o governo têm a capacidade de abalar a reputação de Dilma Rousseff – tanto em relação a sua competência, como, principalmente, em relação ao seu caráter. Isso é feito através da presença no texto de significados como desqualificação, contestabilidade, defesa, encerramento, privilégio e desautorização. Além disso, na construção da notícia, a ausência de interpretação causal, avaliação moral e recomendação de tratamento sobre os acontecimentos reportados e a presença de metáforas de jogos levam a uma simplificação dos interesses que permeiam o campo político, conduzindo ao estabelecimento de um conflito antitético em sua maioria representado por governo versus oposição.

Considera-se aqui que esta falta de profundidade no tratamento das questões eleitorais e de governo e a amplificação do conflito antitético são também saberes de narração que buscam conferir objetividade ao telejornal. Afinal, ao focarem-se apenas na “apresentação dos fatos”, pode-se acreditar como é o entendimento no senso comum de que a imparcialidade está dada. No entanto, acredita-se, pela filiação aos preceitos construcionistas, que, mesmo com todos os rituais estratégicos e os saberes de narração à disposição dos jornalistas, os quadros de significado presentes no texto levarão a enquadramentos jornalísticos favoráveis ou desfavoráveis aos atores políticos, mesmo que estes sejam formados de maneira inconsciente. A suspeição seria, neste caso, desfavorável à formação da imagem pública de Dilma Rousseff.

Acredita-se que essa suspeição formada pela predominância da inconfiabilidade como quadro de significados manifesto no texto está fundada nos mapas culturais da sociedade brasileira e ultrapassa a personalização em um determinado ator político para a generalização de toda a classe política e, em especial, dos membros do Estado. Busca-se o resultado de duas pesquisas para ilustrar a afirmação – a primeira conduzida por uma empresa de mercado, a segunda por um estudo acadêmico.

Dados do instituto GFK sobre a confiança dos brasileiros em profissões e organizações mostram que o descrédito da população em políticos é grande. O índice de confiança em 2009 era de 16%. Em 2010, este número caiu cinco pontos percentuais, ficando em apenas de 11%. Este índice conferiu aos políticos o último lugar no ranking das vinte profissões pesquisadas (GFK, 2010).

Ao buscar traços dos elementos culturais da corrupção, Fernando Filgueiras (2009) conclui – com base em dados de pesquisa quantitativa realizada pelo Centro de Referência do Interesse Público, da Universidade Federal de Minas Gerais – que a “concepção da corrupção no Brasil está ligada a atos ilícitos praticados por funcionários públicos” (p. 408) e que “a cultura política vincula, de alguma maneira, o tema corrupção ao tema Estado” (p. 410).

Tendo estes dados em vista, finaliza-se por dizer que a suspeição é, então, um enquadramento jornalístico fundado em mapas culturais da sociedade brasileira, onde qualquer transgressão, provada ou não, soma-se ao inventário de discursos relacionado aos escândalos políticos e gera significados com potencial de esvaziar a reputação dos atores políticos, bem como abalar sua relação de confiabilidade estabelecida com os cidadãos através dos meios de comunicação. As notícias não precisam atender aos requisitos da formação dos escândalos políticos, apenas precisam apresentar significados desfavoráveis sobre eles para lembrar a audiência de que “todos os políticos são corruptos”.

5 HUMANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA, DOIS FRAMES RELEVANTES

Neste capítulo, serão apresentados os enquadramentos jornalísticos de humanização e competência. Apesar de menos recorrentes que a suspeição, são dois frames relevantes que resultaram da análise de conteúdo das notícias do Jornal Nacional no último ano de Dilma Rousseff como ministra da Casa Civil. Esta seção divide-se em duas partes. A primeira descreve o enquadramento de humanização, no qual prevalece a temática das questões pessoais, representada pelo acontecimento Linfoma. Por último, é apresentado o enquadramento de competência. Este aparece primordialmente nas questões de governo, em notícias sobre o PAC, o Pré-Sal, a Conferência do Clima, Honduras e Telebrás.

5.1 Humanização

Define-se a humanização como um enquadramento jornalístico que constrói, através da definição de uma situação de ajustamento e da presença de quadros de significados de força e fragilidade, uma aproximação dos atores políticos aos telespectadores; destacando as figuras públicas deste campo como pessoas comuns, suscetíveis ao enfrentamento de situações pessoais consideradas desafiadoras pelos mapas culturais compartilhados por determinada sociedade.

Este frame associa-se aos saberes de narração do jornalismo, principalmente no que tange ao valor notícia de personalização, conforme definido por Galtung e Ruge (1965). Quando uma pessoa de elite, como o é o ator político, é apresentada como figura central da notícia como alguém sujeito às mesmas situações ordinárias às quais qualquer outro membro da comunidade pode ser submetido, constrói-se uma saliência voltada à identificação entre aquele que é personagem da notícia e o público que vê o telejornal. Pode-se dizer que este enquadramento jornalístico se expressa na máxima da cultura popular brasileira “gente como a gente”.

A humanização foi verificada nas notícias do Jornal Nacional que reportaram a descoberta, o tratamento e a cura do linfoma de Dilma Rousseff divulgado em 25 de abril de 2009 em uma coletiva de imprensa. Em uma questão pessoal como esta, não se considera possível noticiar o acontecimento sem incorrer na personalização. Porém, não se defende que

toda a notícia centrada na personalização resulta em humanização. Para isso, acredita-se ser necessário que os quadros de significados retratem o ator político não pelo cargo que ocupa, mas pela experiência pessoal que atravessa.

Conforme foi explicitado no capítulo três, nove notícias do corpus de pesquisa centram-se nas questões pessoais, mais especificamente no acontecimento denominado Linfoma. Explicitar-se-á através da relação entre os dados obtidos nos três blocos da ficha de classificação a maneira como este frame foi estabelecido no texto. Dá-se destaque à apresentação de uma situação de ajustamento; à associação entre os quadros de significado e interpretação de força, fragilidade e franqueza; e ao contexto da notícia em que esses quadros foram apresentados e como isso se relaciona aos saberes dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa.

O início da cobertura do Jornal Nacional, representado por três unidades de análise (MAT01, MAT02 e MAT03), define como circunstância do acontecimento o tratamento de Dilma Rousseff contra um câncer no sistema linfático. As duas primeiras matérias são apresentadas no formato reportagem, com tempos elevados para o telejornalismo. A primeira tem mais de cinco minutos e a segunda tem mais de três minutos, quando a média para um telejornal nacional diário fica em torno de um minuto e meio a dois. A terceira unidade de análise é uma nota pelada, com menos de 30 segundos, que possui função de registro (BIRD; DARDANNE, 1993), com construção narrativa que não ultrapassa as informações do lead.

Nas reportagens, é apontada como causa desta situação a descoberta do tumor em um exame de rotina ao qual Dilma se submeteu. Na matéria 01, faz-se uma avaliação moral sobre a importância de exames preventivos, que extrapola o caso da ministra e serve de exemplo a todos. Em ambas as matérias, a recomendação de tratamento gira em torno da manutenção da rotina de Dilma Rousseff, da realização de sessões de quimioterapia e do acompanhamento da doença através de exames periódicos.

O mais relevante, entretanto, é a situação de ajustamento que se estabelece nesta primeira etapa da cobertura do Linfoma. Apesar da descoberta de um tumor representar uma ruptura do estado normal das coisas como sugere todo acontecimento jornalístico (RODRIGUES, 1999), o texto noticioso não constrói o relato através do conflito ou da tensão. Ao contrário, ele sugere que a situação já está conformada, resolvida e conciliada. O câncer foi descoberto, removido e está sendo tratado. Não há atores em oposição, elementos em tensão ou quadro de significados que levem a crer que o linfoma representa uma ameaça à saúde ou à vida de Dilma Rousseff.

Este ajustamento é construído através da predominância do quadro de significados intitulado força (tabela 13, abaixo). Nele, estão reunidas sentenças que caracterizam Dilma Rousseff como uma pessoa que não se deixa abater pelo linfoma. Ela mostra vigor físico e firmeza pessoal para combater a doença que a acomete. Serão apresentados a seguir alguns excertos que representam as categorias que compõem este quadro de significados.

TABELA 13 – Frequência do quadro de significados Força

Freq.	B – Força
9	B1 Rotina inalterada
1	B2 Aparência inalterada
8	B3 Câncer Inicial / Efeitos mínimos ou minimizados
14	B4 Prognóstico positivo
16	B5 Remoção/Cura do câncer
1	B6 Nova aparência
49	total

O primeiro deles, que destaca que a rotina de Dilma não precisará ser alterada, se manifesta em frases como “Ela disse que *não vai parar de trabalhar*” (MAT01) e “Dilma Rousseff *não pretende mudar a rotina* por causa da doença” (MAT01), ditas respectivamente na cabeça e no off da reportagem. Um dos médicos da ministra também faz observação neste sentido em sonora na qual conta que “no mesmo dia [da cirurgia de retirada do linfoma] *ela voltou a suas atividades*, tinha reuniões em Brasília, *voltou a trabalhar normalmente*” (MAT01). A própria Dilma observa: “E vocês verão que o *meu ritmo de trabalho possivelmente não vai ter nenhuma diminuição*” (MAT01). Esse significado é reiterado na unidade de análise seguinte, desta vez construído sobre o que diz Lula. No off, o repórter destaca que “para o presidente, ela deve *levar uma vida normal*” (MAT02). Na sonora, Lula diz: “Eu penso que a Dilma *tá se comportando do mesmo jeito que se comportava antes* de saber da notícia” (MAT02), mostrando que a doença não alterou sua rotina.

Além de seus hábitos profissionais não mudarem, mostra-se a resistência física de Dilma Rousseff ao ressaltar-se que ela ainda não manifesta os sintomas externos do tratamento quimioterápico, no excerto da matéria 01 apresentado abaixo, retirado do off do repórter seguido por uma sonora da ministra. Nele, ouve-se: “Sobre a possibilidade de os *cabelos da ministra caírem*, eles [os médicos] dizem que depende de cada pessoa./ Eu *ainda não caiu*, como vocês podem estar vendo” (MAT01).

Ainda nesta situação de ajustamento, um terceiro significado se sobressai, referente ao estágio inicial da doença e à apresentação das consequências do câncer de forma secundária, como algo de menor importância. Em sonora, Dilma afirma: “Eu deveria fazer quimioterapia como um *tratamento complementar* a esse” (MAT01). O repórter ressalta na passagem que “*por segurança*, a ministra terá que fazer quimioterapia” (MAT01), e no off que “os médicos acham que *os efeitos colaterais da quimioterapia serão mínimos*” (MAT01). Minimiza-se a situação também ao tornar saliente o estágio do tumor de Dilma em diferentes oportunidades. Seu oncologista afirma em sonora: “Esse foi um linfoma que, por sorte, pela ministra estar fazendo os exames periodicamente, foi detectado no *estágio mais inicial possível*” (MAT01). Dilma, posteriormente, reitera o estágio do câncer e destaca sua sorte: “Eu tenho de ter, assim, um reconhecimento de muita sorte, porque eu *detectei no estágio inicial*, que eles chamam de 1A” (MAT02). No off da matéria 02, o repórter traz a informação novamente: “O linfoma da ministra *estava no estágio 1A, o primeiro deles, sem aparecimento de sintomas*” (MAT02).

O prognóstico positivo é outro significado recorrente, expresso em sentenças que destacam as chances de cura de Dilma Rousseff de forma otimista. Algumas delas são expressas pela própria ministra, como em “mas eu queria dizer que eu estou certa que *vai ser algo que será superado*” (MAT01) e “a doença, do ponto de vista dos médicos, *ela foi curada*” (MAT02). Outras são construídas na voz dos médicos, como em “[Dilma tem] Mais de *90% de chance* [de cura]. É tão alto quanto possível nesta doença” (MAT01) e “um paciente com as características dela tem *excelentes chances de cura*” (MAT02). Há ainda a reafirmação desse significado na voz dos produtores da notícia, como por exemplo: “os médicos, no entanto, garantiram que *são excelentes as chances de cura*” (MAT01).

Um último significado que ajuda a construir o quadro de força é a remoção do câncer, conforme indicam os trechos apresentados a seguir. Na matéria 01, Dilma Rousseff conta em sonora extraída da coletiva de imprensa: “Recentemente, uns três dias atrás, chegou o resultado definitivo, dizendo que *esse gânglio tinha sido corretamente extraído*, que meu organismo não tinha mais nenhum traço pelos exames” (MAT01). A sonora da hematologista da ministra, obtida na mesma ocasião, que diz “esse nódulo era único e *foi retirado*” (MAT01, MAT02), é apresentada duas vezes, mostrando a repetição não apenas do significado, mas do próprio trecho escolhido pelos produtores da notícia para construir esse significado. Em off da matéria 01, mais uma informação neste sentido: “*O tumor foi retirado* em uma cirurgia rápida, três semanas atrás” (MAT01).

Juntos, os significados reunidos no quadro força mostram um lado de Dilma Rousseff que é resiliente e tem alta capacidade de recuperação frente a um tumor localizado e retirado

ainda em estágio inicial. Analisado isoladamente, esse quadro de significados destaca uma característica quase sobre-humana da ministra no enfrentamento de situações difíceis, como é o caso do linfoma. Pode remeter, para aqueles que conheciam a trajetória de Dilma Rousseff e tinham acesso a outras fontes de informação sobre ela, à sua resistência frente às torturas às quais foi submetida durante a ditadura. Não se supõe que essa cognição será saliente na totalidade dos telespectadores do Jornal Nacional, apenas que a ligação é possível de ser feita.

Este quadro de força, porém, não vem sozinho. Está acompanhado de outros dois, franqueza e fragilidade (como mostram as tabelas 14 e 15, abaixo), que auxiliam a aproximar Dilma Rousseff do público ao apresentá-la como pessoa sincera em relação a sua condição de saúde e em estado debilitado devido à sua doença, respectivamente. Destaca-se que a fragilidade não deve ser entendida como sinônimo de fraqueza. Visto que vem sempre acompanhada da força, apresenta-se como uma condição temporária, que será ultrapassada de forma rápida e sem maiores consequências, como será elaborado mais adiante.

TABELA 14 – Frequência do quadro de significados Fragilidade

Freq.	Fragilidade
6	C1 Rotina alterada
3	C2 Aparência alterada
4	C4 Suscetibilidade a dor
13	Total

TABELA 15 – Frequência do quadro de significados Franqueza

Freq.	Franqueza
5	D1 Revelação da doença
2	D2 Exemplo social
7	Total

Em relação à franqueza, predomina na situação de ajustamento composta pelas três primeiras matérias os significados de revelação da doença e exemplo social. O primeiro é manifesto por trechos que fazem parte de off e passagem, respectivamente: “A *própria* ministra fez questão de dar a notícia de que está fazendo tratamento contra um câncer” (MAT01) e “Ela explicou porque *decidiu falar sobre um assunto tão delicado*” (MAT02). Dilma também aparece reiterando em sonora o significado de sinceridade por tornar pública

sua condição de saúde quando diz: “Você deve *satisfação à população*, então eu *comuniquei à população da forma mais transparente*” (MAT02).

No que tange à apresentação do caso de Dilma como uma lição da qual outras pessoas podem tomar proveito, tanto repórter em off quanto a ministra em sonora constroem frases sobre isso. Elas são: “Durante a coletiva, *a ministra fez questão de dar o seu exemplo* para mostrar a importância dos exames preventivos de rotina” (MAT01) e “Daí a importância, né, *a gente aproveita essa oportunidade para falar para as pessoas que as pessoas têm que fazer prevenção*” (MAT01).

Sobre os elementos visuais, dois planos representam bem a franqueza e a força de Dilma Rousseff frente ao câncer. A primeira (figura 16), presente na matéria 01, é a imagem em que a ministra indica com a mão qual era a localização do linfoma que foi extraído de sua axila, durante a coletiva de imprensa. Neste plano, seu semblante parece sereno e esboça um leve sorriso. Uma segunda imagem (figura 17), extraída da matéria 02, é a aparição de Dilma Rousseff na inauguração de obras do PAC em Manaus, na segunda-feira após a divulgação da retirada do linfoma. Nesta unidade de análise, ela aparece sorrindo em muitos planos. A manutenção da agenda de trabalho e a disposição apresentada durante o evento do qual participou também o presidente Lula mostram que ela não mudou sua rotina.



FIGURA 16 – Dilma mostra a localização do linfoma



FIGURA 17 – Dilma mantém os compromissos

Nestas primeiras três unidades de análise, a fragilidade está presente apenas uma vez no texto auditivo, quando em sonora a hematologista de Dilma Rousseff aponta para o biótipo não favorável da ministra ao dizer que ela “*tem veias difíceis* de puncionar, *não tem uma rede venosa de fácil acesso*” (MAT01). Porém, é na segunda fase da cobertura, na qual Dilma sente as consequências do câncer, que este quadro de significados irá aparecer com mais

frequência. Dilma passa a apresentar sinais de debilidade decorrentes da quimioterapia; que altera sua rotina, muda sua aparência e mostra sua capacidade de sentir dor.

Nas matérias 04 e 05 – uma reportagem e uma nota coberta, respectivamente – a definição da situação como os efeitos que Dilma sofre devido ao câncer e a decorrente necessidade de internação da ministra da Casa Civil no Hospital Sírio-Libânês em São Paulo sugerem a formação de uma tensão na qual o elemento que ameaça eclodir é a própria doença. A causa da situação é a reação ao tratamento quimioterápico, e a recomendação apresentada prescreve nova posologia do medicamento cortisona e o repouso da ministra durante alguns dias após submeter-se às sessões de quimioterapia.

Esta última recomendação está imbricada a um dos significados que formam o quadro de fragilidade, que é a alteração da rotina. No off da matéria 04, o repórter destaca que “por causa deste novo susto, os médicos vão recomendar que ela *fique em repouso* por dois ou três dias depois de cada sessão” (MAT04). Na escalada e na chamada de bloco da mesma reportagem, a necessidade de alterar seus hábitos é indicada pela seguinte sentença: “A ministra Dilma Rousseff é *internada* depois de uma reação à quimioterapia contra um câncer linfático” (MAT04). O significado é reforçado na cabeça da matéria através do excerto “a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, *permanece no Hospital Sírio-Libanês* em São Paulo”. Todos esses fragmentos de texto, associados ao contexto de que Dilma teve que ir às pressas de Brasília a São Paulo para tratamento médico, sugerem que a reiterada afirmação de rotina inalterada definida nas primeiras três unidades de análise não pôde ser cumprida.

No entanto, o significado que exprime com mais clareza a fragilidade é a suscetibilidade à dor. Na cabeça da matéria 04, o fato é destacado pelo fragmento “Ela está em tratamento contra um câncer e foi internada de madrugada com *fortes dores* nas pernas.” (MAT04). No off do repórter, o significado é reiterado pelos excertos “Ontem, ainda em Brasília, a ministra *passou mal* no início da tarde. Foi medicada no Hospital das Forças Armadas, mas *as dores na perna não deram trégua*” (MAT04) e “Dilma Rousseff entrou no Hospital Sírio-Libanês pelo pronto-socorro, ainda com *fortes dores*” (MAT04). Já na nota coberta, próxima unidade de análise, o segundo período do texto após a divulgação de sua alta salienta que Dilma “estava internada desde a madrugada de ontem por *fortes dores* nas pernas” (MAT05).

Por último, a fragilidade é estabelecida nestas duas matérias pela alteração na aparência de Dilma. Na unidade de análise 04, ela aparece utilizando peruca. Porém, é na matéria 05 que se comenta a mudança do visual provocada pela queda de cabelos em decorrência do tratamento quimioterápico. Cria-se uma relação de proximidade entre

telejornal e ministra visto que é a âncora mulher, Fátima Bernardes, a escolhida para noticiar a aparência da ministra: “Dilma Rousseff também *falou sobre a perda de cabelos* por causa do tratamento”. A ministra aparece em sonora dizendo: “Eu estou usando uma *peruquinha básica* como vocês podem notar, né?”.

A brecha aberta pela publicização do uso de peruca por Dilma Rousseff – mostrando que ela experimenta as consequências do câncer não apenas pela dor, mas também através de sua aparência física – gera também espaço para a franqueza. Na unidade de análise 05, a ministra comenta: “Também é uma coisa que eu espero logo que ele [o cabelo] começar a crescer e tiver numa altura assim mais ou menos do tamanho dos masculinos, *eu possa tirar a peruca que é muito chato peruca*” (MAT05). Neste trecho, mostra-se um significado de sinceridade ao apresentar uma fala em que própria Dilma comenta sobre uma sensação que pode ser dividida por muitas outras pessoas que tiveram câncer. “É muito chato peruca” é representativo do processo de queda de cabelos ao qual qualquer um pode passar ao submeter-se à quimioterapia. A franqueza também está presente nas imagens, no plano que Dilma mostra qual será o comprimento do cabelo, indicando quando deixará de usar peruca (figura 18, abaixo).

Apesar do foco na fragilidade apresentado durante a construção da situação de tensão, a Força permanece presente, através da reiteração do prognóstico positivo. Nos offs da unidade de análise 04, por exemplo, mesmo que a matéria destaque as dores da ministra, apresenta-se esta situação como dentro do padrão esperado aos pacientes que passam por quimioterapia. Diz o repórter: “Mas os exames *não mostraram nada de anormal*, nem nos ossos, nem nos órgãos” (MAT04) e “Pela manhã, a ministra fez uma série de exames de sangue, todos com *resultados normais*” (MAT04). Este significado também está presente nas imagens da matéria 04, através de uma animação do boletim médico divulgado pelo Hospital Sório-Libânes produzida pela equipe do Jornal Nacional (figura 19).



FIGURA 18 – Dilma fala sobre a peruca

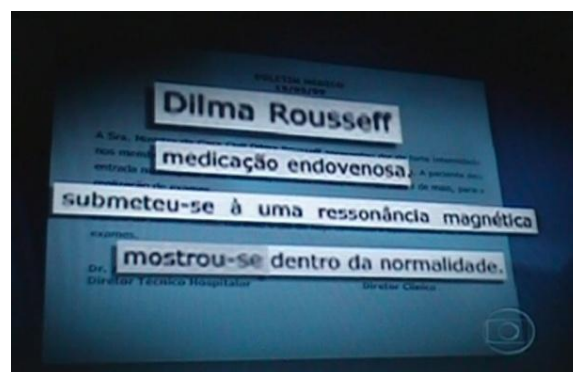


FIGURA 19 – Boletim médico indica normalidade do estado de saúde de Dilma

Depois da tensão estabelecida nas matérias 04 e 05, em que a fragilidade é o quadro de significados predominante, volta-se a uma situação de ajustamento, centrada na evolução e resultados do tratamento quimioterápico e radioterápico (MAT08, MAT09) até culminar com o anúncio e confirmação de sua cura (MAT25, MAT37). São notas peladas e notas cobertas que, apesar de estarem inseridas cronologicamente entre outras notícias que indicam suspeição e competência, não constroem tampouco mencionam significados referentes a estes dois enquadramentos jornalísticos. As unidades de análise mantêm a união entre os pólos Força e Fragilidade, reforçando o frame de humanização.

Em relação à fragilidade, são mencionadas novamente a necessidade de alteração e limitação dos hábitos de Dilma Rousseff devido ao tratamento contra o linfoma. Na matéria 09, a ministra afirma em sonora que, com o fim do tratamento quimioterápico, “eu deixo de ter *as limitações que obviamente toda a quimioterapia faz com as pessoas*”. Na unidade de análise 25, o texto da nota pelada lembra que ela precisou mudar de hábitos ao afirmar-se que pode voltar à sua rotina, conforme esta sentença: “Segundo os médicos, ela pode *retornar à sua rotina*”. Já na matéria 37, lembra-se de sua fragilidade pela modificação da aparência de Dilma durante o tratamento: “Dilma *começou a usar peruca* no início do tratamento de quimioterapia e radioterapia contra um câncer no sistema linfático”.

Sobre a força, retornam os significados de prognóstico positivo, como elucida o exemplo da matéria 09, extraída de sonora de Dilma Rousseff: “A última sessão de quimioterapia abre *uma perspectiva muito boa*”. A ênfase, no entanto, está na remoção e cura do câncer, construída nos textos lidos pelos âncoras, conforme os três excertos que seguem: “O oncologista Paulo Hoff, um dos médicos da ministra, disse hoje que neste momento Dilma Rousseff está *completamente sem evidência da doença*” (MAT09), “O tratamento atingiu o resultado esperado, e a ministra Dilma Rousseff encontra-se *livre de qualquer evidência de linfoma*, com estado geral de *saúde excelente*” (MAT25). “Há três meses, a ministra anunciou que *estava curada*” (MAT37).

A força é construída também na matéria 37, quando a saliência é dada ao crescimento de cabelos de Dilma Rousseff, indicando sua recuperação e a cura da doença. Inicia a nota coberta, lida pelo editor-chefe do JN: “A ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, apareceu hoje em público *sem peruca*. Em Brasília, na cerimônia de entrega do prêmio Direitos Humanos 2009, a ministra *exibiu os cabelos bem curtos*”. Agora, não há mais sintomas aparentes do câncer linfático. A imagem de Dilma ajuda a reforçar esse significado (figura 20, abaixo).



Figura 20 – Dilma Rousseff está recuperada do câncer

Após a descrição da cobertura jornalística do Linfoma, conclui-se que as notícias sobre este acontecimento foram construídas de forma consensual. Em todas as unidades de análise – mesmo quando Dilma é internada devido a dores provocadas pelo tratamento quimioterápico – o texto mostra a recuperação de Dilma Rousseff como certa. As notícias do Jornal Nacional destacam, inclusive nas circunstâncias de tensão, que os resultados dos exames de Dilma são normais e que sua reação é comum a muitos pacientes de câncer.

Essa situação de ajustamento predominante é inferida não apenas pela preponderância do quadro de sentidos Força – que indica o caráter de própria ministra de superar a doença – mas também é feita a partir dos dados relacionados às fontes das notícias, conforme apresentado no quadro abaixo (tabela 16). Nele, todas as sonoras apresentam uma versão favorável à Dilma Rousseff e à sua recuperação. Não há a apresentação de alternativas – nem através de sonoras e nem através textos produzidos pelos jornalistas – sobre o desfecho do acontecimento. A cura de Dilma Rousseff é indubitável.

TABELA 16 – Frequência das sonoras (Linfoma)

Freq.	Favoráveis	Freq.	Em tensão	Freq.	Em oposição
4	Dilma Rousseff	0		0	
1	Roberto Kalil cardiologista	0		0	
2	Yana Novis hematologista	0		0	
1	Riad Younes diretor hospital	0		0	
2	Paulo Hoff oncologista	0		0	
1	Lula	0		0	
1	Terceiro médico hematologista	0		0	
12	Total	0	total	0	total

A definição desta situação está relacionada à seleção de certos aspectos do acontecimento e à omissão de outros. Enquanto nas notícias do JN incorporaram-se traços da realidade que minimizavam o câncer e suas consequências e apostavam na cura de Dilma Rousseff, outros foram excluídos. Um exemplo é o fato de que Dilma já era cotada em abril de 2009 para a candidatura nas eleições presidenciais e instaurava-se, nesta ocasião, um debate dentro do campo político sobre suas condições de saúde para concorrer ao cargo. A não ser na primeira reportagem sobre o linfoma, na qual ela é apresentada como “provável candidata do PT à presidência em 2010”, este tópico não é abordado dentro das questões pessoais. Foca-se na nomeação de Dilma como ministra da Casa Civil, apresentando em algumas ocasiões a alteração de sua rotina sem, no entanto, problematizar consequências para o exercício da função criando conflito ou controvérsia. Caracteriza-se Dilma como paciente em certos trechos, destituindo-a de seu cargo e aproximando-a de uma pessoa comum, conforme mostra a tabela 17 (abaixo).

TABELA 17 – Frequência nomeação (Linfoma)

Freq.	Nomeação
48	A1 Ministra (da Casa Civil/ Chefe da Casa Civil)
1	A2 Provável Candidata
4	A3 Paciente
53	Total

O que a omissão de uma problematização sobre o linfoma diz sobre o jornalismo praticado pelo Jornal Nacional? Algumas interpretações podem ser feitas baseadas nos conhecimentos sobre os saberes jornalísticos, sobre a história do JN e sobre os mapas culturais sociais. Neste acontecimento, os promotores da notícia (representados em sonoras por Dilma, Lula e sua equipe médica) conseguiram determinar um enquadramento jornalístico favorável à ministra da Casa Civil, que não repercutisse nas suas intenções de concorrer à presidência da República. A coletiva de imprensa, as divulgações de boletins médicos e a disponibilidade de Dilma para falar sobre a doença – produzidas com vistas nos benefícios que essas ações poderiam causar na formação da opinião pública, conforme observaram Molotch e Lester (1974) – fazem parte da formação do enquadramento de humanização pelos produtores da notícia.

A razão da omissão de uma problematização do tumor de Dilma Rousseff no que tange a possíveis consequências políticas – para o exercício do cargo ou para a participação no pleito de 2010¹ – pode estar relacionada a todas as ocasiões em que a cobertura jornalística da Rede Globo e do JN foi colocada em discussão, apontando-se para a parcialidade política do conteúdo produzido pelo grupo. Interpreta-se que a especulação nas notícias do telejornal sobre a capacidade de Dilma Rousseff estaria sujeita a críticas do público, da sociedade civil organizada e principalmente do próprio Partido dos Trabalhadores, afetando a credibilidade do telejornal e da emissora. Como Porto (2010), acredita-se que a consolidação dos regimes democráticos e a crescente observação dos conteúdos jornalísticos conduz a uma produção noticiosa mais responsável e objetiva, sob o risco de perda de público e anunciantes.

O que se propõe nesta análise é que através da seleção e do imbricamento entre a força de Dilma frente à doença, seu estado de fragilidade em alguns momentos e a franqueza com que aborda a questão, ela passa da condição de ator político para a condição de ser humano. É essa união entre quadros de significados – que poderiam parecer incompatíveis – que a transforma em uma pessoa comum, suscetível a momentos de resiliência e dor, como qualquer outra. Essa humanização, permeada também por um otimismo, pela garantia de mais de 90% de cura, é favorável à construção da imagem pública de Dilma Rousseff, de sua aproximação do público.

Esses quadros de significados (força, fragilidade e franqueza), conforme mostram os exemplos trazidos nesta seção e as tabelas apresentadas abaixo (tabelas 18, 19 e 20), foram

¹ Diversos veículos colocaram essa questão em discussão – como a revista *Veja* e os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* – oferecendo um enquadramento alternativo ao que foi apresentado pelo *Jornal Nacional*.

salientados não apenas nas sonoradas, mas também nas escaladas, chamadas de bloco, offs e passagens. Esses textos produzidos pelos jornalistas ajudaram no processo de destacar esses atributos do acontecimento linfoma. Seja por estarem localizados em elementos de destaque do telejornal ou por serem repetidos ao longo da unidade de análise.

TABELA 18 – Significados do Linfoma (Escalada, Chamada e Cabeça)

Escalada, Chamada e Cabeça							Total
A Nomeação	A1 23	A2 1	A3				24
B Força	B1 3	B2 0	B3 2	B4 2	B5 4	B6 1	12
C Fragilidade	C1 3	C2 2	C3 2	C4 0			7
D Franqueza	D1 0	D2 0					0

TABELA 19 – Significados do Linfoma (Passagem, Off)

Passagem, Off							Total
A Nomeação	A1 18	A2	A3 4				22
B Força	B1 3	B2	B3 3	B4 5	B5 2	B6	13
C Fragilidade	C1 1	C2	C3 2	C4			3
D Franqueza	D1 3	D2 1					4

TABELA 20 – Significados do Linfoma (Sonoras)

Sonoras							Total
A Nomeação	A1 7	A2 0	A3 0				7
B Força	B1 3	B2 1	B3 3	B4 7	B5 10	B6 0	24
C Fragilidade	C1 1	C2 1	C3 0	C4 1			3
D Franqueza	D1 2	D2 1					3

Além disso, é no linfoma de Dilma Rousseff que o Jornal Nacional encontra espaço para exercer a função pedagógica do jornalismo em relação a esta doença. Através da produção de videografismos e utilização de um vocabulário simples, algumas unidades de análise fogem da personalização e explicam o que é um tumor no sistema linfático, quais são seus estágios e como ele é tratado. As figuras 21 e 22 (abaixo), da matéria 02, são um exemplo.



FIGURA 21 – Função Pedagógica (1)



FIGURA 22 – Função Pedagógica (2)

Para finalizar, acredita-se que o enquadramento jornalístico de humanização, provavelmente construído de forma inconsciente pelos produtores das notícias, é baseado em valores culturais da sociedade atual. O câncer, enquanto doença cada vez mais frequente e que ainda provoca um alto índice de mortalidade, é um assunto que tem o potencial de sensibilizar as pessoas. Em pesquisa encomendada por uma empresa internacional de seguros de saúde, conduzida em doze países de diferentes continentes, entre eles o Brasil, a maior parte dos entrevistados mostra-se preocupado com o câncer, apesar de as doenças cardiovasculares serem a causa da maioria das mortes nessas localidades. No Brasil, 33% das pessoas apontaram o câncer como a doença com a qual estão mais preocupadas, seguida pelo medo de ficar cego e sofrer de demência, empatadas com 11% (BUPA, 2010).

Os jornalistas, enquanto comunidade interpretativa que faz parte dessa sociedade maior, não estão alheios a este medo compartilhado que, pode-se dizer, configura-se em um mapa cultural. Nas notícias sobre o câncer de Dilma Rousseff, a função pedagógica tem o potencial de desmistificar, ao mesmo tempo em que os quadros de significados de força e fragilidade ajudam a humanizar o ator político que a experimenta.

5.2 Competência

Define-se a competência como a capacidade atribuída a um ator político para exercer o cargo que ocupa através da demonstração de suas aptidões para dar pareceres sobre assuntos governamentais e de habilidades na investidura desta função. É um enquadramento baseado na construção da reputação de competência, conforme definido por Thompson (2002). Ao contrário da suspeição, sua formação depende da construção de confiabilidade através da presença de significados favoráveis à formação de uma boa reputação do ator político no texto noticioso. Sobre os saberes dos jornalistas, são principalmente seus conhecimentos sobre as fontes e a validade das informações obtida através das fontes oficiais que irão conduzir a formação do enquadramento na notícia.

Nas unidades de análise desta pesquisa, o enquadramento jornalístico da competência manifestou-se no texto em 12 das 47 matérias reunidas no corpus, a maioria delas sobre questões de governo. Entre as unidades nesta temática estão as notícias sobre os acontecimentos PAC (3), Pré-Sal (2), Conferência do Clima (3), Honduras (1) e Telebrás (1). Outras duas matérias estão relacionadas às questões eleitorais, mais especificamente ao acontecimento que se intitulou Candidatura.

A análise qualitativa será apresentada por acontecimento, conforme feito no capítulo anterior, ao analisar o enquadramento de suspeição. Isto porque, visto que a análise do enquadramento jornalístico exige buscar nas notícias a definição da situação, é impraticável colocar acontecimentos tão diversos sob a mesma avaliação. O que se pode adiantar é que, independente das circunstâncias relatadas sobre eles, a maioria não coloca os atores políticos em pólos opostos. A situação predominante é a tensão, na qual o texto noticioso anuncia uma questão que ameaça eclodir como problema, sobre a qual pode ou não haver opiniões divergentes. São sete as unidades de análise que ficaram sob esta categoria. Duas matérias apresentaram situação de ajustamento e em outras três foi estabelecido o conflito de caráter antitético.

Das três matérias sobre o Programa de Aceleração do Crescimento, uma delas constrói uma situação de tensão (MAT07) e as outras duas estabelecem conflito entre governo, representado por Dilma Rousseff, e oposição, representada por congressistas dos partidos Democratas e PSBD (MAT06 e MAT45). Na unidade de análise 07, o governo apresenta um balanço do PAC, que anuncia 15% das obras concluídas. O elemento tensor identificado no texto noticioso são os dados da organização não-governamental Contas Abertas, que

divergem das informações oficiais ao afirmar que apenas 3% das obras do programa haviam sido finalizadas. A causa dessa divergência, conforme apresentado no texto, é que as obras de saneamento e habitação estão fora do cálculo do governo.

No entanto, mesmo apresentada essa tensão, a definição da situação se dá de forma favorável ao governo. Tanto a chamada de bloco quanto a cabeça as reportagem dão ênfase para as informações oficiais apresentadas sobre o PAC. A sentença que anuncia as notícias do próximo bloco diz: “E o governo apresenta um balanço do PAC” (MAT07). O texto lido pelo âncora no estúdio noticia a versão do governo: “O governo federal afirmou hoje que o andamento da maior parte das obras do PAC está dentro das previsões” (MAT07). É apenas no meio do VT – depois da apresentação dos números oficiais através de um videografismo – que os dados da ONG Contas Abertas são apresentados durante a passagem do repórter.

Dilma Rousseff é apresentada como a voz autorizada para falar sobre o programa já no início do VT, que começa com o seguinte off: “No balanço de dois anos e meio do PAC, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, mostrou fotos das obras concluídas este ano, como a plataforma P-52 e a usina hidrelétrica São Salvador, em Tocantins” (MAT07). É ela também que encerra a unidade de análise, com a única sonora da matéria, validando os dados oficiais nas primeiras frases: “Os estados têm de ter projeto. Ele tem de licitar o projeto. Então, *não dá para pegar e achar que o estado ou município está atrasado. Eles não estão. Eles começaram depois*” (MAT07). Nas últimas frases da sonora, Dilma ainda desqualifica os dados divergentes daqueles apresentados pelo governo: “*Qualquer tentativa de dizer que o PAC não existe, que o PAC só realizou e concluiu 3% é incorreta, falta com a verdade e é um absurdo*” (MAT07).

Percebe-se, pela descrição dessa matéria, que a confiabilidade de Dilma não é colocada em dúvida, mesmo que haja dados contraditórios sobre o PAC. Já as informações da ONG Contas Abertas, apesar de serem apresentadas, são qualificadas por Dilma de forma negativa. Assim, através da sua autorização e da desqualificação do outro, constrói-se a competência da ministra para falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento. Nas outras duas unidades de análise sobre o PAC, o estabelecimento do enquadramento de forma favorável à reputação do governo e de Dilma não é tão direta. Porém, pode-se dizer que, ao final, ela é a voz autorizada para dar declarações sobre este programa. Fica implícito o entendimento de que Dilma Rousseff é a “mãe do PAC”.

Na matéria 06, a definição da situação já dá ênfase ao conflito. Anuncia-se que o governo decidiu pagar um bônus aos funcionários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), mas a oposição reagiu contra a medida. A interpretação

causal aparece na passagem do repórter e coloca em dúvida os motivos dessa ação, ao ligar o bônus ao PAC e às eleições de 2010. Diz o texto: “Para *acelerar o PAC*, o governo decidiu dar um *estímulo aos servidores do DNIT*. Enviou ao Congresso um projeto, em regime de urgência, pedindo autorização para pagar a eles um bônus anual pelo cumprimento de metas do PAC até junho de 2010, *data limite para novos investimentos públicos em ano eleitoral*” (MAT06). Porém, esta interpretação construída na voz do jornalista não é apresentada pela oposição, representada pelo deputado Ronaldo Caiado, líder do Democratas, em sonora: “É inaceitável que o cidadão receba a mais para fazer o seu trabalho, isso é função pela qual ele já recebe. Não tem porque você acrescentar um complemento salarial. Amanhã, todos os outros funcionários públicos federais também vão cobrar esse complemento?” (MAT06).

Dilma Rousseff é apresentada, novamente, como porta-voz do governo com poder para dar declarações sobre o bônus através da apresentação de uma justificativa que valida o projeto encaminhado pelo governo. No off, a autorização: “A *ministra Dilma Rousseff disse que o bônus faz parte de um acordo salarial do ano passado, uma forma de reajustar os salários do DNIT, que estaria perdendo funcionários*” (MAT07). Na sonora, a validação: “Você não pode achar que vai fiscalizar obra de envergadura sem engenheiro. Agora, você também não pode supor que o engenheiro pode trabalhar por valores muito baixos. Então, *é uma forma de compensar os níveis salariais que estão abaixo da média do mercado*” (MAT06).

Explica-se o porquê desta matéria – apesar de construir a inconfiabilidade do governo através do privilégio que está implícito na sentença que estabelece a interpretação causal – definir a confiabilidade da ministra de maneira predominante. Em primeiro lugar, porque esta interpretação poderia ter sido salientada através de sonoras de outros membros da oposição, que fizeram a ligação entre bônus e DNIT, o PAC e as eleições em outras ocasiões através de declarações para outros produtores de notícias de grandes empresas de comunicação². Em segundo lugar, pela ausência de um pronunciamento dos próprios representantes dos funcionários do DNIT, através da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. Omitiu-se, tanto no Jornal Nacional quanto em outros veículos da mídia de massa, que o bônus não era resultado do acordo pretendido pela categoria, mas sim uma proposta apresentada pelo governo ao Congresso à revelia das reivindicações dos servidores (CONDSEF, 29 abr. 2009; SINDSEF-SP, 26 mai. 2009). Por último, Dilma exerce o papel de

² Apenas um exemplo é a declaração de Rodrigo Maia, presidente do Democratas, ao Globo Online: “É uma propina oficial, institucionalizada. Qual é a justificativa? Premiar pela função, que é uma coisa estabelecida? E (bônus) estabelecido em ano eleitoral, o que é pior. É premiar a máquina que vai garantir a permanência do PT no poder” (JUNGLUT; DAMÉ, 23 mai. 2009).

voz oficial das ações do governo, sem ter sua declaração contestada de forma direta por terceiros.

Na matéria 26, novamente, a definição da situação foca-se na ação oficial do governo – o lançamento do PAC 2. Na escalada, a circunstância do acontecimento é apresentada: “O governo anuncia a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento” (MAT45). A cabeça da matéria reitera e expande as informações de cunho oficial: “O Governo Federal lançou, nesta segunda-feira, a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento. O novo PAC prevê investimentos de um trilhão de reais nos próximos quatro anos” (MAT45).

Porém, mesmo com a definição da situação apresentada de modo oficial, a interpretação causal liga o lançamento do PAC 2 às eleições de 2010. Esta conexão é feita no off de abertura do VT, de forma indireta: “*O lançamento do programa foi feito um dia antes do prazo estabelecido para os ministros que serão candidatos deixarem o governo*” (MAT45). Na sonora em oposição, estabelecido o conflito com os partidos PSDB e DEM, que “*criticaram* no plenário do Senado o lançamento do novo programa”, o senador tucano Álvaro Dias desqualifica o governo, com argumentos que levam às eleições e a um próximo governo: “Com que autoridade *o atual governo apresenta suas promessas para que outros a cumpram? Assume compromissos que outros devem honrar? Se esse governo não cumprir seus próprios compromissos, como deseja que outros cumpram em nome dele?*” (MAT45).

Há, ainda, na passagem do repórter, uma avaliação da situação que critica o lançamento promovido pelo governo: “Mas o novo Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado no momento em que *boa parte das obras do PAC 1 não está pronta*” (MAT45). No entanto, apesar das críticas apresentadas ao governo e ao programa, estas não são feitas diretamente a Dilma. Assim, mais uma vez, ela mostra-se como a pessoa responsável por fazer declarações sobre o desenvolvimento do PAC (Figura 23, abaixo). Na sonora, também valida o lançamento da nova fase do programa: “*O PAC 2 ele incorpora, ele complementa e ele faz avançar o PAC 1. Ele define uma série de ações que serão incluídas no orçamento de 2011*” (MAT45).



FIGURA 23 – Dilma é voz autorizada para dar declarações sobre o PAC (MAT45)

O presidente Lula encerra a matéria com sonora que expande a validação do lançamento do programa pelo governo, iniciada por Dilma: “Por que foi importante e eu queria fazer o lançamento do PAC 2 agora e urgente? *Porque era pra garantir que cada companheiro* – desde uma empresa como a Petrobras, como a Eletrobras, como a outras empresas importantes, até cada prefeito ou cada governador e cada ministro – *vão ter tempo para construir e preparar os seus projetos*” (MAT45).

Ao final, mesmo apresentando uma causa e uma avaliação da situação desfavorável ao governo, é a definição desta situação por este (e também pelo papel de Dilma Rousseff como porta-voz desse governo juntamente com o presidente Lula) na escalada e na cabeça da matéria que acabam se destacando no telejornal. Além disso, a validação de suas falas sobre o lançamento do PAC acaba, por repetição, sobressaindo-se como significado em detrimento da desqualificação da sonora do senador tucano. A reputação por competência de Dilma Rousseff é construída, sobretudo, pela saliência no texto noticioso.

Sobre o pré-sal, é o significado de autorização de Dilma para dar declarações sobre o tema que irá construir a competência como enquadramento jornalístico. Na matéria 42, a autorização está presente já na definição da situação. Nela, Dilma Rousseff anuncia que o governo não trabalha com a hipótese de veto do projeto de distribuição de royalties do petróleo. Na matéria 24, o governo anuncia quatro propostas para a exploração do petróleo abaixo da camada de pré-sal.

Nas duas unidades de análise, constrói-se uma situação de tensão em relação à distribuição dos royalties do petróleo. Os agentes que provocam essa tensão são identificados como os estados produtores – a saber, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Os três, segundo o texto do Jornal Nacional, não concordariam com novas regras para distribuição do dinheiro proveniente da extração de petróleo. No entanto, é interessante observar que na

matéria 24, a reportagem coloca o governador do Rio de Janeiro ao lado do governo federal e das propostas apresentadas por esse no Congresso. O off diz: “*O governador do Rio aprovou as mudanças*” (MAT24). Na sonora, Sérgio Cabral assim o faz: “O Congresso tem sua liberdade, mas acho que o *eixo está enviado com muita correção, não vejo problemas para passar*” (MAT24).

Quem diverge das propostas apresentadas pelo Poder Executivo Federal, pela falta de debate sobre elas, é o governador de São Paulo, José Serra, que já era cotado para concorrer à presidência da República com Dilma Rousseff. No off, ele é apresentado como fonte autorizada para dar sua avaliação: “*Para o governador de São Paulo, a nova lei precisa de mais tempo para discussão*” (MAT24). Na sonora, ela valida sua opinião: “O governo teve quase dois anos para fazer o projeto. É razoável que se dê mais tempo para a discussão. *Não vai haver tempo hábil, razoável para que se discuta um projeto que tem implicações para as próximas décadas*” (MAT24).

Dilma também é fonte autorizada para falar sobre o projeto. Mas mais do que apresentar sua avaliação como o faz Serra, ela é a representante política com poder para falar sobre a maneira como o governo irá conduzir a exploração da camada de pré-sal. No off, esse significado já se faz presente: “*Dilma Rousseff disse que a Petrobras estará presente em todas as etapas da exploração, em todos os blocos do pré-sal*” (MAT24). Na matéria 42, o significado aparece novamente no texto da nota pelada: “*A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse hoje que o governo não trabalha com a hipótese de veto do presidente Lula ao projeto que altera a distribuição do dinheiro gerado pela produção de petróleo*” (MAT 42).

Já nas unidades de análise sobre a Conferência do Clima, que reuniu líderes internacionais em Copenhague no final de 2009, a tensão é novamente estabelecida sobre a situação definida pelas notícias do Jornal Nacional. “Quem pagará a conta do clima?” é a pergunta que as reportagens buscam responder. Essa tensão é construída não apenas em torno das discussões entre líderes internacionais de países ricos, em desenvolvimento e pobres; mas também aparece nas divergências entre representantes políticos nacionais. É este último aspecto que interessa para a análise do enquadramento sobre Dilma Rousseff.

Nas matérias 34 e 36, a tensão é formada em torno das ações que o governo e a ministra Dilma Rousseff pretendem tomar em relação a investimentos brasileiros contra as emissões de carbono e a proposta apresentada pelo governador de São Paulo, José Serra, e pela a senadora do Partido Verde, Marina Silva, ambos cotados para a disputa presidencial de 2010. Os últimos propunham que o Brasil, enquanto país de economia emergente, doasse um bilhão de dólares para a adaptação dos países muito pobres ao aquecimento global. Ambos

são apresentados como representantes políticos autorizados a dar sua opinião sobre o caso e afirmam, em sonoras, que a doação do Brasil serviria de exemplo para os países mais ricos.

Porém, a posição do governo, expressa por Dilma Rousseff, foi outra. Na unidade de análise 34, Dilma aparece como voz autorizada a expressar a opinião do governo nas discussões internacionais. Sobre o investimento brasileiro em um fundo aos países pobres, o texto do off diz: “O governo brasileiro tem sido contra, por considerar que quem mais polui tem que arcar com os custos. *Essa foi a posição expressada ontem pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que chefia a delegação do Brasil*” (MAT34). Em sonora, ela desqualifica a sugestão de Serra e Marina para, então, validar a posição do governo: “É que um bilhão de dólares *não faz nem cosquinha, né*. Os valores, como vocês vão ver ali na reunião, estão em torno de 120, 150 bilhões de dólares, os menores. Tem valores de 500 bilhões. *A gente não pode fazer só gesto, o que a gente tem que fazer são medidas reais, concretas, comprometidas*. Por isso, as coisas tem que ser feitas em seu devido processo”.

Encerra-se o caso no off da matéria 36, onde entende-se que não só a proposta de José Serra e Marina Silva foi rejeitada, como a ação do governo ao final da conferência foi mais benéfica aos países mais pobres do que aquela que eles propunham: “O governo brasileiro *não concorda* com a proposta defendida pelo governador de São Paulo, José Serra, e pela ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, de *doar um bilhão de dólares* para a adaptação dos países muito pobres ao aquecimento global. Segundo Dilma Rousseff e Carlos Minc, *o Brasil já comprometeu 5 bilhões* em ajuda tecnológica e financiamento para países da África e da América Latina” (MAT36).

É relevante observar que, nesta unidade de análise, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, também é apresentado no texto do off como representante político autorizado para dar declarações sobre as ações do governo na Conferência do Clima, apesar de não ser o chefe da delegação brasileira, posição ocupada por Dilma. Para entender essa construção, é preciso ir além dos conteúdos do Jornal Nacional.

À época do evento em Copenhague construiu-se, na mídia impressa e online, principalmente, um debate sobre a atuação de Dilma Rousseff na Conferência do Clima. Avaliava-se negativamente o seu comando da delegação brasileira, pela falta experiência da ministra em questões ambientais, e entendia-se que o representante brasileiro natural seria o ministro Carlos Minc. Estabeleceu-se um conflito entre as propostas de Minc e as propostas de Dilma. Além disso, a participação da ministra era vista como uma atitude eleitoreira com o objetivo de promovê-la antes da campanha (GÓIS, dez. 2009; SALOMON, dez. 2009).

A exceção do apontamento de uma gafe na fala de Dilma Rousseff, essas avaliações não foram feitas no texto do Jornal Nacional. Apontou-se apenas um erro cometido pela ministra durante um discurso: “Ontem, numa apresentação do plano brasileiro, *a ministra cometeu uma gafe*” (MAT35). Na sonora, está o lapso: “O meio ambiente é, sem dúvida nenhuma, uma ameaça ao desenvolvimento sustentável e isso significa que é uma ameaça pro futuro do planeta e dos nossos países” (MAT35).

Na unidade de análise 35, o que foi construído como uma disputa entre Dilma e Minc em outros veículos de comunicação ficou reduzido a uma tensão no Jornal Nacional, caracterizada no off como “divergências de linguagem”. Nesta tensão, provocada pelas palavras que utilizaram nas declarações, é a ministra da Casa Civil quem é apresentada como representante política com poder de desautorizar Carlos Minc e instruí-lo sobre como agir, conforme a descrição da construção do texto noticioso indica.

No off, o ministro do Meio Ambiente é apresentado como fonte autorizada: “Com relação aos recursos de adaptação às mudanças climáticas, *o ministro Minc diz que o Brasil abriu mão*” (MAT35). A sonora ilustra: “Eu, em nenhum momento, neguei que existem categorias diferentes [de países]. Ao contrário, não só reconheci como defendi o tratamento diferenciado. Disse: ‘Olha, os recursos de adaptação nós abrimos mão, só [devem ser dados] para os muito pobres’” (MAT35).

Dada a declaração, a autoridade de Dilma sobrepõe-se à de Minc, conforme o texto do off que segue a sonora do ministro do Meio Ambiente: “*A ministra desautorizou*” (MAT35). Na sonora de Dilma, indica-se sua posição de dar instruções: “*Eu pedi pro ministro esclarecer isso, porque às vezes as pessoas confundem. O que nós estamos querendo são recursos para mitigação*” (MAT35).

A tensão entre Dilma e Minc, interpretada pelo Jornal Nacional como uma diferença de linguagem entre o que são recursos de adaptação e o que são recursos de mitigação, é apaziguada e ajustada na unidade de análise 36, através de uma ação planejada da delegação brasileira, provavelmente com intuito de promover sua definição da situação: a coletiva de imprensa (Figura 24, abaixo). Diz o off: “Pouco depois, os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Casa Civil, Dilma Rousseff, que *vinham tendo divergência de linguagem* em questões como o financiamento internacional para adaptação às mudanças climáticas, deram juntos uma coletiva de imprensa, *em tom cordial*” (MAT36).



FIGURA 24 – Carlos Minc e Dilma Rousseff em coletiva de imprensa em Copenhague (MAT36)

Conclui-se, sobre o acontecimento Conferência do Clima, que Dilma Rousseff foi a representante política com poder para dar declarações acerca da posição brasileira quanto à destinação de recursos para a redução das emissões de carbono. Sua autoridade foi construída como sendo superior à de José Serra e Marina Silva, pré-candidatos à presidência, e superior também à do ministro do Meio Ambiente Carlos Minc. Foi ela a fonte oficial competente a dar informações precisas sobre a posição brasileira durante o evento internacional.

Na notícia sobre Honduras, há também o estabelecimento de tensão entre dois membros do governo. Desta vez, entre Dilma Rousseff e o presidente Lula. O Jornal Nacional define esta situação ao noticiar que a ministra da Casa Civil deu uma declaração contrária à de Lula sobre as eleições presidenciais em Honduras após o golpe de estado que depôs o presidente. A tensão é apresentada desta forma na nota coberta: “Lula tinha afirmado que não iria reconhecer o vencedor, Porfírio Lobo, e que só aceitaria o resultado se o presidente deposto, Manuel Zelaya, tivesse sido restituído ao cargo antes dessa votação. Mas a ministra Dilma, que acompanhou o presidente na visita à Alemanha, *deu a entender que a eleição terá que ser considerada*” (MAT33).

Segue-se a este texto uma longa sonora de Dilma Rousseff, expondo sua posição frente à situação em Honduras. Apresenta-se apenas a parte que, de acordo com a interpretação do Jornal Nacional, indica a divergência com o presidente Lula: “Nós não estávamos discutindo eleição, nós estávamos discutindo golpe de estado, né. Há uma diferença muito grande entre uma coisa e outra. (...) *Tanto é que eu acho que esse novo processo aí vai ter de ser considerado*” (MAT33). Entende-se que, apesar do destaque dado

para esta “declaração contrária” à de Lula, a reputação de competência de Dilma não é colocada em dúvida e o assunto não aparece novamente nas notícias do corpus de pesquisa³.

Para encerrar a análise das matérias sobre as questões de governo, serão apresentados os significados de confiabilidade sobre Dilma Rousseff na reportagem que trata da reativação da Telebrás. Define-se a situação novamente em termos de um conflito entre oposição e governo. Nesta notícia, a oposição suspeita de tráfico de influência durante a operação. A causa dessa situação é a possibilidade de um cliente do ex-ministro José Dirceu ter se beneficiado com a reativação da estatal. O papel de Dilma Rousseff na matéria é encerrar a reportagem com uma declaração autorizada sobre a idoneidade da operação.

No último off da unidade de análise, o texto apresenta: “Ontem em Cuiabá *a ministra Dilma Rousseff afirmou que o governo ganhou a causa na Justiça*”. Na sonora, ela valida a atuação do governo: “*O processo pelo qual a Eletrobras tomou de volta suas fibras óticas ocorreu na Justiça brasileira. Não foi objeto de negociação entre nós e nenhum credor*”.

O enquadramento de competência é formado ainda nas unidades de análise sobre a candidatura de Dilma nas eleições de 2010. As matérias 46 e 47 são as únicas que se referem a Dilma Rousseff como “pré-candidata do PT à presidência”, em textos lidos por jornalistas. Antes disso, apenas a primeira unidade de análise do corpus de pesquisa, relativa ao acontecimento Linfoma, havia feito uma referência nesse sentido, chamando-a de “provável candidata do PT à presidência”.

A matéria 26 é uma nota pelada que apresenta uma situação de ajustamento. Possui a função de registrar a saída de dez ministros dos cargos que ocupam no governo para disputar as eleições e registrar também os nomes das pessoas que os substituirão. Sobre Dilma, apenas a frase: “A ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pré-candidata do PT à presidência da República, será substituída pela secretária executiva Erenice Guerra” (MAT46).

Já a unidade de análise 47, apesar de apresentar uma situação de ajustamento, indica alguns significados que ajudam construir a competência de Dilma Rousseff para o cargo de presidente da República através da apresentação de uma pequena biografia. Na escalada e na chamada de bloco a situação é definida para duas reportagens que serão apresentadas no telejornal – a saída de Dilma e também a de Serra dos cargos que ocupavam. Diz a escalada: “Rumo à eleição. Dilma Rousseff e José Serra se despedem dos cargos para concorrer à presidência” (MAT47). A chamada de bloco é composta apenas pela segunda sentença, acompanhada pela figura 25 (abaixo).

³ Apesar da declaração da ministra, Porfírio Lobo foi o único líder latino-americano a não ser convidado para a posse de Dilma Rousseff como presidente da República (EFE, 30 dez. 2010).



FIGURA 25 – Dilma é identificada como pré-candidata à presidência (MAT47)

O primeiro off do VT de Dilma concentra-se na sua saída do cargo. Há destaque para um fato que a distingue dos outros representantes políticos que deixavam o governo na mesma cerimônia. Saliencia o texto: “Pela manhã, ainda no cargo, Dilma trabalhou até o último minuto no discurso de despedida que faria em nome dos colegas que também deixaram o governo. Além do presidente Lula, *Dilma foi a única dos dez ministros a falar na cerimônia no Itamaraty*”. O excerto indica mais uma vez a autorização de Dilma, desta vez para representar outros atores políticos e não mais o governo.

Observa-se também que, depois das unidades de análise que construíram o enquadramento de humanização, é a primeira e única reportagem que destaca um aspecto de fragilidade da ministra. No mesmo off, ouve-se: “Num discurso de meia hora, com a voz embargada e rouca, a *ministra se emocionou*”. Esta fragilidade não mostra Dilma como alguém que é fraca, mas como um ator político sujeito a emoções como qualquer pessoa comum. Em sonora, ela mostra a fragilidade, mas também a intenção de retorno ao poder político: “*Nós nos despedimos, mas não somos aqueles que estão dizendo adeus. Somos aqueles que estão dizendo até breve*” (MAT47).

A reportagem passa então a fazer uma retrospectiva da carreira política de Dilma Rousseff, ilustrada com imagens de arquivo. A seguir, reproduz-se o texto que ressalta sua experiência política, identifica a origem desta carreira na luta armada contra a ditadura militar e lembra o linfoma que combateu no ano anterior:

Chegou ao governo Lula primeiro como ministra de Minas e Energia, depois assumiu a Casa Civil e o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Mas a vida política de Dilma Rousseff começou quando ela ainda era estudante. Na ditadura, Dilma participou de grupos de esquerda armada, foi presa e torturada. Ao sair da prisão, se formou em Economia. No Rio Grande do Sul, ajudou a criar o PDT, onde militou até 2000. Entrou no PT em 2001. Foi secretária de Fazenda de Porto Alegre e secretária estadual de Minas e Energia. No ano passado, retirou um câncer no sistema linfático (MAT47).

O texto dá as credenciais de Dilma Rousseff e identifica os principais cargos que ela ocupou durante a carreira, mas também ressalta que nunca disputou eleições. A passagem do repórter observa: “Apesar da longa militância partidária, *ela vai disputar um cargo eletivo pela primeira vez*” (MAT47). Apesar desta informação – que junto com a atribuição da participação de Dilma em “grupos de esquerda armada” pode ser entendido como um significado de desqualificação para aqueles que entendem o enfrentamento ao regime militar como terrorismo –, a confiabilidade de Dilma é construída ao apontar suas qualificações, destacar sua autorização e ainda relacionar seu nome ao do presidente Lula, que já gozava de altos índices de popularidade na época. Observa a passagem: “Dilma *foi escolhida por Lula para ser candidata à sucessão*” (MAT47).

Enfim, a matéria encerra com Dilma destacando em sonora sua própria idoneidade: “*Eu não acho que no embate a gente tenha que baixar o nível ou usar instrumentos que não sejam aqueles que honram a tradição democrática do país*” (MAT47). É por essa predominância dos sentidos de confiabilidade que a reputação de competência de Dilma é construída e reforçada na última unidade de análise desta pesquisa.

Novamente, assim como não há tabelas sobre os acontecimentos Campanha Antecipada e Apagão, não se apresenta aqui também dados quantitativos sobre os acontecimentos relacionados ao enquadramento de competência. Isso porque os números referentes aos quadros de significado nas unidades de análise, apesar de terem servido de guia para o que foi apresentado aqui, não mostram informações significativas para além da análise qualitativa que se buscou nesta seção. Portanto, a localização desses quadros de significado nas diferentes partes que compõem a reportagem para a tevê também não é relevante.

Encontrou-se que, para a construção da reputação de competência de Dilma Rousseff, é preciso destacar a ausência do quadro de significados de inconfiabilidade, a definição da situação no texto noticioso de forma favorável ao governo, bem como o papel de Dilma como fonte autorizada para falar em nome deste governo nas matérias. Sobre o papel do jornalismo para a construção desse enquadramento, observa-se que não há indicação no texto de busca de provas auxiliares para além de fontes em oposição/tensão à ministra da Casa Civil e ao

governo. Desta maneira, as questões encerram-se rapidamente, o que explica o número exíguo de unidades de análise sobre cada acontecimento.

Por fim, entende-se que a construção do enquadramento de competência funda-se no mapa cultural da “normalidade”, do suposto consenso social no qual não existem importantes conflitos de interesses entre classes e grupos (HALL et al., 1993). Existem algumas divergências, mas elas são reconciliadas através nos espaço legitimado do jornalismo de forma a reforçar as instituições políticas vigentes. Neste enquadramento, não se recorre ao confronto direto ou à violência simbólica, como é feito na construção da suspeição. Pelo caráter de oficialidade das notícias, as relações sociais estabelecidas são reproduzidas no texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as descrições sobre as notícias, nos capítulos 4 e 5, através da definição da situação reportada e da presença de quadros de significados sobre Dilma Rousseff e as inferências sobre a construção dos enquadramentos jornalísticos no texto noticioso, parte-se agora para as considerações finais da pesquisa. Procurou-se, nesta dissertação, compreender os frames construídos nas notícias sobre Dilma Rousseff no Jornal Nacional em seu último ano como ministra da Casa Civil.

Para isso, foram mapeadas as temáticas e os acontecimentos em que ela aparece como figura central das notícias; foi estabelecido quais são os enquadramentos jornalísticos construídos sobre a ministra, através da definição da situação no texto noticioso e da seleção e saliência dos quadros de significado presentes sobre ela; e buscou-se relacionar a formação destes frames às funções do jornalismo e aos saberes dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa. Acredita-se que esses objetivos foram atendidos nos capítulos anteriores e que muitas das inferências provenientes da análise de conteúdo já foram apresentadas. Portanto, o que se almeja aqui é uma breve retomada das observações feitas durante a análise e uma conexão entre as interpretações que resulte em uma visão mais ampla do material estudado.

Sobre o primeiro objetivo específico, chegou-se à conclusão de que as notícias sobre Dilma Rousseff no Jornal Nacional estavam relacionadas a três temáticas principais. A mais numerosa delas, as questões de governo, aborda acontecimentos relacionados à gestão do país (PAC, Pré-Sal e Telebrás), às relações internacionais do Brasil (Conferência do Clima e Honduras) e à suposta ocultação de ações políticas que vêm ao conhecimento do público (Denúncia Lina, Apagão). As questões eleitorais tratam de atividades relacionadas ao pleito de 2010 (Campanha Antecipada e Candidatura). Já as questões pessoais centram-se nas notícias sobre o Linfoma. A não ser pela última temática, que constrói o enquadramento de humanização em todas as notícias reportadas por tratar-se de um único acontecimento, as outras duas são compostas por notícias que formam enquadramentos de suspeição (Denúncia Lina, Apagão e Campanha Antecipada) e de competência (Conferência do Clima, Honduras, PAC, Pré-Sal, Telebrás e Candidatura) de Dilma Rousseff. Ou seja, não se encontrou relação direta entre a formação dos enquadramentos jornalísticos e as temáticas abordadas.

Sobre o segundo objetivo, observa-se que o enquadramento de suspeição é composto primordialmente por situações de conflito, no qual os atores políticos são localizados em pólos opostos e um deles sairá com sua reputação de caráter ou de competência em dúvida

devido à formação do quadro de significados de inconfiabilidade. No caso deste corpus de pesquisa, a construção da confiabilidade sobre Dilma foi preterida à formação do quadro de inconfiabilidade, gerando a suspeição sobre a ministra da Casa Civil. Esse enquadramento jornalístico, no acontecimento Denúncia Lina, é ainda reforçado pela construção da confiabilidade dos agentes em oposição à ministra, no caso, a ex-secretária da Receita Federal, Lina Vieira. Observa-se, também, que a confiabilidade/inconfiabilidade extrapolou as protagonistas diretas do acontecimento ao referir-se também ao governo e aos partidos de oposição. Assim, a suspeição estabeleceu-se também sobre as instituições políticas.

Já a competência é o contrário da suspeição em termos da formação de quadros de significado. Ela é construída sobre os atores políticos caracterizados por sua confiabilidade, para os quais a reputação em relação às habilidades que possuem para exercício dos cargos que ocupam não é questionada. Nos casos das notícias sobre Dilma Rousseff, é principalmente a sua autorização para falar em nome do governo que constrói esse enquadramento. Além disso, as notícias, em sua maioria, apresentam a definição da situação de forma favorável ao governo e às informações oficiais apresentadas por ele.

Em relação à humanização, pode-se dizer que é um frame formado por situações de ajustamento nas quais os quadros de significados criam uma aproximação entre ator político e telespectador. Isso porque Dilma não é caracterizada pelo exercício de seu cargo como ministra, mas sim por suas qualidades enquanto ser humano que possui uma doença, que sente dor, que supera obstáculos e, finalmente, cura-se. Constrói-se no texto uma relação de intimidade com o ator político, no qual Dilma se mostra uma pessoa forte com momentos de fragilidade e apresenta uma atitude de franqueza. É o que Thompson (2002) fala sobre a sociedade da automanifestação, onde os políticos começaram a agir como “pessoas comuns que podiam se dirigir a seus sujeitos na qualidade de companheiros, revelando seletivamente aspectos de sua vida e de seu caráter de um modo coloquial ou mesmo íntimo” (p. 69).

Através da manifestação desses enquadramentos no texto noticioso do Jornal Nacional, infere-se que a visibilidade proporcionada a Dilma Rousseff foi, em grande medida, favorável à formação de uma imagem positiva da então ministra chefe da Casa Civil. Isso porque nenhum dos três frames jornalísticos chega a estabelecer de forma categórica o esvaziamento de sua reputação. A suspeição, enquadramento que chega mais próximo disso, centra-se na construção da dúvida e deixa margem, no texto noticioso, para muitos questionamentos sobre o seu comportamento (se ela teve ou não encontro com Lina Vieira, se ela fez ou não algum pedido à ex-secretária da Receita, se ela mentiu sobre o caso ou não), nenhum deles possível de ser respondido de forma absoluta.

Mesmo com essas dúvidas sobre a reputação de caráter construída no texto, a visibilidade proporcionada pelos acontecimentos que geraram suspeição faz parte da apresentação da ministra aos eleitores. Percebe-se que o afastamento de Dilma do conflito direto com a oposição também auxilia na administração dos significados que poderiam gerar um grau maior de questionamentos sobre sua reputação. Ainda, a competência de Dilma Rousseff é construída em diversas oportunidades, levando a uma interpretação de que ela é uma pessoa com autoridade para posicionar-se publicamente sobre os assuntos governamentais e com habilidades de gestão para exercer essa autoridade. Somada à construção de uma intimidade através da televisão que auxilia a aproximação da figura política aos seus telespectadores, pode-se dizer que a visibilidade de Dilma no Jornal Nacional foi positiva.

O que dizer sobre o jornalismo na construção desses enquadramentos? Como se afirmou no capítulo metodológico, não é possível (e nem é o objetivo aqui) aferir as intenções dos jornalistas ou das empresas de comunicação no estudo do texto através da análise de conteúdo. O propósito era perceber nas notícias quais funções do jornalismo estavam manifestas no texto e pensar os saberes de procedimento e, principalmente, de narração desta comunidade interpretativa acionados na seleção e na saliência de determinados aspectos do acontecimento que resultaram na construção dos frames.

A personalização, como valor notícia de construção da narrativa noticiosa, é essencial à formação do enquadramento de humanização. O ator político precisa ser o centro das notícias de forma a acentuar o “fator pessoa”, como elabora Traquina (2008). Em relação à função social do jornalismo, pode-se observar que as notícias que formaram a humanização tinham também em seu texto o objetivo de esclarecer o telespectador sobre o que era um câncer no sistema linfático, quais eram os seus estágios e como ele era tratado. O uso de vocabulário explicativo, que traduzia termos técnicos em expressões simples, assim como a constante presença de videografismos que transformava em imagem processos complexos, foram os indícios que se encontraram desta função.

Já a função do jornalismo enquanto cão de guarda da democracia foi construída nas notícias que resultaram no frame da suspeição. No texto, pôde-se perceber o destaque dado à busca do telejornal por provas auxiliares que pudessem ajudar a esclarecer uma acusação sobre ingerência política – desde a apresentação de declarações contraditórias até a obtenção de documentos que pudessem fomentar ou resolver o conflito apresentado. A construção desse conflito mostrou-se também fundamental para a formação da suspeição como frame jornalístico. A oposição de atores políticos de forma antitética auxiliou no estabelecimento

dos significados de confiabilidade e inconfiabilidade do texto noticioso. E foi a comparação entre a construção desses significados sobre os dois lados estabelecidos na notícia que indicou sobre qual ator político recaiu a suspeição.

Nas notícias que resultaram na construção da competência de Dilma Rousseff não se percebeu nenhum traço do exercício das funções pedagógica ou de guardião da democracia. Houve definições de ajustamento, tensão e conflito, mas não houve a apresentação de provas auxiliares. Assim como os atores eram colocados em lados opostos, apresentando diferentes versões para uma mesma questão ou acontecimento, não pareceu no texto haver uma investigação dos próprios jornalistas sobre esses conflitos. O que predominou foi um consenso sobre a legitimidade de Dilma e das instituições políticas vigentes.

O que parece, nas unidades de análise que construíram a competência de Dilma Rousseff, é que houve uma equivalência de necessidade de eventos por parte dos promotores e dos produtores das notícias. O governo, enquanto promotor de eventos, conseguiu definir as situações reportadas de forma favorável a si, e particularmente a Dilma Rousseff. Os jornalistas parecem ter reproduzido a definição dos atores políticos no governo, apontando algumas divergências pouco exploradas dentro do texto.

Portanto, o caráter oficial das informações prestadas por Dilma Rousseff predominou nestas matérias. As declarações da ministra eram colocadas em tensão ou em conflito com declarações de outros atores e instituições políticas que, por comparação, acabavam mostrando-se menos autorizadas do que ela para dar informações sobre investimentos ou ações governamentais. Na dissertação de Cunha (2005), essa oficialidade foi interpretada como a formação de um enquadramento pouco crítico ao governo; já no trabalho de Fraga (2005) foi percebida como um discurso autolegitimador que reproduz as relações sociais estabelecidas.

Sobre a construção dos frames em determinadas seções das notícias produzidas para a televisão (escalada, chamada de bloco, cabeça, off, passagem e sonora), não se pode afirmar categoricamente que determinado quadro de significados esteve restrito à voz dos jornalistas ou à voz dos entrevistados. Foram feitas algumas inferências a esse respeito durante os capítulos anteriores, baseadas nos resultados das tabelas da análise de conteúdo; no entanto, devido ao pequeno número de unidades de análise no corpus de pesquisa, considera-se que seria imprudente dizer, por exemplo, que a fragilidade foi construída apenas em textos enunciados pelos jornalistas ou que a confiabilidade estava presente apenas em sonoras favoráveis a Dilma.

Além disso, acredita-se que, apesar de poder dizer alguma coisa sobre as estratégias dos jornalistas para construir enquadramentos de forma a tentar garantir algum grau de objetividade, o texto como um todo é construído por essa comunidade interpretativa. Mesmo as sonoridades dependem das avaliações dos jornalistas baseadas em seus saberes profissionais. Primeiro, em relação aos procedimentos, devem escolher quem entrevistar. Depois, no momento de narração, selecionar, entre tudo o que disse o entrevistado, um trecho que irá ao ar. Assim, mesmo com os rituais estratégicos de objetividade dos jornalistas, considera-se que a linguagem não é transmissora direta de significados inerentes aos acontecimentos.

O que chamou a atenção foi a ausência da construção de determinados aspectos dos acontecimentos, conforme a definição de Entman (1993). Notou-se que o Jornal Nacional raramente define interpretações causais, avaliações morais ou recomendação de tratamento para as controvérsias e os conflitos apresentados. Porém, os quadros de significado construídos no texto levam indiretamente a enquadramentos fundados em mapas culturais que podem ser favoráveis ou desfavoráveis à formação das imagens públicas dos atores políticos.

Apesar de esta dissertação dar espaço para os estudos sobre a relação entre as agendas políticas e as agendas jornalísticas e também oferecer dados sobre a representação de Dilma Rousseff que permitam analisar, em conjunto com o estudo de outros conteúdos jornalísticos, a forma como sua imagem foi construída nos veículos noticiosos, uma inquietação de cunho mais teórico permanece como resultado deste trabalho. Crê-se na possibilidade de fazer avançar as análises de enquadramento ao estudar aquilo que sustenta e constrói os frames nas notícias.

Tentou-se explicar de que forma os frames de suspeição, humanização e competência estão enraizados em conhecimentos compartilhados pela sociedade ocidental – que se chamou de mapas culturais (HALL et al. 1993) – mais especificamente a brasileira. A suspeição relacionada à permanente dúvida sobre a reputação dos atores políticos, fruto dos constantes casos de corrupção reportados pelo jornalismo. A competência ligada à conciliação de divergências e à oficialidade que legitima as posições sociais. A humanização conectada ao estabelecimento de uma relação de simpatia com aqueles que são vítimas do câncer.

Alguns pesquisadores, como Todd Gitlin (1980) e Robert Entman (1993), falam nos enquadramentos como reprodutores da ideologia. Outros conectam a ideologia aos mapas culturais sociais (HALL et. al., 1993). Fica o desejo de aprofundar os conhecimentos nessa área dos estudos em jornalismo, debatendo os conceitos de mapas culturais sociais e ideologia como elementos que dão origem aos enquadramentos no texto produzido pelos jornalistas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto. A pesquisa norte-americana. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BARTOLOMEI, Marcelo. Recorde leva departamento de dramaturgia para o Rio. **Folha Online**, 24 abr. 2005. Disponível em: < <http://migre.me/3MjVH>>. Acesso em: jan. 2011.
- BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Marcia. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. In: XVI Encontro da Compós, 2007, Curitiba. **Anais**. . . Curitiba: Compós, 2007.
- BERGAMO, Mônica. Lily & Roberto. **Folha de São Paulo**, 07 nov. 2004. Ilustrada. Disponível em: <<http://migre.me/x39j>>. Acesso em: abr. 2010.
- BERGER, Bennett. Foreword. In: GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Northeastern University Press, 1986.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert W. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.
- BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**. São Paulo: Globo, 2009.
- BORELLI, Silvia Helena Simões; PRIOLLI, Gabriel. **A Deusa ferida: Por que a Rede Globo não é mais a campeã absoluta de audiência**. São Paulo: Summus Editorial, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BREED, Waren. Controlo social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.
- BUCCI, Eugênio. O espaço público no Brasil. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. **Videologias**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BUPA. Majority of Brazilians lead unhealthy lifestyles. Bupa Health Pulse 2010.

CABRAL, Otávio; RIBEIRO, Gustavo. A candidata conquista o ninho. **Veja**, ano 43, n. 8, 24 fev. 2010.

CAMAROTTI, Gerson. Cirurgia plástica 'deu uma arrumada' em Dilma, diz Múcio. Para Cabral, ministra ficou mais jovem. **O Globo**, 14 jan. 2009.

CARAS. São Paulo: Editora Abril, edição 806, ano 16, n. 16, 17 abr. 2009.

CARVALHO, Alberto. Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. **Contemporanea**, vol. 7, n. 2, dez. 2009.

CARVALHO, Anabela. Discourse Analysis and Media Texts: a Critical Reading of Analytical Tools. In: International Conference on Logic and Methodology, 33, 200, Köln. **Anais...** Köln: International Sociology Association, 2000.

CARVALHO, Luiz Maklouf. As armas e os varões: A educação política e sentimental de Dilma Rousseff. **Piauí**. São Paulo, ano 3, n. 31, p. 22-29, abr. 2009.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mares nunca dantes navegados: A trajetória de Dilma Rousseff da prisão ao poder. **Piauí**. São Paulo, ano 3, n. 34, p. 26-33, jul. 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CONDSEF. DNIT: Governo apresenta proposta que substitui bônus e servidores se mobilizam. CUT, 26 abr. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/3K462>>. Acesso em: nov. 2010.

CUCOLO, Eduardo. Exoneração da secretária da Receita Federal é publicada no Diário Oficial. Folha Online, 17 jul. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/3FNRF>>. Acesso em: jan. 2011.

CUNHA, Karenine. **Agora é Lula**: Enquadramentos do governo do PT pelo *Jornal Nacional*. Bauru: Unesp, 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2005.

DATAFOLHA. **Eleições 2010**. São Paulo: 20 mar. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/x0jR>>. Acesso em: abr. 2010.

DATAFOLHA. **Eleições 2010**. São Paulo: 01 jun. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/x0kD>>. Acesso em: abr. 2010.

DATAFOLHA. **Eleições 2010**. São Paulo: 29 mar. 2010a. Disponível em: <<http://migre.me/x0m0>>. Acesso em: abr. 2010.

DATAFOLHA. **Opinião pública**. São Paulo: 29 mar. 2010b. Disponível em: <<http://migre.me/x0aW>>. Acesso em: abr. 2010.

DEUZE, Mark. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**, vol. 6, 2005.

DILMA. **Biografia**. Disponível em: <dilma.com.br>. Acesso em: dez. 2010.

DOMINGOS, João. Casa Civil coleciona escândalos desde 2003. **O Estado de São Paulo**, 22 de setembro de 2010.

EFE. Lobo é o único líder latino-americano não convidado a posse de Dilma. R7, 30 dez. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/3KGSR>>. Acesso em: jan. 2011

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, autumn, 1993.

ENTMAN, Robert M. Media framing biases and political power: explaining slant in news of Campaign 2008. **Journalism**, september, 2010.

ÉPOCA. Editora Globo, nº 639, 16 ago. 2009.

ERICSON, Richard; BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. **Visualizing Deviance: A study of News Organizations**. Toronto: Open University Press, Milton Keynes, 1987, p. 95-138.

FECHINE, Yvana. **Televisão e presença: uma abordagem semiótica da transmissão direta**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

FELTRIN, Ricardo. "Jornal Nacional", 40, fecha ano com menor ibope de sua história. **UOL**, 08 dez. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/x2KL>>. Acesso em: 23 jan. 2010.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antonomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, vol. 15, n. 2, nov. 2009.

FRAGA, Vitor. **Telejornalismo, hegemonia e consenso: O Jornal Nacional e o enquadramento hegemônico**. Niterói: UFF, 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in four Norwegian Newspapers. **Journal of Peace Research**, vol. 2, n. 1, 1965.

GAMSON, William A.; et. al. Images and the Social Construction of Reality. **Annual Review of Sociology**, vol. 18, 1992.

GFK. **Confiança da população nos políticos continua em queda**. São Paulo: Junho, 2010.

GITLIN, Todd. **The Whole world is watching: mass media in the making [and] unmaking of the new left**. Berkeley: University of California, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Northeastern University Press, 1986.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Esfera pública política. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008a.

GOMES, Wilson. Mapeando a audiosfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional. In: Encontro da Compós, 17, 2008, São Paulo. **Anais**. . . São Paulo: Compós, 2008b.

GOMIDE, Raphael; TORRES, Sérgio; NOGUEIRA, Ítalo. Em favela do Rio, Lula diz que Dilma é “mãe do PAC”. **Folha de São Paulo**, 08 mar. 2008.

GUERREIRO, Gabriela. Conselho de ética do Senado rejeita recursos e livra Sarney e Virgílio de acusações. **Folha Online**, 19 ago. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/3FN58>>. Acesso em: dez. 2010.

HAGEN, Sean. **A emoção como estratégia de fidelização do telejornal: um estudo de recepção sobre os laços entre apresentadores e telespectadores do Jornal Nacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HALL, Stuart. **The Narrative Construction of Reality**. Context, nº 10, 1983 (?).

HALL, Stuart, et al. A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008: Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

JUNGLBLUT, Cristiane; DAMÉ, Luiza. Tucanos criticam bônus aos servidores do DNIT. **Globo Online**, 23 mai. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/3K3Y7>>. Acesso em: nov. 2010.

KATZ, Elihu. Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao planalto: uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LANGELLIER, Jean Pierre. La dame de fer, les pieds dans l'argile. **Le Monde**, 23 abr. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/x5eG>>. Acesso em: mai. 2009.

LIEDTKE, Paulo Fernando. **Governando com a mídia: duplo agendamento e enquadramento no governo Lula (2003-2006)**. Florianópolis: UFSC, 2006. Tese (Doutorado

em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2006.

LOYOLA, Leandro; SILVA, Eumano; ROCHA, Leonel. Dilma na luta armada. **Época**, nº 639, p. 34-42, 16 ago. 2010.

MAGENTA, Matheus. Auditores fiscais veem pressão de grandes grupos por demissão de Lina. **Folha Online**, 17 jul. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/3FNNe>>. Acesso em: jan. 2011.

MARQUES, Alan. **Fotografia**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/acervo-digital/tag/jose-dirceu/>>. Acesso em: dez. 2010.

MATTOS, Laura. Personagens fazem confidências a internautas no site de Passione. **Folha Online**, 12 jun. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/3MjYy>>. Acesso em: jan. 2011.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no Mercado das ideias. In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

McCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda: A mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MELLO, Kátia. Dilma no cárcere. **Época**, nº 639, p. 44-48, 16 ago. 2010.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

MEMÓRIA GLOBO. Disponível em: <memoriaglobo.globo.com>. Acesso em: dez. 2010.

MENEZES, Cynara. Dilma não se entrega. **CartaCapital**, ano XV, n. 544, 6 mai. 2009.

META. Hábitos de Informação e Formação de Opinião da População Brasileira (**Relatório**). Meta Pesquisas de Opinião e Governo Federal, 2010.

MOLOTOCH, Harvey; LESTER, Marilyn. News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents, and Scandals. **American Sociological Review**, vol. 39, nº 1, Feb. 1974.

MOREIRA, Breno Lima. **Mídia, economia e governo: O enquadramento da economia no Jornal Nacional no primeiro governo Lula**. Brasília: UNB, 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos políticos. **Intexto**, vol. 2, n. 17, jul./dez. 2010.

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. **Brazilian Journalism Research**, vol. 6, n. 1, 2010.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Carlos Lamarca no imaginário político brasileiro: o papel da Imprensa na construção da imagem do “Capitão Guerrilheiro”. **Revista Ágora**, Vitória, nº 7, 2008.

ODILLA, Fernanda; MATAIS, Andreza. Substituta de Dilma terá de depor sobre dossiê anti-FHC. **Folha de São Paulo**, 31 mar. 2010.

O GLOBO Online. Dilma responde a Agripino: Me orgulho de ter mentido diante da tortura, pois salvei companheiros da morte. **O Globo Online**, 07 mai. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/33oZH>>. Acesso em: dez. 2010.

PORCELLO, Flávio A. C. **Fait Divers, discurso e ideosfera**: TV e poder no Brasil. Um olhar sobre as eleições de 2002. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

PORTO, Mauro. (2010). **Media Power and Democratization in Brazil**: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability. Trabalho não publicado.

REDE GLOBO. **Institucional**. Disponível em: <<http://migre.me/x2DN>>. Acesso em: jan. 2010.

RODRIGO ALSINA, Miguel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

ROUSSEFF, Dilma. A mulher do presidente. **Marie Claire**, n. 217, abr. 2009a.

ROUSSEFF, Dilma. Dilma Rousseff: a mulher que quer governar o Brasil. **Cláudia**, ano 48, n. 4, abr. 2009b.

ROUSSEFF, Dilma. A ministra tranquila. **CartaCapital**, ano XV, n. 546, 20 mai. 2010.

ROUSSEFF, Dilma. “Você acha que sou um poste?”. **Época**, n. 614, 22 fev. 2010.

ROUSSEFF, Dilma. “Nós fizemos e sabemos como continuar a fazer”. **IstoÉ**, ano 34, n. 2113, 12 mai. 2010.

ROUSSEFF, Dilma Vana. **Currículo Lattes**. Plataforma Lattes, 06 jul. 2009. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1357261451494509>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

SALOMON, Marta. Proposta de fundo de clima em Copenhague opõe Dilma a Serra e Marina. **Folha Online**, 15 dez. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/3Vxio>>. Acesso em: nov. 2010.

SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, winter, 1999.

SENSUS. Campanha de Esclarecimento do TSE – Eleições 2010 (**Relatório**). Belo Horizonte: Fields Comunicação e TSE, 2010.

SHAKESPEARE, William. Hamlet. Porto Alegre: LP&M, 2004.

SINDSEF-SP. DNIT: Governo manda proposta de bônus ao Congresso sem ouvir os servidores. **Sindsef-SP**, 26 mai. 2009. Disponível em: < <http://migre.me/3K41e>>. Acesso em: nov. 2010.

THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: Análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **O Poder do Jornalismo**: Análise e Textos da Teoria do Agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: **A tribo jornalística**: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1983.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

VASCONCELLOS, Fábio Souza. **Disputa de Imagens no Escândalo Político**: Os enquadramentos midiáticos do Jornal Nacional e do presidente Lula na crise de 2005. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Estadual de Brasília, 2007.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, ano 42, n. 18, edição 2111, 6 mai. 2009.

VIEIRA, Lina. Fui embora e não dei retorno, diz ex-secretária. **Folha de São Paulo**, 9 ago. 2009.

VIZEU, Alfredo; MAZZAROLO, Jô. Telejornalismo: Onde está o lead? **Revista Famecos**, n. 11, dez. 1999.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres P.S. (orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

WEBER, Maria Helena. O estatuto da imagem pública na disputa política. **ECO-Pós**, v. 12, n. 3, p. 79-94, set./dez. 2009.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo 2000**. Revista de Comunicação e Linguagens, nº 27, fev. 2000.

Outras fontes consultadas:

Donos da Mídia. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br>>. Acesso em: 30 jan. 2010.

Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br/>>.

Globo.com. Disponível em: <<http://www.globo.com/>>.

O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>.

O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>.

APÊNDICE

APÊNDICE I – Tabela descritiva do corpus consolidado

Nº	Data	Tempo	Formato	Tema	Acontecimento
1	25/04/2009	5'30"	Reportagem	Questões Pessoais	Linfoma
2	27/04/2009	3'33"	Reportagem	Questões Pessoais	Linfoma
3	14/05/2009	0'22"	Nota pelada	Questões Pessoais	Linfoma
4	19/05/2009	2'07"	Reportagem	Questões Pessoais	Linfoma
5	20/05/2009	0'52"	Nota coberta	Questões Pessoais	Linfoma
6	22/05/2009	2'12"	Reportagem	Questões do Governo	PAC
7	03/06/2009	1'40"	Reportagem	Questões do Governo	PAC
8	04/06/2009	0'12"	Nota pelada	Questões Pessoais	Linfoma
9	25/06/2009	0'45"	Nota coberta	Questões Pessoais	Linfoma
10	10/08/2009	2'50"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
11	11/08/2009	2'45"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
12	12/08/2009	2'09"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
13	13/08/2009	2'25"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
14	14/08/2009	2'05"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
15	17/08/2009	1'00"	Nota coberta	Questões do Governo	Denúncia Lina
16	18/08/2009	3'58"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
17	19/08/2009	2'03"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
18	20/08/2009	2'07"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
19	21/08/2009	3'02"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
20	24/08/2009	2'06"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
21	25/08/2009	2'49"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
22	26/08/2009	2'41"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
23	27/08/2009	2'05"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
24	31/08/2009	2'05"	Reportagem	Questões do Governo	Pré-Sal
25	28/09/2009	0'42"	Nota pelada	Questões Pessoais	Linfoma
26	19/10/2009	2'08"	Reportagem	Questões do Governo	Denúncia Lina
27	20/10/2009	2'35"	Reportagem	Questões do Governo	Campanha Antecipada
28	22/10/2009	0'29"	Nota pelada	Questões do Governo	Denúncia Lina
29	12/11/2009	3'07"	Reportagem	Questões do Governo	Apagão
30	13/11/2009	5'27"	Reportagem	Questões do Governo	Apagão
31	16/11/2009	0'11"	Nota pelada	Questões do Governo	Apagão
32	17/11/2009	0'21"	Nota pelada	Questões do Governo	Apagão
33	04/12/2009	1'19"	Nota coberta	Questões do Governo	Honduras
34	14/12/2009	4'15"	Reportagem	Questões do Governo	Conferência do Clima
35	15/12/2009	3'00"	Reportagem	Questões do Governo	Conferência do Clima
36	16/12/2009	3'00"	Reportagem	Questões do Governo	Conferência do Clima
37	21/12/2009	0'23"	Nota coberta	Questões Pessoais	Linfoma
38	21/01/2010	0'30"	Nota pelada	Questões Eleitorais	Campanha Antecipada
39	05/02/2010	0'22"	Nota pelada	Questões Eleitorais	Campanha Antecipada
40	23/02//2010	3'03"	Reportagem	Questões do Governo	Telebrás
41	18/03/2010	0'35"	Nota pelada	Questões Eleitorais	Campanha Antecipada
42	19/03/2010	0'40"	Nota pelada	Questões do Governo	Royalties do Petróleo
43	25/03/2010	2'08"	Ao Vivo	Questões Eleitorais	Campanha Antecipada
44	26/03/2010	2'46"	Reportagem	Questões Eleitorais	Campanha Antecipada
45	29/03/2010	3'02"	Reportagem	Questões do Governo	PAC
46	30/03/2010	1'02"	Nota pelada	Questões Eleitorais	Candidatura
47	31/03/2010	2'43"	Reportagem	Questões Eleitorais	Candidatura

APÊNDICE II – Ficha de Classificação – Questões Pessoais

BLOCO A – Identificação Geral

- | | |
|---|--|
| <p>1. Matéria: _____</p> <p>2. Data: ___/___/_____</p> <p>3. Tempo: _____</p> <p>4. Formato</p> <p>A () Reportagem</p> <p>B () Nota Coberta</p> <p>C () Nota pelada</p> <p>D () Entrada ao Vivo</p> | <p>5. Tema / Acontecimentos</p> <p>A () Questões de Governo</p> <p style="padding-left: 20px;">A1 () Apagão</p> <p style="padding-left: 20px;">A2 () Conferência do Clima</p> <p style="padding-left: 20px;">A3 () Denúncia Lina</p> <p style="padding-left: 20px;">A4 () Honduras</p> <p style="padding-left: 20px;">A5 () PAC</p> <p style="padding-left: 20px;">A6 () Pré-Sal</p> <p style="padding-left: 20px;">A8 () Telebrás</p> <p>B () Questões Eleitorais</p> <p style="padding-left: 20px;">B1 () Campanha Antecipada</p> <p style="padding-left: 20px;">B2 () Candidatura</p> <p>C () Questões Pessoais</p> <p style="padding-left: 20px;">C1 () Linfoma</p> |
|---|--|

BLOCO B – SELEÇÃO: Os esquemas de significado e interpretação

6. Definição da Situação: _____
7. Tipo de situação
- A () Controvérsia/Conflito. Atores em oposição: _____
- B () Tensão. Elemento tensor: _____
- C () Ajustamento
8. Interpretação causal: _____
9. Avaliação moral: _____
10. Recomendação de tratamento: _____
11. As fontes
- | | |
|---|---|
| <p>A () Favoráveis</p> <p style="padding-left: 20px;">A1 () Dilma Rousseff</p> <p style="padding-left: 20px;">A2 () Lula</p> <p style="padding-left: 20px;">A3 () Equipe médica de Dilma</p> <p style="padding-left: 20px;">A4 () Outro médico</p> | <p>B () Em tensão</p> <p>C () Em oposição</p> |
|---|---|
12. Sobre Dilma Rousseff (significado e frequência)

AUDIO

- A () Nomeação
- A1 () Ministra / Ministra da Casa Civil / Ministra chefe da Casa Civil
- A2 () Provável Candidata
- A3 () Paciente

- B () Força
 B1 () Rotina inalterada
 B2 () Aparência inalterada
 B3 () Câncer é inicial / Efeitos minimizados
 B4 () Prognóstico positivo
 B5 () Remoção/Cura do câncer
 B6 () Nova aparência

- C () Fragilidade
 C1 () Rotina alterada
 C2 () Aparência alterada
 C3 () Suscetibilidade a dor

- D () Franqueza
 D1 () Revelação da doença
 D2 () Exemplo social
-

VISUAL

BLOCO C – SALIÊNCIA: sobre a construção narrativa da notícia

13. Os esquemas de significado, e a localização e repetição das informações

- A () Escalada / Chamada de Bloco / Cabeça / Nota
 11A () Nomeação A1() A2() A3()
 11B () Força B1() B2() B3() B4() B5() B6()
 11C () Fragilidade C1() C2() C3()
 11D () Franqueza D1() D2()
- D () Passagem / Off
 11A () Nominção A1() A2() A3()
 11B () Força B1() B2() B3() B4() B5() B6()
 11C () Fragilidade C1() C2() C3()
 11D () Franqueza D1() D2()
- F () Sonora
 11A () Nominção A1() A2() A3()
 11B () Força B1() B2() B3() B4() B5() B6()
 11C () Fragilidade C1() C2() C3()
 11D () Franqueza D1() D2()

14. Sobre a função do jornalismo

- A () Cão de Guarda. Como: _____
 B () Função Pedagógica. Como: _____
 C () Nenhum

Enquadramento: () Suspeição () Humanização () Competência () Nenhum

APÊNDICE III – Ficha de Classificação – Questões de Governo e Eleitorais

BLOCO A – Identificação Geral

- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| 1. Matéria: _____ | 5. Tema / Acontecimentos |
| 2. Data: ___/___/_____ | A () Questões de Governo |
| 3. Tempo: _____ | A1 () Apagão |
| 4. Formato | A2 () Conferência do Clima |
| A () Reportagem | A3 () Denúncia Lina |
| B () Nota Coberta | A4 () Honduras |
| C () Nota pelada | A5 () PAC |
| D () Entrada ao Vivo | A6 () Pré-Sal |
| | A7 () Telebrás |
| | B () Questões Eleitorais |
| | B1 () Campanha Antecipada |
| | B2 () Candidatura |
| | C () Questões Pessoais |
| | C1 () Linfoma |

BLOCO B – SELEÇÃO: Os esquemas de significado e interpretação

6. Definição da Situação: _____
7. Tipo de situação
- A () Controvérsia/Conflito. Atores em oposição: _____
- B () Tensão. Elemento tensor: _____
- C () Ajustamento
8. Interpretação causal: _____
9. Avaliação moral: _____
10. Recomendação de tratamento: _____
11. As fontes
- | | |
|----------------|----------------------------|
| () Favoráveis | B () Em tensão / Oposição |
| () _____ | () _____ |
| () _____ | () _____ |
| () _____ | () _____ |
| () _____ | () _____ |
- () Outras _____
12. Sobre Dilma Rousseff (significado e frequência)

AUDIO

- A () Nomeação
- A1 () Ministra / Ministra da Casa Civil / Ministra chefe da Casa Civil
- A2 () Provável Candidata /Pré Candidata / Candidata
- A3 () Ministra de Minas e Energia

- B () Confiabilidade
 B1 () Autorização
 B2 () Validação
 B3 () Transparência
 B4 () Idoneidade

- C () Inconfiabilidade
 C1 () Desqualificação
 C2 () Defesa
 C3 () Contestabilidade
 C4 () Encerramento
 C5 () Privilégio
 C6 () Desautorização

13. Sobre a Oposição (significado e frequência)

- D () Confiabilidade
 D1 () Autorização
 D2 () Validação
 D3 () Transparência
 D4 () Idoneidade

- E () Inconfiabilidade
 E1 () Desqualificação
 E2 () Contestabilidade
 E3 () Privilégio
 E4 () Defesa

- F () Outros
 F1 () Vitimização
 E2 () Fragilidade

VISUAL

BLOCO C – SALIÊNCIA: sobre a construção narrativa da notícia

14. Os esquemas de significado, e a localização e repetição das informações

- A () Escalada / Chamada de Bloco / Cabeça / Nota
 11A () Nomeação A1() A2() A3()
 11B () Confiabilidade B1() B2() B3() B4()
 11C () Inconfiabilidade C1() C2() C3() C4() C5() C6()
 11D () Confiabilidade D1() D2() D3() D4()
 11E () Inconfiabilidade E1() E2() E3() E4()
 11F () Outros F1() F2()

- B () Passagem / Off
 11A () Nomeação A1() A2() A3()
 11B () Confiabilidade B1() B2() B3() B4()
 11C () Inconfiabilidade C1() C2() C3() C4() C5() C6()
 11D () Confiabilidade D1() D2() D3() D4()
 11E () Inconfiabilidade E1() E2() E3() E4()
 11F () Outros F1() F2()

C () Sonoras Favoráveis

- 11A () Nomeação A1() A2() A3()
11B () Confiabilidade B1() B2() B3() B4()
11C () Inconfiabilidade C1() C2() C3() C4() C5() C6()
11D () Confiabilidade D1() D2() D3() D4()
11E () Inconfiabilidade E1() E2() E3() E4()
11F () Outros F1() F2()

D () Sonoras em tensão/Oposição

- 11A () Nomeação A1() A2() A3()
11B () Confiabilidade B1() B2() B3() B4()
11C () Inconfiabilidade C1() C2() C3() C4() C5() C6()
11D () Confiabilidade D1() D2() D3() D4()
11E () Inconfiabilidade E1() E2() E3() E4()
11F () Outros F1() F2()

15. Sobre a função do jornalismo como serviço público

- A () Cão de Guarda. Como: _____
B () Função Pedagógica. Como: _____
C () Nenhum

Enquadramento Jornalístico: () Suspeição () Humanização () Competência () Nenhum